



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -  
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA  
AMÉRICA LATINA**

**TUTELA MILITAR NO ESTADO DEPENDENTE:  
O PODER ARMADO NO CASO BRASILEIRO DE 2015 A 2023**

**CLAUDIA ALVES DO NASCIMENTO**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA - SOCIEDADE,  
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**TUTELA MILITAR NO ESTADO DEPENDENTE:  
O PODER ARMADO NO CASO BRASILEIRO DE 2015 A 2023**

**CLAUDIA ALVES DO NASCIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Maíra Machado Bichir

Foz do Iguaçu  
2024

CLAUDIA ALVES DO NASCIMENTO

**TUTELA MILITAR NO ESTADO DEPENDENTE:  
O PODER ARMADO NO CASO BRASILEIRO DE 2015 A 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maíra Machado Bichir  
UNILA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Sposito Mechi  
UNILA

---

Prof. Dr. Clécio Ferreira Mendes  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Aos oprimidos deste mundo, há de chegar o dia em que a violência não seja contra nós. Há de chegar o dia em que a violência nos liberte.

## AGRADECIMENTOS

Apesar de uma pandemia me recepcionando nessa trajetória e outras tantas dificuldades que enfrentei, finalmente cheguei até aqui, e sei que de modo algum são as adversidades que definem minha experiência na UNILA, apesar de também serem parte do meu caminho. Depois de quase uma década de sonhos adolescentes de adentrar uma universidade pública, eu finalmente posso me despedir desse ciclo que foi uma virada de chave na minha vida, sabendo que para chegar até aqui muitas pessoas queridas caminharam comigo.

Em primeiro momento preciso ressaltar meus agradecimentos à UNILA e à Fundação Araucária, enquanto uma estudante que só pode chegar aqui por meio das leis de cotas, enfrentei desafios nos quais as bolsas de permanência, iniciação científica, entre outras atividades que pude desenvolver, foram fundamentais para a continuidade dos meus estudos. É preciso defender radicalmente as políticas de acesso e permanência na universidade pública, elas mudam vidas.

Agradeço minha mãe Fátima e meu pai Claudio, por terem alimentado meus sonhos e me apoiado nessa trajetória, sei de todo o esforço coletivo que me colocou como a primeira pessoa das famílias Alves e Nascimento a ocupar esse espaço em uma universidade pública, sem todos os sacrifícios que vocês fizeram para me apoiar eu não poderia ter me dedicado de forma plena aos meus estudos.

À Isabella, Maria Clara, Manuella, Maria Eduarda e, em breve, Pedro Henrique. Ser tia de vocês é uma das minhas maiores felicidades, é minha motivação em continuar lutando para que o mundo seja um lugar melhor para vocês. À minha irmã Marina e ao meu irmão Leandro, com quem posso dividir grandes memórias, não sei colocar em palavras o sentimento de crescer tendo vocês como exemplo.

À Maíra, orientadora, amiga, inspiração. Que honra ter compartilhado essa experiência com alguém como você, o sentimento que fica é de que foi uma trajetória muito breve, e tenho certeza que ainda temos um longo caminho juntas.

À minhas colegas e meus colegas do Grupo de Estudos Marxismo e Política (GEMP): Marina, Ana, Ruan, Rômulo, Gilka, Rodrigo, Sofia, Daniel (que me recrutou para o grupo), Eduardo, Marcus, entre tantas outras pessoas que passaram por aqui nesses 4 anos. O GEMP é esse lugar de muito carinho e foi meu primeiro espaço dentro da universidade, obrigada por tudo o que construímos juntas, tem um pedacinho de todos

vocês nessa pesquisa.

Aos meus amigos e amigas de longa data: Ana Júlia, João, Leonardo, Maria Eduarda, Gustavo, J. Gaeta, Thiago e Giovanna. À todas nossas memórias, muitas saudades e muito obrigada.

Às minhas meninas, eu não poderia deixar de citar vocês em especial. Duds e Júlia, obrigada por tudo mesmo! Provavelmente eu não estaria entregando esse trabalho sem o apoio e o conforto que vocês sempre me deram, em cada passo da minha jornada sei que posso contar com vocês. Vocês estiveram comigo, mesmo durante todos os momentos em que uma pequena tela era o único lugar por onde eu via vocês, e foi muito bom finalmente retornar para minhas Dorotheas. *“So, make the friendship bracelets, take the moment and taste it”* porque nenhuma de nós está sozinha.

Aos colegas que o curso me proporcionou encontrar: Olinda, Akal, Stephan, Yasmin, Leonardo e Henrique. Muito obrigada por tudo o que pudemos vivenciar, esse trabalho também tem um pouquinho de cada um de vocês, das nossas vivências dentro e fora de sala de aula. Independente dos rumos que vamos tomar, sempre vou desejar o melhor a vocês.

Às pessoas com quem, durante esse período, pude dividir minhas lutas e minhas preocupações: Júlia Flores, Gustavo Andrade, Danielly, Amanda, Erika, Jana, Gustavo Alves, Henrique, Alan, entre outras pessoas que tive a oportunidade de encontrar nessa cidade. Algumas de vocês foram as primeiras pessoas a me receberem na Unila, guardo com muito carinho e muita camaradagem tudo o que pude construir com vocês. Espero que de alguma forma esse trabalho expresse nosso esforço coletivo.

Por fim, e com certeza não menos importante, ao Robert. São cinco anos compartilhando minha vida com você, nesse tempo a gente compartilhou nota (foi um empate, tá?), compartilhou sala de aula, casa, trabalhos, todo o nosso amor, nossos medos, as noites e dias escrevendo esses e outros trabalhos. Escrever esse TCC e passar por essa graduação só foi possível por você, toda a ajuda, as conversas ou mesmo seu colo pra chorar, me permitiram finalizar essa jornada. Podem ter dito que foi muita loucura embarcar nessa experiência juntos, mas está sendo um momento lindo poder viver tudo isso com você, finalizar esse ciclo juntos e poder começar muitos outros que nos esperam. Eu sei que a gente ainda tem muito pra viver e quero compartilhar muitas outras histórias com você.

*Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.*

**Frantz Fanon**

*O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim.*

**Frantz Fanon**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar se o papel das Forças Armadas como quarto poder é uma especificidade do Estado dependente brasileiro e se há um aprofundamento dessa estrutura no período de 2015 a 2023. O período de investigação se inicia com o impeachment de Dilma Rousseff no final de 2015, e vai até o dia 8 de janeiro de 2023, data das invasões bolsonaristas em Brasília, essa escolha se dá devido a uma mudança na atuação dos militares neste período. Para isso utilizaremos tanto metodologias qualitativas como quantitativas como forma de compreender os fenômenos estudados em sua totalidade, a combinação de diferentes técnicas de coleta e análise possibilitará uma investigação mais ampla do fenômeno a partir do diálogo entre a bibliografia e dados quantitativos. Ao longo da pesquisa foi possível observar um histórico de intervenções das Forças Armadas no Estado brasileiro, bem como a consolidação de uma autonomia militar para gerir seus próprios interesses no período após a ditadura militar. Foi possível destacar também uma mudança na correlação de forças no período de 2015 a 2023, quando os militares ocuparam em massa cargos do Poder Executivo. Por fim, essa pesquisa busca contribuir para uma análise que relacione Forças Armadas, Estado dependente e modo de produção capitalista, de modo a oferecer possíveis ferramentas de análise para compreender o fenômeno da militarização.

**Palavras-chave:** bolsonarismo; Estado dependente; Estado de quatro poderes; Forças Armadas; teoria marxista.



## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar si el papel de las Fuerzas Armadas como cuarto poder es una especificidad del Estado dependiente brasileño y si hay una profundización de esa estructura en el período de 2015 a 2023. El período de investigación se inicia con el impeachment de Dilma Rousseff a finales de 2015, y va hasta el día 8 de enero de 2023, fecha de las invasiones bolsonaristas en Brasilia, esa elección se da debido a un cambio en la actuación de los militares en este período. Para eso utilizaremos tanto metodologías cualitativas como cuantitativas como forma de comprender los fenómenos estudiados en su totalidad, la combinación de diferentes técnicas de recolección y análisis posibilitará una investigación más amplia del fenómeno a partir del diálogo entre la bibliografía y los datos cuantitativos. A lo largo de la investigación fue posible observar un histórico de intervenciones de las Fuerzas Armadas en el Estado brasileño, así como la consolidación de una autonomía militar para gestionar sus propios intereses en el período posterior a la dictadura militar. Fue posible destacar también un cambio en la correlación de fuerzas en el período de 2015 a 2023, cuando los militares ocuparon en masa cargos del Poder Ejecutivo. Finalmente, esta investigación busca contribuir para un análisis que relacione Fuerzas Armadas, Estado dependiente y modo de producción capitalista, de manera a ofrecer posibles herramientas de análisis para comprender el fenómeno de la militarización.

**Palabras clave:** bolsonarismo; Estado dependiente; Estado de cuatro poderes; Fuerzas Armadas; teoría marxista.

## ABSTRACT

This study aims to investigate if the role of the Armed Forces as fourth power is a specificity of the Brazilian dependent state and whether there is a deepening of this structure in the period from 2015 to 2023. The period of investigation begins with the impeachment of Dilma Rousseff in late 2015, and runs until January 8, 2023, the date of the bolsonarism invasions in Brasilia, this choice is due to a change in the performance of the military in this period. For this we will use both qualitative and quantitative methodologies as a way to understand the phenomena studied in their entirety, the combination of different techniques of collection and analysis will enable a dialogue between bibliography and quantitative data. Throughout the research it was possible to observe a history of interventions of the Armed Forces in the Brazilian state, as well as the consolidation of a military autonomy to manage their own interests in the period after the military dictatorship. It was also possible to highlight a change in the balance of forces in the period from 2015 to 2023, when the military occupied mass positions of the Executive Branch. Finally, this research seeks to contribute to an analysis that relates the Armed Forces, the dependent state and capitalist mode of production, in order to offer possible analysis tools to understand the phenomenon of militarization.

**Key words:** bolsonarism; dependent state; state of four powers; Armed Forces; marxist theory.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Militarismo como campo de acumulação	52
<b>Figura 2</b> – As categorias do subimperialismo	55

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – Michel Temer com militares em ato de assinatura de decretos de promoção dos Oficiais Gerais	90
<b>Fotografia 2</b> – Luiz Inácio Lula da Silva se entrega à PF	95
<b>Fotografia 3</b> – Palácio do Planalto durante invasão de bolsonaristas	110
<b>Fotografia 4</b> – Polícia do Exército impede acesso a acampamento bolsonarista	113
<b>Fotografia 5</b> – Jair Bolsonaro em Reunião com Ministro da Defesa e Comandantes das Forças Armadas em 2019	115
<b>Fotografia 6</b> – Jair Bolsonaro em visita ao GSI em 2019	116

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Ministros militares no governo Bolsonaro: 2019-2022	96
<b>Quadro 2</b> – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) no Ministério da Saúde - 2013-2021	100
<b>Quadro 3</b> – Cargos ocupados por militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021	101
<b>Quadro 4</b> – Cargos ocupados por militares em Agências Reguladoras, por órgão de exercício - 2013-2021	102
<b>Quadro 5</b> – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) em áreas relacionadas ao meio ambiente - 2013-2021	104
<b>Quadro 6</b> – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) no Ministério da Economia - 2013-2021	105

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Total de cargos ocupados por militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021	92
<b>Gráfico 2</b> - Participação de militares na ocupação de cargos em áreas de política pública: Governo de Michel Temer	93
<b>Gráfico 3</b> – Porcentagem de militares em cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) - 2013-2021	97
<b>Gráfico 4</b> – Porcentagem de militares em cargos de Natureza Especial (NS) - 2013-2021	98
<b>Gráfico 5</b> – Distribuição de militares em cargos de Natureza Especial (NS) por órgão de exercício durante o governo Bolsonaro - 2019-2021	99
<b>Gráfico 6</b> – Evolução da ocupação de militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021	101
<b>Gráfico 7</b> – Ocupação de militares em cargos por área de política pública: Meio Ambiente 2013-2021	103
<b>Gráfico 8</b> – Média de ocupação dos círculos hierárquicos, por governo	107
<b>Gráfico 9</b> – Origem dos militares ocupantes de cargos, por Força Armada - 2013-2021	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AL	América Latina
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil
BGP	Batalhão da Guarda Presidencial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDS	Conselho de Defesa Sul-americano
CFI	Centro Federal de Inteligência
CGU	Controladoria Geral da União
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CMDA	Conferência de Ministros da Defesa das Américas
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DF	Distrito Federal
DOI	Departamento de Operações de Informações
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FCPE	Função Comissionada do Poder Executivo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NS	Natureza Especial
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PNB	Programa Nuclear Brasileiro
PNI	Política Nacional de Inteligência
PNM	Programa Nuclear da Marinha
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
QG	Quartel General
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SBI	Sistema Brasileiro de Inteligência
SEI	Secretaria Especial de Informática
SNI	Serviço Nacional de Informação
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1 O ESTADO DEPENDENTE BRASILEIRO</b> .....	<b>25</b>
1.1 O ESTADO NA TEORIA MARXISTA.....	25
1.2 O ESTADO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO.....	39
1.3 O ESTADO DE QUATRO PODERES DE RUY MAURO MARINI.....	42
<b>2 IMPERIALISMO, SUBIMPERIALISMO E MILITARISMO</b> .....	<b>48</b>
2.1 IMPERIALISMO E MILITARISMO NO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO.....	49
2.2 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO.....	54
<b>3 AS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL</b> .....	<b>59</b>
3.1 A ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL.....	59
3.2 FORÇAS ARMADAS E REDEMOCRATIZAÇÃO.....	65
3.3 AS FA ENQUANTO O QUARTO PODER DO ESTADO BRASILEIRO.....	80
<b>4 A CONJUNTURA BRASILEIRA DE 2015 A 2023</b> .....	<b>83</b>
4.1 O PROCESSO DO GOLPE.....	84
4.2 OS MILITARES E O GOVERNO TEMER.....	89
4.3 COTURNOS NO GOVERNO BOLSONARO.....	94
4.4 AS ELEIÇÕES DE 2022 E A INVASÃO EM BRASÍLIA NO 8 DE JANEIRO.....	108
4.5 PARA UMA ANÁLISE DAS FA NO ESTADO BRASILEIRO.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>123</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>130</b>
ANEXO A - ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA EM 2022.....	131

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge do acúmulo de reflexões que atravessaram a trajetória dessa graduação, estando o Estado sempre no centro delas. No momento de conclusão desta pesquisa tenho 22 anos, e durante grande parte desse tempo cresci com a imagem dos coturnos ganhando espaço, aos 8 anos presenciei, ainda que naquele momento não tivesse essa consciência, a primeira das inquietações que culminaram nesta investigação, quando pude assistir na televisão, com total cobertura midiática em plena luz do dia, o Exército invadir o morro do Alemão em 2010. Essa é a primeira lembrança que tenho dos fardados, para além dos desfiles comemorativos do 7 de setembro, e desse momento em diante essa imagem foi se tornando cada vez mais recorrente e mais violenta. Novamente, em 2018, com a intervenção federal no Rio de Janeiro essas imagens se repetiram, agora com maior consciência do que isso significava, pensei em quantos acontecimentos desse tipo minha geração já havia presenciado: 2010, as jornadas de junho de 2013, as ocupações em escolas do estado de São Paulo em 2015 (as quais participei diretamente dessa vez), a intervenção federal em 2018, e tantos outros acontecimentos onde as armas, da polícia ou das FA, estavam sempre apontadas para a mesma direção.

Já durante a graduação, as inquietações que perpassaram as disciplinas, a minha experiência na universidade e minhas próprias vivências e memórias, tomaram corpo inicialmente em um projeto de iniciação científica, que buscava compreender qual projeto político guiava uma aproximação das Forças Armadas (FA) ao poder executivo, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. O projeto, também orientado pela professora Maíra, permitiu novas reflexões que foram amadurecidas para a construção da presente investigação.

A partir de uma crescente discussão sobre a militarização da política brasileira no governo Bolsonaro, nos propomos a compreender uma possível contradição: os militares, que em sua ética se distanciam do mundo civil (Ferreira, 2019), adentram os poderes civis enquanto agentes ativos, apresentando uma forma de fazer política fundada nos princípios militares. Essa característica não aparenta ser recente, nos indicando um fenômeno a ser analisado no contexto do Estado dependente brasileiro. Outra observação central que leva à formulação desta investigação surgiu a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini, que caracterizou as Forças Armadas enquanto um quarto poder do Estado. Ponderamos que as Forças Armadas se apresentam enquanto uma figura encarregada

da moderação, controle e manutenção dos três poderes do Estado, e, além disso, são regidas por regras internas e particulares, que foram definidas pela própria instituição.

Simultaneamente a essas reflexões, enquanto ainda estávamos amadurecendo o projeto da presente pesquisa, Bolsonaro realizou diversos ataques ao sistema eleitoral às vésperas das eleições de 2022. O presidente e sua base, há algum tempo, mobilizavam uma narrativa de que diante de uma possível fraude eleitoral, as Forças Armadas deveriam realizar uma fiscalização do sistema de votação. A alegação ganhou uma certa comoção na mídia, que se posicionou com um grande estranhamento à ideia de atribuir tal atividade aos militares, o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) apontou que a ação era incompatível com o regime democrático (Neves, 2022). Para nós, entretanto, o acontecimento servia como mais um impulso para investigar as atividades das Forças Armadas dentro do Estado brasileiro. As considerações do IDEA, e o aparente estranhamento da mídia, contrastavam com a longa bibliografia que apontava para a interferência armada em diversos momentos da história brasileira.

Até esse momento, a pesquisa procurava observar o período de 2015 a 2022, tomando como marco de partida o golpe de Estado contra Dilma Rousseff, prosseguindo as análises até o fim do governo de Jair Bolsonaro. Foram os próprios desdobramentos da conjuntura que nos levaram a estender essa análise até o 8 de janeiro de 2023, dia em que manifestantes bolsonaristas invadiram as sedes dos três poderes em Brasília, no que posteriormente saberíamos se tratar de uma tentativa de golpe de Estado.

Dessa forma, assumimos uma posição de rejeição a debater na presente pesquisa idealizações de como a democracia deveria funcionar, assim como fazem as organizações internacionais ao discorrer sobre a normalidade de uma democracia em abstrato. Nosso objetivo é compreender a partir da realidade material a seguinte contradição: ou caracterizamos os acontecimentos de 2016 enquanto um golpe de Estado e os governos seguintes como não democráticos, partindo dessa concepção abstrata de democracia que é postulada por organizações internacionais e veículos de mídia; ou a partir de uma visão crítica, apontamos que a democracia burguesa, no contexto do Estado dependente brasileiro, permite a existência de “Forças Armadas políticas” e, desse modo, propostas como as de Bolsonaro podem ser observadas de forma mais minuciosa.

Algumas perguntas foram elaboradas para guiar a presente investigação: O papel das Forças Armadas como quarto poder é uma especificidade dos Estados dependentes latino-americanos? É uma especificidade do Estado dependente brasileiro? Se sim, por

quê? O que explica esse fenômeno? Que relações permeiam essa condição? A atuação das Forças Armadas enquanto um quarto poder no período de 2015 a 2023 representa um aspecto conjuntural ou estruturante do Estado dependente brasileiro? Trata-se de uma característica de governo ou de Estado?

A hipótese é que o Estado brasileiro possui uma estrutura dependente na qual as Forças Armadas se configuram, ao final da ditadura, como um quarto poder não oficial. Essa característica é estruturante desse Estado, existindo, entretanto, desde o período de redemocratização, um maior aprofundamento dessa atuação na conjuntura de 2015 a 2023.

A investigação da hipótese se caracterizou como nosso objetivo principal, e, desse modo, estabelecemos alguns objetivos específicos que nos permitiriam detalhar de forma mais minuciosa os elementos presentes no fenômeno que pretendíamos observar, sendo eles: 1) Revisar os estudos de Marini sobre a categoria de Estado de quarto poder; 2) refletir se a categoria utilizada por Marini segue encontrando materialidade na presente conjuntura; 3) caracterizar como as Forças Armadas se organizam como um quarto poder no Estado brasileiro; 4) investigar se a condição de Estado de quatro poderes é estruturante do Estado brasileiro ou conjuntural; 5) destacar a atuação dos militares enquanto bloco no poder no período de 2015 a 2023.

De forma a atender essas propostas, no capítulo 1 iremos nos dedicar a caracterizar e investigar o Estado a partir da tradição marxista, utilizando-nos de formulações que explicitem a centralidade da categoria para a análise política e as diferentes ferramentas que esse olhar possibilita para a investigação das relações de poder. Para isso utilizaremos as contribuições de: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Louis Althusser e Nicos Poulantzas, que são alguns dos teóricos que são reconhecidos como clássicos nessa discussão. Dentro desse mesmo capítulo faremos uma recuperação da teoria marxista da dependência de forma a investigar o Estado a partir de um nível médio de abstração, entendendo a posição e inserção da América Latina - como uma região de formação político-econômica semelhante - dentro da dinâmica mundial, neste momento utilizaremos principalmente das formulações de Jaime Osorio, que produziu de forma mais específica sobre a questão do Estado no capitalismo dependente. Em um último momento realizaremos uma análise da categoria Estado de quatro poderes na obra de Ruy Mauro Marini, buscando caracterizar esse fenômeno nas definições do próprio autor, para isso foi realizada uma busca do termo Estado de quatro poderes em suas obras, sendo essa categoria citada em sete obras, que datam de 1978 a

1994.

No capítulo 2 nos dedicaremos aos temas do imperialismo, subimperialismo e militarismo, como forma de situar nossa análise em seu momento histórico, o estágio imperialista do modo de produção capitalista. Neste capítulo são recuperadas contribuições de Rosa Luxemburgo e Ruy Mauro Marini, de forma a destacar as características dessa etapa, buscando explicitar o papel que as Forças Armadas assumem nesse contexto. A recuperação de Luxemburgo é motivada pela originalidade de suas formulações, tendo a autora se debruçado em suas contribuições e em sua militância sobre a necessidade de enfrentamento ao militarismo por parte do movimento socialista. Na segunda seção do capítulo, resgatamos a categoria subimperialismo criada por Marini, de forma a destacar uma configuração específica que assume alguns Estados latino-americanos no estágio dos monopólios e do capital financeiro, neste caso utilizaremos a intermediação de Mathias Luce, que realizou um aprofundamento do conceito.

Já no capítulo 3, a análise será restringida ao tema das Forças Armadas brasileiras. O capítulo está dividido em três momentos: no primeiro, o objetivo é caracterizar a forma de organização das Forças Armadas no Brasil, para a qual utilizamos a obra *História Militar do Brasil*, de Nelson Sodré, que perpassa os elementos de fundação das Forças Armadas brasileiras, conjuntamente com as contribuições de Oliveiros Ferreira, que caracterizou as características internas das FA em *Vida e Morte do Partido Fardado*; no segundo, realizaremos um breve recorrido histórico da atua o das FA no processo de redemocratiza o, observando os principais elementos de sua atua o, nesta ocasião a principal contribui o   de Jorge Zaverucha, que se dedicou a sintetizar os principais acontecimentos do período de redemocratiza o que tiveram envolvimento militar; no terceiro, buscamos verificar se a categoria de Estado de quatro poderes segue possuindo capacidade explicativa, considerando os elementos levantados pelo segundo ponto do capítulo. Ressaltamos que neste capítulo houve uma grande dificuldade em encontrar bibliografia específica para análise. A maioria das contribui es que se debruçam sobre a participa o política dos militares são referentes a períodos específicos como a ditadura, o Estado novo, entre outros, tornando escassas as produ oes que investigam o fen meno a partir da redemocratiza o. Dessa forma, os autores e autoras referenciados neste capítulo foram selecionados por: 1) analisarem especificamente a participa o militar, e; 2) produzirem contribui es referentes ao período abordado no capítulo, ou seja, os governos de Collor (1990) até o final do

governo Dilma (2016).

Por último, no capítulo 4 realizaremos uma análise da conjuntura de 2015-2023, observando a atuação dos militares enquanto um grupo político. Para melhor caracterizar essa atuação o capítulo foi dividido em cinco momentos: o primeiro referente ao processo do golpe; o segundo sobre a atuação dos militares no governo Temer; o terceiro relativo à forma de participação das FA no governo de Bolsonaro; o quarto busca destacar a questão dos militares nos acontecimentos do 8 de janeiro, assim como seus desdobramentos; por último propomos uma leitura para possíveis análises das Forças Armadas no Brasil. Assim como no capítulo anterior, há uma escassez de materiais para a análise, nesse caso de forma ainda mais acentuada por se tratarem de acontecimentos recentes, cujos desdobramentos ainda estamos vivenciando e conhecendo. Assim sendo, no capítulo 4 foi adotada uma metodologia específica, que será detalhada a seguir.

Para percorrer esse caminho, em todos os capítulos utilizaremos prioritariamente metodologias qualitativas, mobilizadas pela compreensão de que os fenômenos sociais se dão na materialidade de forma complexa, associada e principalmente pelos embates e atravessamentos cotidianos, e dessa forma não podem ser explicados de maneira isolada como nas metodologias postuladas pelo positivismo (Flick, 2004, p. 20-21). Partindo também da crítica às metodologias que afastam pesquisador e objeto de estudo, as técnicas qualitativas serão utilizadas na presente investigação por entender que as subjetividades da pesquisadora também partem da mesma realidade investigada, e, desse modo, alimentam as reflexões da pesquisa (Flick, 2004, p. 22). Isto posto, será realizada uma revisão bibliográfica específica para os objetivos de cada capítulo, sendo:

- a) nos capítulos 1 e 2: uma revisão da teoria marxista do Estado, e do Estado dependente na América Latina, examinando os aportes que podem auxiliar na caracterização das estruturas do Estado brasileiro. Essas teorias têm relevância na atual investigação pelo caráter crítico que possuem sobre o Estado enquanto um instrumento de classe;
- b) também no capítulo 1: uma revisão das obras de Ruy Mauro Marini, buscando compreender o pensamento do autor acerca das Forças Armadas enquanto um quarto poder, assimilando como o pensador caracteriza esse conceito ao longo do tempo. Essa revisão será importante para compreender os avanços e limitações explicativas da teoria do autor no atual tempo histórico;
- c) no capítulo 3: uma revisão de obras brasileiras que buscam compreender a formação, organização e atuação das Forças Armadas no Estado brasileiro. Esses

materiais nos permitirão um contato com autores e autoras que se dedicaram a produzir sobre o campo em que pretendemos adentrar.

d) no capítulo 4: uma revisão de obras que levantam elementos para a realização de uma análise de conjuntura, ou que se propuseram a realizar uma análise da mesma conjuntura que delimitamos como objetivo. Nesse caso, as obras irão servir como fundamentação teórica e metodológica para compreender os acontecimentos conjuntamente com uma metodologia quantitativa.

e) também no capítulo 4: um levantamento de notícias que evidenciam e sustentam as análises teóricas apresentadas pelos autores e autoras, assim como as formuladas por nós. As notícias utilizadas foram coletadas em jornais distribuídos de forma eletrônica e com difusão nacional, sendo a principal fonte o jornal O Globo, que realizou uma maior cobertura sobre os acontecimentos abordados. A seleção foi realizada de forma direcionada, relacionando os fatos noticiados aos pontos destacados nas bibliografias. É importante salientar também que, pelo fato dos eventos analisados serem tão recentes, algumas das notícias selecionadas foram produzidas durante o processo de escrita deste trabalho, sendo assim, a difusão cotidiana das notícias também atravessou os critérios de seleção.

Em todos os casos as obras recolhidas serão estudadas a partir da técnica da análise de conteúdo, onde serão examinadas as ideias centrais a partir dos conceitos e categorias explicativas ressaltadas pelos próprios autores dos textos.

Especificamente no capítulo 4 utilizaremos também a metodologia quantitativa com o objetivo de relacionar os elementos destacados pela revisão bibliográfica e os indicadores do fenômeno na periodização abordada. As técnicas quantitativas permitem uma demonstração dos acontecimentos pela representação numérica, permitindo comparações e generalizações que podem comprovar as teorias utilizadas (Cervi, 2017, p. 11). Nesta investigação serão utilizados dados de origem secundária, produzidos por um órgão próprio do Estado brasileiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que produziu uma nota técnica e um atlas referente à presença de militares em cargos e funções do executivo federal de 2013 a 2021, período que abrange grande parte de nossa pesquisa. Até o momento, só tivemos conhecimento de dois levantamentos de dados quantitativos referentes aos militares no governo Bolsonaro - ambos aqui utilizados -, produzidos pelo IPEA, e um relatório de avaliação da Controladoria Geral da União (CGU), que buscava encontrar irregularidades de militares ligados ao serviço público, que apesar de citado no presente trabalho, não foi utilizado de maneira mais profunda, já que

demos preferência por investigar os dados do IPEA, que possuíam maior relação com a temática da investigação.

É relevante pontuar que nesse trabalho não foi possível dar conta de ressaltar as relações de gênero que atravessam esse tema, entretanto foi possível observar durante a seleção das bibliografias que no campo da denúncia ao militarismo se destacam autoras mulheres, ponto que destacamos na recuperação de Rosa Luxemburgo, mas que é válido também nas análises do período mais recente. Para a construção dos últimos dois capítulos Ana Penido e Sulezey Kalil Mathias são as principais referências, as autoras têm se dedicado à análise do avanço do militarismo, em um campo pequeno de estudos, onde poucos estão concentrados nessa temática, elas se destacam por serem precursoras dessa análise, e, dessa forma, recuperamos muitas de suas formulações que apresentam grande capacidade explicativa e rigor metodológico. Pontuamos, dessa forma, a importância da luta contra o militarismo no movimento feminista.



## 1 O ESTADO DEPENDENTE BRASILEIRO

Iniciamos essa investigação a partir da temática do Estado, compreendendo que a compreensão dessa categoria é de extrema relevância para uma posterior caracterização das Forças Armadas, assim como por conceber que o Estado se encontra no centro das relações políticas, e se nosso objetivo é observar essas relações, não há melhor caminho de partida que não passe por caracterizar o Estado enquanto categoria. Também por ser habitual a definição de que as Forças Armadas são o braço armado do Estado, entretanto, para ir além da superfície dessa afirmação é necessário tomar o Estado como unidade de análise, de modo a colocar em perspectiva a centralidade que este possui na Ciência Política. Dessa forma, recuperamos o Estado enquanto categoria de análise para a tradição marxista, que amplamente investigou e problematizou este campo de estudos.

A escolha deste campo teórico se justifica precisamente, pela longa tradição de autores e autoras que contribuíram para a compreensão do Estado enquanto uma forma de organização particular do capitalismo, que se estrutura a partir da divisão da sociedade em classes sociais, na qual há a dominação de uma classe sobre outra, utilizando o Estado como uma estrutura de produção e reprodução dessa dominação. Esses autores e autoras também diferenciam-se de outras teorias ao ressaltar em seus aportes um compromisso prático para a superação dessa forma de organização social.

Ao tomar o Estado brasileiro como objeto de análise se faz também relevante caracterizá-lo a partir de uma perspectiva que proporcione ferramentas capazes de explicitar as particularidades dessa organização social em nossa região política: a América Latina. Dessa maneira, as contribuições dos pensadores e pensadoras latino-americanos da teoria marxista da dependência, sem abandonar os instrumentos apresentados pelo “marxismo clássico”, apresentam novas perspectivas que contemplam a posição dependente do Estado brasileiro no sistema mundial capitalista.

### 1.1 O ESTADO NA TEORIA MARXISTA

Durante sua trajetória Karl Marx não produziu nenhuma obra que trata especificamente sobre a questão do Estado, entretanto isso não significa que em seus escritos e reflexões esse tema não apareça, na realidade há elementos para pensar a problemática do Estado em diversas de suas obras, como: *Manifesto Comunista*, *A luta de classes na França*, *o 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*, *Crítica do Programa de Gotha* e *O Capital* (Bichir, 2017). Nesta investigação recuperamos

as contribuições presentes no *Manifesto Comunista*, por ser uma obra que possui grande capacidade de caracterizar a divisão da sociedade em classes, centrando a perspectiva no antagonismo entre burguesia e proletariado, assim como refletimos também sobre as análises realizadas por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, por se tratar de uma obra que explicita os embates e contradições pelo poder político na estrutura do Estado.

Em *Manifesto Comunista*, panfleto escrito conjuntamente com Friedrich Engels, Marx aponta que a sociedade burguesa nasceu das ruínas da sociedade feudal e que, com um papel revolucionário, a burguesia estabeleceu novas classes e novas relações sociais, durante essa transformação societária “cada etapa percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente” (Marx; Engels, 2010, p. 41). Aqui os autores abordam a relação entre o desenvolvimento econômico burguês, e sua série de revoluções no modo de produção, com as mudanças políticas e societárias que acompanhavam esse movimento, daí a afirmação que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2010, p.41), já aqui está presente uma importante caracterização do Estado moderno que será a base dentro da tradição marxista. Para a teoria marxiana e marxista o Estado possui uma função classista, diferenciando-se das teorias iluministas que apresentam o Estado como comunidade de todos.

É também de importante destaque para a presente pesquisa as análises feitas por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Nessa obra, onde o autor explora os elementos da luta de classes na França que levaram ao golpe de Estado de Luís Bonaparte, a questão militar apresenta-se ao lado de importantes contribuições sobre a conformação do Estado chamado bonapartista. Se no *Manifesto Comunista* a burguesia é apresentada enquanto classe revolucionária, nesta obra Marx trata de uma burguesia francesa conservadora que procura manter o *status quo* e realizar a manutenção de sua dominação de classe (Marx, 2011, p.123), entretanto a argumentação de um Estado classista continua presente, em trechos como o que trata do fim da monarquia burguesa e a construção de uma república **igualmente** burguesa em 1848, o autor destaca:

A Assembleia Nacional, que se reuniu no dia 4 de maio de 1848 em decorrência das eleições nacionais, representou a nação. Ela tomou a forma de um protesto vívido contra as propostas pretensiosas das jornadas de fevereiro e **deveria reduzir os resultados da revolução ao parâmetro burguês**. O proletariado parisiense, que imediatamente se deu conta do caráter dessa Assembleia Nacional, tentou em vão negar a sua existência à força, dissolvê-la, desagregar novamente nos seus componentes individuais a estrutura orgânica com a qual o espírito reacionário nacional o ameaçava. (Marx, 2011, p.34, grifos nossos)

Marx argumenta que trata-se na verdade de ampliar o domínio burguês e suprimir o movimento do proletariado:

À **monarquia burguesa** de Luís Filipe só poderia seguir a **república burguesa**, isto é, ao passo que, em nome do rei, o governo foi exercido por uma parcela restrita da burguesia, em nome do povo, a totalidade da burguesia passaria a governar. As exigências do proletariado parisiense eram baboseiras utópicas que deveriam ser detidas. (Marx, 2011, p.34, grifos nossos)

O proletariado reage por meio da Insurreição de Junho<sup>1</sup> e é brutalmente derrotado por uma aliança que abarcava diversos outros setores unidos contra suas reivindicações. Trata-se de um movimento contrarrevolucionário, no qual interesses particulares de grupos que o compõem sucubem em prol da defesa de toda a sociedade burguesa, nas palavras do autor “a sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo.” (Marx, 2011, p. 36-37).

Marx destaca dois grupos de agentes que compunham essa conjuntura política: os legitimistas partidários da dinastia Bourbon, ligados à grande propriedade fundiária; e os orleanistas partidários da dinastia Orléans, ligados à grande indústria e comércio. Essas frações que antes se dividiam perante o regime monárquico que melhor beneficiava seus interesses particulares, agora uniam-se publicamente no mesmo partido republicano, enquanto representantes da ordem burguesa geral (Marx, 2011, p.59-62). O que sucede é que se tratavam de dois grupos burgueses cujos interesses cindiam nas condições materiais de suas existências, mas que significavam essa diferenciação na figura de duas diferentes casas reais. Sobre essas diferentes frações da burguesia, Marx argumenta:

[...] o que mantinha essas fações separadas não foram os seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária. [...] Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. (Marx, 2011, p. 60)

É então sob a forma republicana, sem a superestrutura de ilusões das famílias reais, que é possível a aliança de ambas as frações em nome da dominação da classe burguesa sobre o proletariado, esse pensamento é explicitado pelo autor:

Eles executavam a sua real atividade na condição de Partido da Ordem, [...] como representantes da ordem mundial burguesa, [...] como classe de burgueses contra todas as demais classes [...]. E como Partido da Ordem exerceram um domínio mais irrestrito e mais duro sobre as demais classes da sociedade do que jamais haviam exercido antes sob a Restauração ou sob a Monarquia de Julho, domínio

<sup>1</sup> Revolta ocorrida em junho de 1848 em Paris.

possibilitado unicamente pela forma da república parlamentarista, pois somente assim os dois grandes segmentos da burguesia francesa puderam se unir, ou seja, **colocar o domínio da sua classe na ordem do dia em lugar do regime de uma facção privilegiada dela.** (Marx, 2011, p.61-62, grifos nossos)

Entretanto, isso não exclui as disputas travadas entre as frações, ou mesmo as disputas que existiam entre o poder legislativo e o poder executivo de Luís Bonaparte. É entre essas diversas controvérsias que ergue-se o fenômeno do bonapartismo, a desorganização do poder burguês, os diversos levantes em um curto período de tempo, a agressão aberta de uma fração em relação à outra, colocavam em risco a dominação burguesa em si, sendo necessário a destruição de sua própria representação política para silenciar a das demais classes e frações:

Assim sendo, ao tachar de heresia 'socialista' aquilo que antes enaltecera como 'liberal', a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja **afastada do perigo de governar a si própria**; que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu **poder social** intacto, **o seu poder político devia ser desmantelado**; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, **para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça** [...] (Marx, 2011, p.81-82, grifo nosso).

Em outro momento Marx menciona que o domínio político burguês era incompatível com a segurança da própria burguesia. Fortalecendo os ataques de Bonaparte aos seus próprios representantes, “Ela declarou inequivocamente que estava ansiosa por desobrigar-se do seu próprio domínio político para livrar-se, desse modo, das dificuldades e dos perigos nele implicados.” (Marx, 2011, p.124).

É significativa também nessa obra a descrição que o autor atribui ao Estado perante a sociedade civil. Ao retratar a extensão de funcionários do qual dispunha o poder executivo francês, Marx cita que:

[...] o Estado enreda, controla, disciplina, vigia e tutela desde as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificantes, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos, em que esse corpo de parasitas adquire, em virtude da sua extraordinária centralização, um grau de onipresença, de onisciência, de acelerada capacidade de movimento e de reação [...] (Marx, 2011, p.76-77).

O Estado é caracterizado como essa força com capacidade de se estender até o âmbito denominado privado e exercer controle sobre a sociedade civil. Esse tipo de argumentação posteriormente será recuperada e ganhará força entre autores e autoras que tratam do Estado como esfera da manutenção da vida da sociedade civil.

Esse Poder Executivo com a sua monstruosa organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal multifacetada e artificiosa, esse exército de

funcionários de meio milhão de pessoas somado a um exército regular de mais meio milhão, essa terrível corporação de parasitas, que envolve o organismo da sociedade francesa como uma membrana e entope todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, na época da decadência do sistema feudal, para cuja aceleração contribuiu. (Marx, 2011, p.140).

Marx atribui a origem desse organismo de parasitas ao absolutismo e continua destacando que ele se estende a toda a sociedade civil (cabe ressaltar a citação do exército como parte igualmente extensa desse corpo). Entretanto, o Estado é uma estrutura que foi se complexificando conjuntamente com as relações sociais, ele não é apenas um corpo de funcionários que pode ser instrumentalizado pela classe dominante, na verdade sua complexificação leva a certa independência:

[...] sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, e sob Napoleão, a burocracia foi apenas o meio para preparar a dominação de classe por parte da burguesia. Sob a restauração, sob Luís Filipe e sob a república parlamentar, ela foi mero instrumento da classe dominante, por mais que ela também aspirasse poder próprio. Pelo visto, foi somente sob o segundo Bonaparte que o Estado se tornou completamente independente (Marx, 2011, p.140).

Essa contribuição permitiu que o conceito de autonomia relativa do Estado<sup>2</sup> fosse elaborado por outros e outras marxistas, cada vez mais buscando compreender a complexa forma que as sociedades capitalistas se estruturam.

Sobre a questão das Forças Armadas, estrutura do Estado que é central para essa pesquisa, Marx discorre sobre o papel do *estado de sítio* na correlação de forças daquela conjuntura francesa. Em primeiro momento, apresenta como esse instrumento foi utilizado enquanto era elaborada a constituição burguesa e como “pela baioneta voltada contra o povo” é que o projeto burguês republicano foi protegido, sendo “o estado de sítio de Paris a parteira que ajudou a constituinte no trabalho de parto da sua criação republicana” (Marx, 2011, p.46). Aqui trata-se diretamente do monopólio da violência possuído pelo Estado, essa estrutura que pode legalmente reprimir o povo em nome dos interesses dominantes. Marx segue formulando sobre o poderoso instrumento que é o estado de sítio:

Excelente invenção, periodicamente utilizada em cada crise subsequente no curso da Revolução Francesa. Porém, caserna e bivaque, que eram postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa para comprimir o seu crânio e emudecê-la; sabre e mosquete, aos quais periodicamente se permitia que julgassem e administrassem, tutelassem e censurassem, fizessem o trabalho da polícia e dos vigilantes noturnos; bigode e farda, que periodicamente eram trombeteados como a suprema sabedoria da sociedade e como regentes desta - **não acabaria ocorrendo necessariamente** à caserna e ao bivaque, ao sabre e ao mosquete, ao bigode e à farda **que seria preferível salvar a sociedade de uma vez por todas**, proclamando o seu próprio regime como o regime supremo e

<sup>2</sup> Sobre esse tema consultar Bichir, 2017, p.21-40.

**livrando a sociedade burguesa inteiramente da preocupação de governar a si própria?** (Marx, 2011, p.46, grifos nossos)

Aqui o autor nos permite uma reflexão de grande pertinência para o tema. Os militares, frequentemente chamados para a atividade de repressão de forma a controlar as crises, frequentemente colocados como fortaleza da sociedade, não acabariam em algum momento julgando-se de fato os mais preparados para a atividade de governar? Essa pergunta transpassa a análise de Marx referente ao 18 de Brumário de Luís Bonaparte, e seguirá sendo objeto de indagação ao longo deste trabalho.

Também Engels em seus estudos se debruçou sobre a questão do Estado, em diálogo com os estudos antropológicos de Lewis Morgan<sup>3</sup>, buscou compreender qual a origem não só do Estado, mas também de outras estruturas presentes nas sociedades modernas, como a família e a propriedade privada. Para o autor, esses três elementos estão ligados e em conjunto são fundamentais para sua formulação em torno da origem do Estado. Sua exposição apresenta como o desenvolvimento das forças produtivas criou mudanças significativas na organização dos povos, dessa forma, é a partir de dentro da própria sociedade, pela sua organização social em torno da produção, que surgem a propriedade privada e a divisão social do trabalho, e, assim, a divisão da sociedade em classes antagônicas, características do modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2019), Engels afirma que:

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é 'a efetividade da ideia ética', 'a imagem e a efetividade da razão', como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, **um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los.** Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que **aparentemente está acima** da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'; e esse poder, que é **oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado** (Engels, 2019, n.p., grifos nossos).

Para Engels, o Estado é o meio criado pela sociedade com o objetivo de manter a ordem do sistema de produção capitalista, já que os antagonismos entre as classes são tão grandes que levariam à destruição de ambas. É possível observar que nessa

---

<sup>3</sup> É importante marcar aqui que esses estudos de Engels estão em diversos momentos atravessados por um darwinismo social. Apesar de não ser o objetivo da presente pesquisa, vejo como necessário pontuar oposição a esse pensamento reacionário.

concepção o Estado é o produto de uma série de relações sociais de classe, que são inconciliáveis e contraditórias em si. É nítido também para esse autor a função classista do Estado:

Dado que o Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, **ele é**, via de regra, **Estado da classe mais poderosa**, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida (Engels, 2019, n.p. grifo nosso).

Para além da caracterização, o autor demonstra ainda o compromisso da tradição marxista com o fim do Estado. Essa forma de organização social não é natural, é um produto das relações travadas nas sociedades modernas capitalistas e a obra de Engels nos possibilita colocar isso em perspectiva. Existiram no passado sociedades que não se organizavam dessa maneira, podem também existir no futuro sociedades que abandonem o Estado como forma de organização da vida social, já que ele é característico do domínio moderno da burguesia e das relações de produção dessa sociedade fracionada em classes antagônicas.

Hoje estamos nos aproximando a passos largos de um estágio do desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade como já se tornou um estorvo concreto à produção. Elas cairão tão inevitavelmente quanto surgiram. Com elas, cairá inevitavelmente o Estado. A sociedade que organizará a produção de uma forma nova, com base na associação livre e igualitária dos produtores, mandará a máquina estatal para o lugar que lhe é devido: o museu das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze (Engels, 2019, n.p.)

Sobre o tema dos destacamentos militares Engels argumenta que, devido à cisão da sociedade em classes, “a organização armada e autônoma da população se tornara impossível”(Engels, 2019, n.p.) dessa forma, o poder especial e público é fundamental. Ele acrescenta que “esse poder público existe em todos os Estados; consiste não só em homens armados mas também em penduricalhos próprios, prisões e instituições coercitivas de todo tipo dos quais a sociedade gentílica nada sabia” (Engels, 2019, n.p) Desse modo, é possível observar também como a questão da violência e do monopólio das armas se organiza no período do Estado moderno e do domínio burguês.

Lenin retoma as formulações de Marx e Engels acerca do Estado, tendo como objetivo “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (Lenin, 2017, p.28), isso em um contexto de disputa com os oportunistas que, segundo Lenin, estariam deturpando as concepções elaboradas pelos autores marxistas até então. Um primeiro

aporte resgatado é a posição de que o Estado é produto das contradições da sociedade dividida em classes, não sendo ele um órgão de conciliação. O Estado é muito pelo contrário o sinal de que as contradições sociais se engendraram de tal forma que os antagonismos de classe são irreconciliáveis, o autor destaca que:

Segundo Marx, o Estado não poderia surgir nem se manter caso a conciliação de classes fosse possível. [...] o Estado é um órgão de **dominação** de classe, um órgão de **opressão** de uma classe por outra, é a criação da 'ordem' que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito de classes (Lenin, 2017, p.29, grifos originais).

Levando isso em consideração, sobre a questão do fim e superação do Estado, Lenin compreende que Engels contribuiu ao formular que o Estado burguês seria extinto pelo proletariado na revolução, e em seu lugar seria criada a ditadura do proletariado que, em se tratando de um poder repressor específico do proletariado contra a burguesia, teria por sua vez seu fim pelo definhamento da estrutura de *Estado proletário*. Nessa diferenciação entre o destino do Estado burguês e o destino de um Estado proletário, fica evidente nas ideias do autor o caráter repressivo que o Estado possui e, o objetivo final de uma sociedade sem classes é também o fim do Estado, já que ele é um órgão que, mesmo quando está sob o controle do proletariado, ainda mantém sua característica de dominação de classe.

Sobre a questão dos destacamentos militares, Lenin recupera os escritos aqui já citados de Engels referentes à constituição de forças públicas e às instituições coercitivas que existem no Estado burguês. O autor ressalta a ideia de que o domínio da burguesia é incompatível com a organização armada da população, e por isso se destacam forças especiais públicas que vão fazer esse papel de repressão dentro do Estado. Ele também expõe que esses destacamentos armados, o exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado. Para o autor, a organização armada espontânea da população:

[...] é impossível porque a sociedade da civilização está dividida em classes hostis e, além disso, irreconciliavelmente hostis, cujo armamento 'espontâneo' conduziria a uma luta armada entre elas. Forma-se o Estado, cria-se uma força especial, destacamentos especiais de pessoas armadas, e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos a luta de classes nua, mostra-nos em primeira mão como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de pessoas armadas que a servem, como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados (Lenin, 2017, p.33, grifo original).



O autor torna explícito como esses destacamentos armados servem aos interesses burgueses, e por sua vez a burguesia se esforça em mantê-los como forma de assegurar sua própria dominação. Os proletários por sua vez precisam, no esforço revolucionário, criar sua *própria* organização armada, que defenda seus interesses particulares. Do mesmo modo que o Estado burguês não corresponde aos interesses dos dominados, sendo necessário a criação de um Estado proletário (mesmo que temporário), o mesmo se aplica às Forças Armadas burguesas.

Em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, o pensador francês Louis Althusser reflete sobre duas dimensões da *superestrutura* da sociedade capitalista presentes no Estado e que são responsáveis pela reprodução e manutenção do sistema capitalista. A primeira delas é a dimensão ideológica, a qual Althusser trata de forma mais profunda, nomeada de aparelhos ideológicos do Estado; a outra, a dimensão jurídico-política, é chamada de aparelho repressivo do Estado, e é sobre essa última que nos deteremos mais ao longo dessa pesquisa. Althusser recupera os conceitos, também marxistas, de infraestrutura e superestrutura para argumentar que todas as sociedades capitalistas necessitam não só de um sistema de produção, a infraestrutura econômica, mas também de um sistema que garanta a sobrevivência do modo de produção capitalista, realizando sua manutenção e reprodução, a superestrutura formada pelas instâncias jurídico-políticas (o Estado) e uma instância ideológica (Althusser, 1980, p. 25-26). Sobre a estrutura repressiva do Estado, o autor declara:

O Estado é então e antes de mais aquilo a que os clássicos do marxismo chamaram o aparelho de Estado. Este termo compreende: não só o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos a partir das exigências da prática jurídica, isto é a polícia - os tribunais - as prisões; mas também o exército, que (o proletariado pagou esta experiência com o seu sangue) intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia, e os seus corpos auxiliares especializados, são 'ultrapassados pelos acontecimentos'; e acima deste conjunto o chefe do Estado, o governo e a administração (Althusser, 1980, p.31-32).

O autor ainda se propõe a realizar um resumo breve da teoria marxista do Estado e a divide em quatro principais premissas que devem ser consideradas na análise: (a) a primeira é a de que o Estado é o aparelho *repressivo* de Estado; (b) a necessidade de se distinguir o *poder de Estado*, que é o centro de toda a luta política, do *aparelho de Estado*; (c) a luta de classes se objetiva em torno do *poder de Estado* e, conseqüentemente da utilização do *aparelho de Estado* pelas classes detentoras do poder, em favor dos seus objetivos de classe; (d) para destruir o Estado (poder e aparelho) o proletariado precisa

tomar o poder e, em um primeiro momento, constituir um aparelho de Estado proletário, completamente diferente do aparelho burguês (Althusser, 1980, p.38).

Sobre o tema da repressão, Althusser expõe:

[...] o papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio [...], mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão[...], as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1980, p.55-56).

A repressão é colocada então como um instrumento que garante a manutenção das condições políticas nas quais a classe dominante exerce sua exploração. É a mediação necessária para o sistema capitalista que possui em si mesmo antagonismos tão fortes que são insustentáveis sem essa moderação e controle do Estado. É por meio da repressão que, em determinado momento, se pode subjugar o ser humano às condições abusivas de vida, de forma a explorar seu trabalho, impondo a venda da força de trabalho.

Por sua vez, Nicos Poulantzas muito avançou em complexificar a definição de Estado e contribuiu com elementos que aumentam a capacidade analítica da Ciência Política marxista. Como declarado por Bichir, o pensador grego foi um dos autores da tradição marxista “que mais se dedicou ao estudo do Estado capitalista” (Bichir, 2017, p. 35) e dessa forma não deve deixar de ser recuperado por quem se dedica a esse tema. Entretanto, é necessário se atentar que, ao longo de sua trajetória, Poulantzas alterou sua concepção de Estado mais de uma vez. Essas transformações em seu pensamento poderiam em si se constituir como objeto de pesquisa, mas o que vale ressaltar é que representam um grande compromisso do autor com a compreensão do Estado capitalista e com as preocupações estratégicas e táticas dos comunistas em seu tempo histórico.

Adriano Codato, em artigo que busca periodizar as formulações de Poulantzas, argumenta que há três diferentes definições de Estado para o autor e que “esses conceitos não são apenas desiguais, mas em grande medida incompatíveis entre si [...]” (Codato, 2008, p.71). No entanto, neste trabalho serão recuperadas as análises presentes na obra “*O Estado, o poder, o socialismo*”, correspondente ao que Codato denomina como a terceira fase do autor, isso por considerar que sua concepção de *Estado relação*

oferece as melhores ferramentas para compreender o contexto do objeto desta investigação.

Poulantzas explicita a relação entre Estado e economia, problematizando abordagens que se reduzem à base econômica do modo de produção capitalista e colocam o Estado de modo exterior às relações de produção. O autor define modo de produção como:

Em suma, um modo de produção não é o produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuiria previamente, ao se relacionar, uma estrutura intangível. É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é **primeiramente** seu relacionamento e articulação que os forma (Poulantzas, 1980, p.21, grifos originais)

O autor apresenta uma concepção mais complexa (em relação àquelas aqui anteriormente apresentadas) dos elementos econômicos, políticos e ideológicos, rechaça a ideia de estruturas intangíveis e atribui a definição de modo de produção justamente à unidade de articulações políticas, econômicas e ideológicas. Dessa forma, coloca em perspectiva outro elemento essencial da análise marxista do Estado: a indissociabilidade entre as esferas econômica e política, pontuando que há no capitalismo a tendência de separar esses elementos.

Contudo a separação do Estado e do espaço da reprodução, específico ao capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular de instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes, qualquer que seja o modo de produção; porém, e sim, como característica própria ao capitalismo, na medida em que ele cria novos espaços do Estado e da economia, transformando seus próprios elementos (Poulantzas, 1980, p.22-23).

Essa separação, característica do modo de produção capitalista, separa o Estado e economia como duas diferentes esferas, cada uma com atuação própria: para o Estado todos são cidadãos e sendo assim iguais jurídica e politicamente (ocultando o fato de que são materialmente desiguais em suas condições de vida, posses e tudo mais que diz respeito à sua vida econômica); na economia o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho (a única coisa que ele possui). Cabe à análise marxista da realidade desvendar a imbricação entre base econômica e superestrutura jurídico-político-ideológica, atentando para a presença do Estado na produção e reprodução do capitalismo. Nas palavras de Poulantzas, “esta separação é a forma

precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção” (Poulantzas, 1980, p.23).

Isso posto, se o Estado está presente nas relações de produção, então “a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição e de sua reprodução” (Poulantzas, 1980, p.29). Com isso, o autor considera que para realizar uma teoria do Estado no capitalismo é necessário levar em consideração as transformações das relações de produção, e essa teoria precisa ter capacidade explicativa de pontuar as formas de Estado em diferentes estágios do capitalismo, bem como em períodos de exceção e diferentes formações sociais. Poulantzas recupera, dessa forma, a importância da historicidade no método materialista-*histórico*-dialético, situando esse *Estado relação* no tempo e, assim, situando também as relações de produção enquanto parte integrante de um determinado tempo histórico, como parte da correlação de forças daquele estágio do capitalismo. Nessa perspectiva “uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo” (Poulantzas, 1980, p.30).

Em outro momento da obra o autor irá se dedicar mais profundamente em caracterizar o que até aqui chamamos de *Estado relação*, tomando como objetivo realizar uma análise do Estado nos campos da dominação e luta política. Em um primeiro momento, partindo da premissa de que é necessário captar os elementos de mudança/transformação em uma teoria do Estado capitalista, Poulantzas atenta para as mudanças no campo da política que podem decorrer de diferentes estágios do capitalismo ou de *diferentes formações sociais* (Poulantzas, 1980, p.142). Essa contribuição é de grande relevância para a análise que se pretende realizar neste trabalho, considerando que a formação social de um país latino-americano, nesse caso o Brasil, em muitos elementos se diferencia da formação social dos Estados europeus, contexto em que as obras recuperadas aqui estão inseridas. Assumo, conjuntamente com outros autores e autoras marxistas da América Latina, que a formação social de nossos Estados nacionais, e as relações com base nas quais o modo de produção capitalista se constituiu e se reproduziu nesta região, implicam importantes modificações no campo da dominação política. Poulantzas declara:

A urgência teórica é então a seguinte: compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na ossatura institucional do

Estado [...] de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado (Poulantzas, 1980, p.144).

Dessa forma, defendo que compreender o Estado e a dominação de classe passa por compreender a forma diferencial que ambos encontram na materialidade latino-americana.

Outro elemento importante a ser recuperado deste autor é o papel que ele atribuiu ao Estado enquanto representante e organizador das classes dominantes, particularmente das frações burguesas. Poulantzas aponta que o bloco no poder é conformado por várias frações da burguesia, que possuem o Estado como sua unidade política: “Esse Estado, **agora como no passado**, deve representar o interesse político a longo prazo no conjunto da burguesia (hipoteticamente o capitalista coletivo) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista” (Poulantzas, 1980, p.146, grifo original).

Isso significa que as diferentes frações burguesas se situam no terreno da dominação também em disputa pelos seus interesses próprios e, segundo o autor, de forma desigual. O Estado, enquanto esse espaço de unidade, deve assegurar o interesse geral da classe dominante, sendo assim, mantém sempre certa autonomia em relação às frações (Poulantzas, 1980, p.47). Aí mora a concepção de *Estado relação*: Poulantzas (1980, p.148) define o Estado enquanto “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”. Entendemos, como Poulantzas e como a tradição marxista, a luta de classes enquanto o motor da história, isso significa que há uma disputa entre classes sociais pelo poder. O nosso tempo histórico é o tempo da burguesia enquanto classe detentora desse poder e que encontra-se, por sua vez, no seu estágio monopolista, profundamente dividida em frações que disputam também seus próprios interesses particulares no interior do Estado, no terreno da dominação política - *a condensação material de todas essas relações é o Estado*.

Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, **significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe**. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, **não é, não pode ser jamais [...] um bloco monolítico sem fissuras**, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. **As contradições de classe constituem o Estado**, presentes na

sua ossatura material, e armam assim sua organização [...] (Poulantzas, 1980, p.152, grifos nossos).

Em *O Estado no centro da mundialização*, Jaime Osorio, logo nas primeiras páginas, sintetiza as questões que estamos chamando atenção até aqui:

De início é preciso notar que, para nós, o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (Osorio, 2019, p.17).

O autor apresenta quatro particularidades do Estado capitalista que condensam bem as nuances das discussões marxistas em torno do Estado, ao mesmo tempo que constituem uma concepção própria do autor. Sobre o Estado, Osorio constata que: é a única instituição em nossas sociedades que possui a capacidade de fazer com que interesses particulares sejam generalizados como interesses de toda a sociedade; apresenta-se enquanto comunidade, sintetizando valores e metas comuns; é o centro do poder político, onde todas as relações de poder se condensam; tem um papel essencial na reprodução material, social, política e ideológica das sociedades (Osorio, 2019, p.18).

É essa complexidade de relações que coloca o Estado como um objeto central para analisar as sociedades capitalistas, não se trata apenas de um elemento dentro do modo de produção capitalista, e sim de um objeto que atravessa diversas discussões, produz e reproduz sociedades. O autor ainda argumenta que o elemento específico e essencial do Estado é o poder e a dominação de classes (Osorio, 2019, p.19), sendo assim, abordar esses temas, passa necessariamente pela questão do Estado.

Com a recuperação destes autores até aqui, pudemos desenvolver questões referentes à origem do Estado burguês, sua função classista enquanto representante e organizador dos interesses das classes dominantes, sua relação com a sociedade civil, seu papel repressivo, como se estruturam destacamentos e/ou forças armadas neste Estado e a necessidade de seu fim. Compreendemos também as disputas da burguesia dentro do Estado, e como essas contradições e antagonismos se condensam no Estado enquanto centro do poder político, do mesmo modo evidenciamos a tentativa de ruptura entre os campos da economia e política, e como a imbricação desses elementos guiam nossa análise da realidade.

O que nos falta agora é, levando em consideração as contribuições dos autores até aqui citados, caracterizar como o Estado burguês atua e se organiza em nossa região. É necessário localizar nosso objeto de estudo, o Estado brasileiro, no sistema mundial capitalista. Para isso recuperamos algumas categorias de análise postuladas nas contribuições da teoria marxista da dependência (TMD), os autores e autoras dessa tradição realizaram aportes que nos permitem olhar tanto para as particularidades do capitalismo na América Latina, em nível de região, ou um olhar minucioso para cada país, bem como permite uma análise que destaque a posição e o papel da região dentro do sistema capitalista mundial.

## 1.2 O ESTADO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO

Partindo das reflexões da teoria marxista da dependência, que considera que os Estados latino-americanos se inserem de maneira dependente no sistema mundial capitalista, consideramos necessário, em nível teórico, analisar a região enquanto um bloco (de formação social semelhante) que possui particularidades quando comparado a Estados e regiões que assumem um papel imperialista no capitalismo mundial. Dessa forma, para pensar a atuação, estrutura e particularidades próprias ao Estado na América Latina, serão utilizados autores e autoras de tradição marxista que voltaram suas análises para a região, e a compreenderam a partir dessa mesma categoria de análise: a dependência.

Em um primeiro momento, é importante afirmar que assim como, e a partir de Maíra Bichir, acreditamos que o Estado latino-americano pode ser identificado como dependente, considerando seus elementos políticos e econômicos de forma indissociada. Declarar isso significa compreender que, apesar de se tratar também de um Estado moderno capitalista (e dessa forma compreendido em todas as questões já problematizadas neste capítulo), as particularidades apresentadas nos Estados latino-americanos nos permitem falar em uma “forma específica de Estado” (Bichir, 2017, pg. 43).

Em sua análise do Estado na América Latina, Jaime Osorio destaca a dependência<sup>4</sup> e a superexploração da força de trabalho<sup>5</sup> enquanto processos que definem particularidades à questão do Estado nos países latino-americanos. Partindo do fato de que as classes dominantes latino-americanas possuem seus interesses subordinados aos das classes dominantes do centro do capitalismo devido à dependência, os Estados na América Latina condensam também essas relações, caracterizando-se como Estados de soberania restringida ou, nas palavras do autor, *Estados subsoberanos*. Essa característica:

[...] implica a **subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais** frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que **não deve ser interpretada como um obstáculo**, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos (Osorio, 2019, p.206, grifos nossos).

Osorio argumenta, então, que essa associação subordinada e poder restringido das frações burguesas locais geram debilidades no Estado e no sistema de dominação em si, que são por sua vez compensadas “pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas [...]” (Osorio, 2019, p.207). Nesse e em outros momentos do capítulo o autor elabora que o Estado latino-americano tende a intervir e utilizar seus mecanismos coercitivos mais do que os Estados imperialistas.

Para Osorio, as relações de subsoberania e subordinação implicam em uma debilidade estrutural do Estado, assim como em seu sistema de dominação, e essa situação seria compensada com maior uso da coerção. A argumentação do autor é uma importante chave de análise para essa pesquisa, a partir dessa compreensão é possível investigar se essa dimensão autoritária do Estado é empregada somente por uma maior repressão e uso direto do monopólio da violência, ou se existem particularidades na estrutura e atuação dos mecanismos coercitivos do Estado, nesse caso, especificamente, das Forças Armadas.

O autor segue expondo como as particularidades do capitalismo dependente configuram uma maior presença e intervenção do Estado na região, mesmo em situações

---

<sup>4</sup> Categoria utilizada pela teoria marxista da dependência, para abordar as desigualdades nas formações sociais do capitalismo latino-americano em relação às formações sociais do capitalismo em países imperialistas ou do centro do capitalismo.

<sup>5</sup> A superexploração da força de trabalho é uma categoria utilizada para se referir à modalidade particular de exploração que o capitalismo assume nos países dependentes, também originada das investigações da teoria marxista da dependência.



caracterizadas, por muitos autores, como um enfraquecimento da figura do Estado, como no caso da globalização ou dos projetos neoliberais. Frente às debilidades do capitalismo dependente, faz-se necessário um forte intervencionismo estatal. Desse modo, Osorio avança em pontuar as consequências da reprodução capitalista baseada na superexploração da força de trabalho para o Estado.

Sob a superexploração do trabalho, a produção acontece de modo a ignorar as necessidades de grande parte da classe trabalhadora, trata-se de um processo, observado por Ruy Mauro Marini, em que existe um divórcio entre as estruturas produtivas e as necessidades da população trabalhadora, dessa forma a produção interna destina-se aos mercados estrangeiros ou a pequenas camadas consumidoras. Osorio observa, ademais, que no caso do capitalismo dependente, predominam as dimensões de barbárie, com uma tendência ao aumento da população subempregada ou desempregada, aumento da intensidade e jornada de trabalho, esgotamento precoce dos trabalhadores, e uma desigualdade social imensa. Esses elementos acirram a luta de classes, e “a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente” (Osorio, 2019, p.209).

As formulações de Osorio nos permitem reforçar a relevância da análise do Estado para a compreensão das relações políticas e econômicas, e quando abordamos essas relações no marco do capitalismo dependente latino-americano, a figura estatal ganha ainda mais relevância. Reivindicamos, novamente, que essas problemáticas nos permitem falar em um Estado dependente, e não apenas um Estado do capitalismo dependente<sup>6</sup>, que se configura como um elemento central para realizar as mudanças econômicas e políticas que o capitalismo necessita em determinados tempos históricos.

Reforçamos ainda que a dependência e o Estado dependente não são um estágio em que a América Latina se encontra e que não poderiam se tornar desenvolvidos seguindo modelos propostos pelos países do centro do capitalismo. A dependência, e a forma de Estado a ela correspondente são uma forma assumida pelo capitalismo em nossa região, de forma associada e subordinada ao sistema capitalista mundial.

---

<sup>6</sup> Sobre esse tema, consultar Bichir, 2017, p.41-53.

Isto posto, em seguida observaremos as características assumidas pelo Estado dependente em determinado momento histórico: o Estado contrainsurgente e sua institucionalização na forma do Estado de quatro poderes.

### 1.3 O ESTADO DE QUATRO PODERES DE RUY MAURO MARINI

O Estado de quatro poderes é uma importante formulação de Marini que guiará nossas reflexões, trata-se de uma forma que assume o Estado latino-americano em determinada conjuntura, com forte influência militar. O que pretendemos, em um primeiro momento, é caracterizar essa forma de Estado no pensamento do autor para, posteriormente, refletir se essa categoria continua possuindo capacidade explicativa em nosso objeto de estudo: o Estado brasileiro no período após o golpe em Dilma Rousseff até as invasões em Brasília em janeiro de 2023.

Para realizar essa análise realizamos uma busca pelo termo Estado de quatro poderes nas obras do autor, encontrando a categoria presente em sete textos diferentes: *O Estado de contrainsurgência (1978)*, *Fuerzas armadas y gran capital (1980)*, *La cuestión del Estado en las luchas de clase en América Latina (1980)*, *La lucha por la democracia en América Latina (1985)*, *A constituição de 1988 (1988)*, *Brasil: da ditadura à democracia (1991)* e *Liberalismo y democracia: la revisión constitucional en Brasil (1994)*. Analisaremos cada uma delas, buscando as condições e os elementos que produzem e estruturam esse Estado, e para acompanhar o desenvolvimento do pensamento do autor seguiremos a ordem cronológica das obras.

Em *O Estado de contrainsurgência* o autor está, na verdade, caracterizando a forma que o Estado latino-americano assume durante as ditaduras militares da segunda metade do século XX. Marini argumenta como a doutrina de contrainsurgência implementada pelos EUA, como forma de barrar as crescentes lutas populares no continente, deu forma a ditaduras ou governos militares que revestiram a política de um caráter militar. Trata-se de um processo contrarrevolucionário, onde os inimigos políticos (não mais adversários) precisam ser aniquilados (não mais derrotados), a política assume assim uma visão de guerra e, sendo assim, é administrada pelos especialistas nela. Após sufocar a insurgência e reconquistar as bases populares, a doutrina de contrainsurgência deve caminhar para a fase da institucionalização, ou seja, o restabelecimento da democracia burguesa.

Marini aponta que, diferente do fascismo, a contrainsurgência não questiona a

validade da democracia burguesa, “somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento” (Marini, 2018, p. 4). Nesse contexto tem lugar um período de exceção, onde as classes dominantes, em sua debilidade, não conseguem o controle do movimento popular e revolucionário que irrompe no continente, e assim precisam terceirizar o controle do Estado, normalmente para os militares, para recuperar sua dominação. Argumento que a doutrina de contrainsurgência pode ser caracterizada enquanto uma forma de bonapartismo, a qual assumiram os Estados latino-americanos em determinada conjuntura histórica. Ao fim desse período de exceção, a democracia burguesa deveria ser restaurada, e é nesse ponto que mora o Estado de quatro poderes.

Marini aponta que o bloco no poder se diversifica nesse momento e há um acirramento de disputas interburguesas, o que conduz a uma reconfiguração na doutrina da contrainsurgência. As frações burguesas em disputa necessitam da retomada de seus espaços políticos, o parlamento por exemplo, e do seu controle direto do Estado para realizar sua rivalidade, o Estado terceirizado para seus representantes militares deve ser cessado. O autor expõe que o essencial do Estado de contrainsurgência deve ser mantido, mesmo realizando uma “abertura” política, isso significa institucionalizar a participação direta do grande capital na gestão econômica e subordinar os demais poderes de Estado à tutela das FA, dessa forma:

Qualquer que seja a fórmula adotada – **e o mais provável é que ela apresente variantes nos diversos países do continente** –, se caminha, no entanto, para um Estado de quatro poderes, ou mais precisamente, ao **Estado do quarto poder, no qual as Forças Armadas exercerão um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal** (Marini, 2018, p.13, grifos nossos).

Há então, apesar de diferentes variantes, um projeto de Estado onde as FA continuam exercendo seu papel de contrainsurgente, não mais enquanto direção, e sim como um quarto poder não oficial que tutela a democracia burguesa.

Esse aspecto será aprofundado em *Fuerzas armadas y gran capital*, onde Marini detalha a simbiose que ocorre entre as Forças Armadas e os interesses do grande capital durante o período do Estado de contrainsurgência, formando assim o bloco burguês militar. Nesse texto é importante destacar as reflexões que o autor apresenta sobre os interesses das FA e a complexidade da formação desse bloco no poder. O autor chama esse processo de simbiose justamente pelo fato de os militares não serem meros executores dos interesses burgueses, movendo-se também por interesses próprios: tornar o Brasil uma potência mundial, a partir de um capitalismo desenvolvido, projeto esse

muito influenciado pela própria doutrina de contrainsurgência, que colocava a essência da segurança política no desenvolvimento econômico. O pensamento militar apresenta assim uma estreita correlação entre o econômico e o político. Marini também aponta como um dos exemplos de materialização do bloco burguês militar o desenvolvimento da indústria bélica, o que, como já abordamos no pensamento de Rosa Luxemburgo, apresenta benefícios para ambos os agentes deste bloco.

Entretanto, com o acirramento das contradições interburguesas, surgem fissuras nesse bloco. Essas divisões incidem também nas FA, que estavam vinculadas a uma ou a outra fração burguesa, mas suas estruturas internas (hierarquia, relações de mando, etc.) possibilitam uma coesão maior do que a observada no bloco burguês. O autor aponta que a saída a uma nova institucionalidade sob a forma de um Estado de quatro poderes é o resultado do grau avançado da simbiose entre as FA e o grande capital, sendo assim, o Conselho de Segurança Nacional tem centralidade na questão do quarto poder, já que é a expressão dessa aliança: o conselho é o local onde os militares e os “tecnócratas o funcionários directos del capital” (Marini, 1980a, p. 9) podem negociar conjuntamente.

Passando para o texto *La cuestión del Estado en las luchas de clase en América Latina*, Marini aborda a questão da debilidade das classes dominantes, que leva à saída contrarrevolucionária. Há nesse ponto uma grande contribuição para pensar a relação entre a superexploração, a debilidade da dominação das classes dominantes locais no capitalismo dependente e o papel do militarismo para garantir o funcionamento da coerção e do sistema de dominação. Sobre a fase de desestabilização dos movimentos populares, na tentativa de parar a insurgência revolucionária, o autor expõe que a burguesia falha:

[...] por tratarse de **sociedades basadas en la superexplotación del trabajo**, en ningún caso ella tiene condiciones para reunir fuerzas suficientes como para derrotar políticamente al movimiento popular, no llega siquiera a la estructuración de un partido político; [...] **las fuerzas contrarrevolucionarias no llegan jamás a un claro triunfo político, sino que necesitan usar la fuerza para hacerse del Estado** y emplearlo en su beneficio (Marini, 1980b, p.11, grifos nossos).

Marini destaca a mudança na correlação de forças no fim da década de 1970, e a reconfiguração da doutrina de contrainsurgência, o que pressiona a adequação da doutrina às novas condições da luta de classes. O autor retorna ao tema da institucionalização das democracias burguesas, processo esse que devolve para as classes dominantes seus espaços de dominação política. Ao mesmo tempo em que se deve manter os mecanismos implementados na contrainsurgência que afastam o

movimento de massas da cena política, devem ser estruturadas democracias “viáveis”, “governáveis”, ou seja, democracias restringidas, nas quais as FA necessitam manter seus poderes de vigilância e controle, principalmente no que diz respeito às leis de segurança nacional.

Em *La lucha por la democracia en América Latina*, podemos observar a argumentação de que o projeto de reconversão imperialista estadunidense impõe para a região um projeto neoliberal, que agrava a superexploração da força de trabalho e generaliza o desemprego nos países de capitalismo dependente. O neoliberalismo, enquanto um projeto que limita as funções do Estado, vai de encontro com os interesses das FA, cuja existência se dá justamente pelo Estado, dessa forma o bloco burguês militar se encontra fragilizado e cindido. Sobre a situação das FA, Marini destaca que “[...] el rechazo que provocaron por parte de la sociedad, debido a su desempeño en la dirección del Estado, las llevó a renunciar al ejercicio directo del poder [...]” (Marini, 1980b, p.8-9), entretanto isso não prejudicou sua motivação ideológica e coesão interna, que na verdade se fortaleceram em comparação com o padrão de conflito interno em que as FA se encontravam antes das ditaduras. O autor expõe que:

[...] el comportamiento relativamente monolítico de los militares, en la actual coyuntura, tiene una causa de carácter más estructural: **su reforzamiento ideológico**, a partir de la adopción de la doctrina norteamericana de la contrainsurgencia en los años sesenta. Tal doctrina les permitió fundar sobre bases más sólidas su **concepción de las instituciones armadas como garante fundamental de los intereses del Estado** (identificados como seguridad nacional), y llamadas por ello a ejercer un papel no sólo tutelar, sino también **conductor** respecto a la sociedad (Marini, 1980b, p.8, grifos nossos).

É significativo para nossa análise o fato de que Marini caracteriza esse papel das FA não somente como tutela, mas também como uma instituição que se propõe a conduzir politicamente os interesses “nacionais”. Essa posição atribui uma particularidade ao Estado de quatro poderes, e pode se tornar uma importante chave de análise para pensar a relação entre os militares e a sociedade civil na América Latina.

O autor argumenta que, no Brasil, essa função encontra raízes na tradição da constituição monárquica, que estabelecia um Estado de quatro poderes, sendo o poder moderador uma novidade além dos três poderes tradicionais, e cuja função seria a de tutelar os demais. Esse poder se apoiava no monarca enquanto chefe das FA, e, para alguns, com o fim da monarquia esse poder passava diretamente para a responsabilidade das próprias Forças Armadas. Assim sendo, Marini argumenta que na década de 1980 o esforço dos militares foi o de construir uma institucionalidade que assegurasse sua

posição de quarto poder não oficial.

Esse estudo continua nas discussões apresentadas em *A constituição de 1988*, onde Marini realiza uma reflexão sobre a tradição constitucional brasileira à luz da conjuntura que elaborava a nova constituição. O autor aponta que a primeira constituição republicana brasileira não rompe com a noção do poder moderador da constituição monárquica, na verdade ela funde na figura do presidente o poder executivo e moderador, criando o presidencialismo exacerbado. Neste trabalho, Marini também indica que os militares conseguiram sustentar sua posição, dizendo que “[...] a tônica da Constituição de 1988 em relação à organização dos poderes do Estado é um liberalismo acentuado, que se articula com a **subordinação do Estado a um quarto poder não explícito, representado pelas Forças Armadas**” (Marini, 2016, p.412, grifos nossos).

Em *Brasil: da ditadura à democracia* cabe ressaltar que o autor mais uma vez evidencia que já na doutrina de contrainsurgência estava prevista a institucionalização democrática após a conquista de base social, ainda que os acontecimentos não tenham se dado exatamente dessa forma. A retomada da democracia burguesa ocorre sob a forma de democracias restringidas, projeto que os EUA pressionaram após uma série de derrotas em seu sistema de dominação, como por exemplo a derrota na guerra do Vietnã. A cúpula militar conduz essa transição de forma muito cuidadosa e lenta, restabelecendo o jogo parlamentar e partidário com a sua tutela - mesmo a revogação do Ato Institucional 5 ocorreu conjuntamente com uma série de medidas de segurança, como por exemplo o estado de sítio<sup>7</sup>. Dessa forma, com sua função de quarto poder não oficial garantida pela constituição de 1988, as Forças Armadas somente deixam a direção do Estado de contrainsurgência para assumir sua posição no Estado de quatro poderes.

Por último, em *Liberalismo y democracia: la revisión constitucional en Brasil*, Marini sintetiza seus estudos sobre o Estado de quatro poderes, nos cabendo destacar que para o autor, as Forças Armadas conseguiram manter sua função de garantir a lei e a ordem, tendo que abrir mão do Conselho de Segurança Nacional, que acabou tornando-se o Conselho de Defesa Nacional, sendo este um órgão de consulta do poder Executivo que, mesmo tendo um caráter propositivo, não representa mais um espaço de direção do bloco burguês militar.

Em suma, o Estado de quatro poderes é a forma de Estado assumida após a reconfiguração da doutrina de contrainsurgência estadunidense, nesse momento o jogo

---

<sup>7</sup> Como já abordamos na primeira seção deste capítulo, Marx destaca a relevância do estado de sítio como ferramenta.

político é retomado sob a forma de democracias restringidas, modelo que mantém os aspectos essenciais da doutrina de contrainsurgência no processo de abertura política. Nesse cenário, as Forças Armadas assumiram um papel de quarto poder não oficial do Estado, fato que se deu devido à profundidade alcançada na simbiose do bloco burguês-militar. As ditaduras de contrainsurgência concederam aos militares um espaço de poder do qual eles não abriram mão, e lutaram para manter durante o processo de redemocratização.

Ruy Mauro Marini faleceu em 1997, não podendo acompanhar o rumo que tomou o Estado de quarto poder nas décadas seguintes, entretanto, suas contribuições sobre o assunto deixam ricos elementos para realizar essa análise. O que nos cabe é, assim como Marini, e a partir de nosso tempo histórico, refletir sobre o papel das Forças Armadas nos Estados dependentes latino-americanos, considerando toda a complexidade que isso representa.

## 2 IMPERIALISMO, SUBIMPERIALISMO E MILITARISMO

Tendo caracterizado nossa primeira unidade de análise, o Estado, nesse capítulo nos dedicaremos a uma análise mais minuciosa sobre o estágio do capitalismo em que nos encontramos, o dos monopólios e do capital financeiro. Para isso, três categorias guiarão nossa investigação: o imperialismo, o subimperialismo e o militarismo, sendo esse último o centro de nossa observação.

Em um primeiro momento buscaremos analisar a relação fortemente entrelaçada entre imperialismo e militarismo. Nesse contexto, apesar de o imperialismo ser uma categoria amplamente discutida dentro do campo marxista e normalmente Lenin aparecer como principal expoente nas análises, na presente investigação recuperamos as contribuições de Rosa Luxemburgo, por alguns diferentes motivos.

Em primeiro lugar, consideramos as análises de Luxemburgo imprescindíveis para os estudos do militarismo, objeto principal deste estudo, em suas obras está presente uma abordagem de grande capacidade explicativa, que relaciona diretamente o militarismo como uma característica do capitalismo no estágio imperialista, tendo investigado essa condição em mais de uma obra. Por outro lado, Luxemburgo também aponta em suas intervenções um caminho de enfrentamento ao militarismo, seja em suas posições teóricas ou em sua militância ativa no movimento socialista, sua própria biografia se funde com a história do enfrentamento do movimento comunista contra as forças de repressão das classes dominantes. Por último, acreditamos ser de extrema importância reivindicar a memória de Rosa Luxemburgo enquanto uma mulher revolucionária, diante de um cenário onde as contribuições femininas são silenciadas ou apagadas de nossa história. Destacar sua produção teórica é, para nós, um movimento político que destaca a posição das mulheres socialistas em oposição ao militarismo.

Em um segundo momento, nos dedicaremos a observar o subimperialismo, como fenômeno correlato ao imperialismo, mas inserido no contexto latino-americano. Compreendemos que a categoria criada por Ruy Mauro Marini permite uma aproximação para compreender a posição do Brasil, nosso país de estudo, na região, assim como é possível também destacar as contradições que permeiam essa condição, com o destaque do envolvimento militar para a concretização do subimperialismo, que assim como o imperialismo, está profundamente imbricado com o militarismo.



## 2.1 IMPERIALISMO E MILITARISMO NO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO

Partimos da alegação de que as Forças Armadas são instituições do Estado responsáveis pelo papel de coerção e que possuem o monopólio legítimo da violência, mas é necessário ir além dessa caracterização e investigar a atuação dessas instituições, analisando qual papel desempenham no sistema de dominação.

Dentro do campo marxista, é possível encontrar colaborações teóricas sobre esse tema no pensamento de Rosa Luxemburgo, em mais de uma ocasião a revolucionária se dedicou a examinar a questão do militarismo, dos exércitos permanentes e o forte protagonismo assumido pelo campo militar na etapa imperialista do capital. Utilizamos nessa pesquisa capítulos e trechos da obra de Luxemburgo onde a autora se dedica especificamente sobre o tema do militarismo, entretanto é de extrema relevância recuperar e destacar que sua vida, militância e obra são marcadas pela luta contra o militarismo, posição que a autora defendeu até o momento de sua morte.

Em *Milícia e militarismo*<sup>8</sup> a autora realiza um debate com Max Schippel, deputado da social-democracia alemã, referente ao programa do partido em relação à questão militar - Schippel era favorável ao exército permanente alemão, enquanto Luxemburgo apresentava os argumentos de defesa do sistema de milícias populares. Schippel defendia que o sistema de milícias era trabalhoso economicamente, enquanto o militarismo era necessário para a sociedade, mais vantajoso economicamente. A autora prontamente argumenta que a posição do deputado coincide com os interesses das classes dominantes, para estas sim, o povo armado é inadmissível, enquanto o exército permanente é imprescindível para a dominação.

Sobre a defesa de Schippel de que o militarismo representaria um alívio econômico para a sociedade, Luxemburgo expõe a tendência oportunista de privilegiar “minúsculos interesses práticos do momento” em detrimento dos objetivos da libertação socialista. A autora expõe como problema a ideia de que o militarismo tiraria trabalhadores das fileiras do exército de reserva para atuarem no exército permanente e, dessa forma, removeria concorrentes e impediria o rebaixamento de salários, Luxemburgo demonstra:

Por el militarismo, el trabajador burla, en determinada cantidad, una disminución inmediata de su salario; pero con ello pierde en gran proporción y por largo tiempo, la posibilidad de luchar por el alza de los jornales o la mejora de su situación. Como vendedor de la fuerza de trabajo, gana; pero, al mismo tiempo, y como ciudadano, enajena su libertad de movimientos, para resultar, en último extremo, perjudicado también como tal vendedor de fuerza. **Elimina un concurrente en el mercado de trabajo, pero ve surgir un guardián de su esclavitud de**

---

<sup>8</sup> Trata-se de um anexo escrito em 1899, presente em algumas edições da obra “Reforma ou Revolução”

**asalariado** (Luxemburgo, 2015, n.p., grifo nosso).

Para além desse elemento, a autora segue demonstrando que o militarismo não representa nenhum tipo de alívio para os interesses do proletariado e da luta socialista, mas sim um ponto estratégico para as classes dominantes, caracterizando-se como um grande campo de investimento (esse ponto será explorado melhor pela autora em *A acumulação de capital*, que abordaremos posteriormente) e assegurando também sua dominação política.

A autora indica os pontos em que o pensamento de Schippel e o programa do partido estão em concordância, e neste momento nos apresenta uma importante descrição do militarismo, Luxemburgo sublinha que “juzgamos al militarismo, tal cual es hoy, como **un producto fatal e irremediable de la evolución social**, y así lo ve Schippel” (Luxemburgo, 2015, n.p.). Essa concepção está em conformidade com o pensamento de Engels que já apresentamos no ponto 1.1, no qual os destacamentos armados se apresentam enquanto uma característica dessa etapa social, onde a sociedade capitalista, extremamente dividida em classes antagônicas, delega ao Estado o monopólio da violência como forma de controle.

Disso podemos caracterizar a criação de destacamentos armados do Estado como um produto desse momento histórico da sociedade, o modo de produção capitalista, assumindo mudanças em suas diferentes etapas. Pode parecer óbvio, mas pontuar as Forças Armadas em seu momento histórico, nos permite postular não só os elementos que lhe deram origem, mas também a possibilidade de seu fim, nos colocando como tarefa pensar e criar as condições para seu encerramento. E desse modo Luxemburgo o faz, afirmando que “el militarismo ha de terminar, dado su desarrollo ulterior, en ejército popular, y lo mismo afirma Schippel.” (Luxemburgo, 2015, n.p.), pontuando a necessidade do fortalecimento de alternativas populares que, como expresso também por Lenin em *O Estado e a Revolução*, sejam capazes “de servir não aos exploradores, mas aos explorados” (Lenin, 2017, pg. 33). Essa argumentação fortalece sua posição tática naquele momento, de que o programa do partido social democrata alemão deveria ir no sentido de estimular o sistema de milícias populares, em rechaço ao militarismo tradicional do Estado, em forma de exército permanente. É nesse ponto em que o pensamento oportunista de Schippel difere de um pensamento revolucionário em defesa do socialismo. A autora discorre:

[...] vemos en la evolución del militarismo hacia las milicias simplemente las

condiciones que llevan a su desaparición, **Schippel opina que el futuro ejército popular surgirá por sí mismo, «de dentro afuera», y del actual sistema militar.** Mientras nosotros, apoyados en estas condiciones materiales que nos ofrece el desarrollo objetivo y el acortamiento del tiempo de servicio, **creemos llegar por la lucha política a la realización del sistema de milicias [...]** (Luxemburgo, 2015, n.p., grifos nossos).

É possível enxergar na posição de Schippel uma naturalização dos processos, acreditando que no sistema militar do exército permanente estão as sementes que levarão ao exército popular, de forma espontânea, sem a necessidade da disputa política. Para nós é absurdo pensar que, de dentro da forma engendrada pelas classes dominantes para manter seu poder político e econômico no modo de produção capitalista, saíra uma organização que defenda o interesse dos explorados. Como pode o destacamento responsável por manter e garantir a opressão, produzir as condições de organização dos oprimidos? Se a afirmação por si só já parece impossível, torna-se mais ainda ao pensar que esse processo ocorreria sem a necessidade da luta política. Bem expressa Luxemburgo que:

[...] no comprendiendo que el desarrollo objetivo, material, nos traerá a la mano solamente las condiciones de un grado mayor de desenvolvimiento, pero que **sin nuestra intervención consciente, sin la lucha política de la clase trabajadora en pos de la transformación socialista o de las milicias, ni la una ni la otra se realizarán jamás** (Luxemburgo, 2015, n.p., grifos nossos).

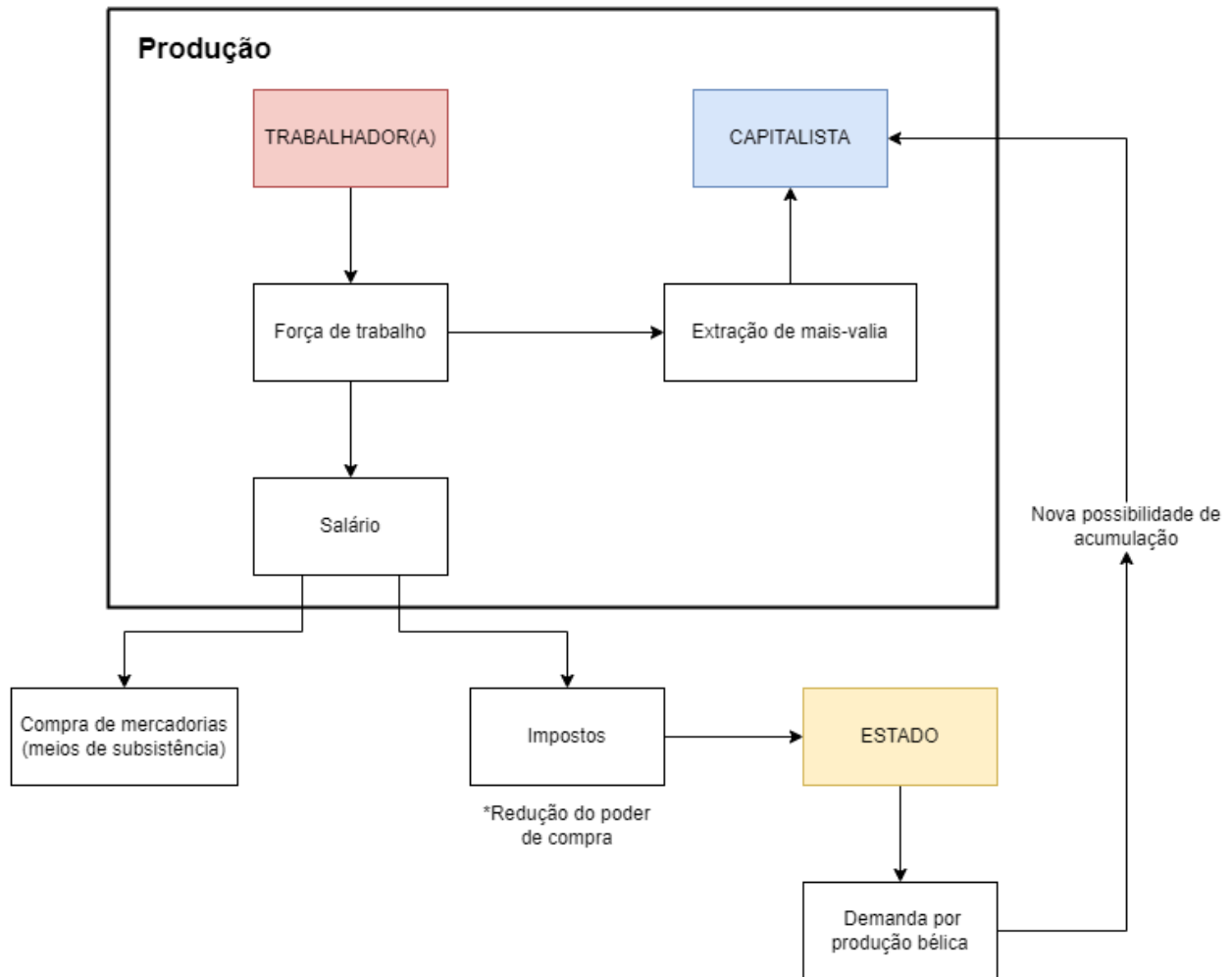
Posteriormente, no capítulo *O militarismo como campo da acumulação do capital*<sup>9</sup>, a autora irá desenvolver algumas formulações que estão presentes em seu debate com Schippel. Aqui Luxemburgo está ocupada em demonstrar que, do ponto de vista econômico, o militarismo se apresenta enquanto um campo de acumulação para o capitalismo.

Luxemburgo elabora que além da esfera da produção, na qual já foi realizada extração de mais-valia, uma parte do consumo da classe operária é transferida ao Estado por meio dos impostos. Essa parte pode ser investida pelo Estado na produção de engenhos de guerra, possibilitando ao capital uma nova oportunidade de criar e realizar mais-valia. Para sintetizar a argumentação da autora<sup>10</sup> e capturar os pontos essenciais da nossa reflexão, utilizaremos a figura 1.

<sup>9</sup> Capítulo de *A Acumulação de Capital*.

<sup>10</sup> É necessário pontuar que a análise de Luxemburgo apresenta mais elementos e nuances que não cabem à nossa análise nesse momento. A figura elaborada tem como objetivo apresentar uma síntese da formulação da autora.

**Figura 1 – Militarismo como campo de acumulação**



Fonte: elaboração própria, 2024.

Do ponto de vista da classe operária, há uma diminuição da sua capacidade de compra de meios de subsistência<sup>11</sup>, do ponto de vista dos capitalistas em geral serão produzidos menos meios de subsistência, entretanto isso não é necessariamente um problema, já que “para o capital total o sustento da classe operária é um mal necessário, um rodeio para chegar ao próprio objetivo da produção: a criação e realização de mais-valia” (Luxemburgo, 2021, n.p.), dessa forma, com a possibilidade de um novo campo de acumulação e extração de mais-valia, o capital lucra mesmo produzindo menos meios de subsistência. Há que ter atenção de que do ponto de vista dos *capitalistas particulares* a situação é diferente: “o que perde a grande massa de capitalistas, ao

<sup>11</sup> Para uma futura investigação é interessante pensar essa formulação da autora no contexto da superexploração da força de trabalho, no qual o trabalhador já não possui a possibilidade de plena reposição de sua força de trabalho.

produzir meios de subsistência para a classe operária, ganha um pequeno grupo de grandes industriais por intermédio do ramo de armamentos” (Luxemburgo, 2021, n.p.)

Do ponto de vista do capital em geral, aquele com o qual o Estado deve se preocupar, o militarismo é não só benéfico para a manutenção de sua dominação pelo uso da repressão, mas também *cria um proveitoso campo de acumulação e exploração*. As vantagens são ainda maiores, pois o crescimento e demanda da indústria de armamentos estão nas mãos da própria classe dominante, nas palavras da autora:

[...] a indústria de armamentos será, sem dúvida, de uma regularidade quase automática, de um crescimento rítmico. **É o próprio capital que controla esse movimento automático** e rítmico da produção para o militarismo, **graças ao aparelho legislativo parlamentar e à imprensa** que se encarrega de criar a chamada opinião pública (Luxemburgo, 2021, n.p., grifos nossos).

Se a demanda para a produção militar provém do Estado da classe dominante, este coloca seus mecanismos políticos e ideológicos para garantir a expansão desse campo. Conseqüentemente, toda a concorrência imperialista, guerras e outras motivações que justificam o aumento do militarismo e do desenvolvimento da indústria de guerra se configuram também em oportunidade de acumulação de capital.

Eduardo Mariutti, em artigo que pretende realizar uma síntese do pensamento da autora acerca do imperialismo, expõe como a formulação de Luxemburgo sobre o modo de produção capitalista destaca a dimensão da violência expansionista:

[...] a **acumulação** capitalista está fadada a **colonizar** e ajustar à sua lógica **todas** as dimensões da vida social. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma **forma universal**, que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele (Mariutti, 2015, p.1, grifos originais).

A imposição do capitalismo enquanto forma universal destrói todas as outras formas de vida que oferecem resistência à sua expansão, o capitalismo é um modo de produção com grande capacidade de destruição e em sua história sistematicamente aniquilou e colonizou formas não capitalistas de organização. Portanto, estamos em concordância com Mariutti quando esse escreve que a reflexão proposta por Luxemburgo nos permite olhar o capitalismo enquanto essa forma universal fundada na violência.

Mariutti aponta que para Luxemburgo o militarismo e a acumulação capitalista possuem um vínculo indissolúvel, sublinhando o militarismo como “um recurso do capital para apoiá-lo em sua luta incessante contra a economia natural e a todas as formas sociais estranhas a ele, ampliando pela violência o estoque de fatores de produção e força de trabalho ao seu dispor” (Mariutti, 2015, p. 7). Entretanto, na fase imperialista do capital, o militarismo se diferencia por sua centralidade, o autor destaca alguns pontos do

pensamentos de Luxemburgo que caracterizam essa etapa: a) Luxemburgo considera que a crescente rivalidade militar do período em que escreve, está associada ao desenvolvimento do próprio capitalismo, que em seu movimento expansivo colonizador e destruidor levou também os “antagonismos europeus”; b) reflete sobre o aspecto contraditório do militarismo, que consolida a dominação burguesa sobre os trabalhadores, absorve capital financeiro e industrial, ao mesmo tempo em que acirra as disputas internacionais, já que o militarismo está ligado à noção de Estado-nação; c) pontua que, ao ser integrado ao movimento do capital, o militarismo assume uma *força motriz própria*, não observada antes, tornando-se assim um traço particular dessa etapa. Neste último ponto o autor destaca que “no caso dos países de capitalismo maduro, **o militarismo é a alavanca mais clara que transborda a concorrência dos capitais** para o cenário internacional, engendrando desta forma o imperialismo” (Mariutti, 2015, p.8, grifos nossos).

A partir das formulações de Rosa Luxemburgo e da recuperação que Mariutti faz de seu pensamento podemos formular algumas bases relevantes para nossa investigação referentes ao militarismo: I) constitui-se enquanto um campo que é fruto do desenvolvimento da sociedade dividida em classes; II) nasce de uma necessidade das classes dominantes e a partir do Estado; III) ao ser integrado pelo movimento do capital, principalmente na fase imperialista, adquire não só função política mas também econômica, desenvolvendo particularidades e força própria; IV) possui a capacidade de gerar condições para produção, reprodução e expansão do modo de produção capitalista; V) possui uma relação inseparável com o imperialismo, sendo uma chave de acumulação de capital ao mesmo tempo em que estabelece o domínio do centro do sistema capitalista sobre as periferias.

Esses elementos devem ser considerados como ferramentas também para caracterizar o militarismo brasileiro.

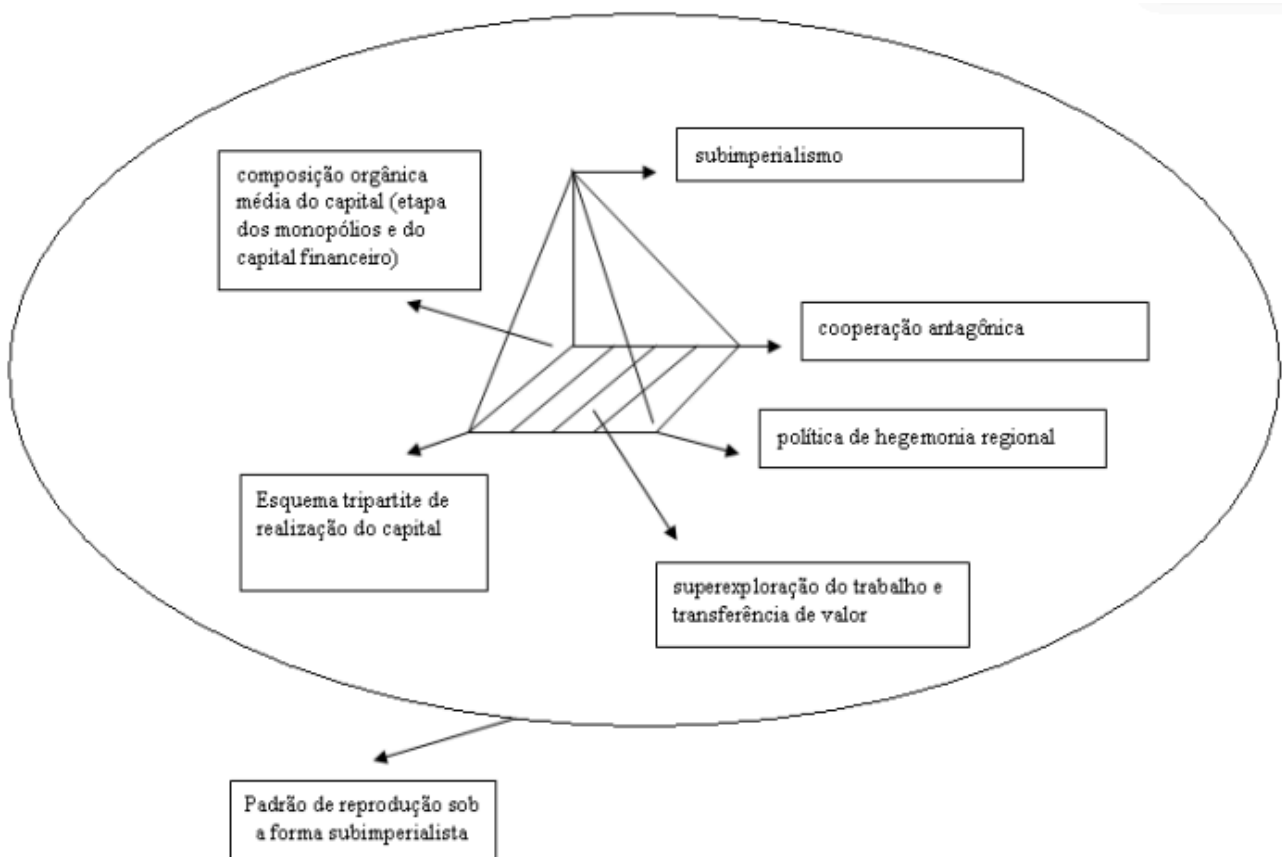
## 2.2 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

Uma categoria importante de ser recuperada nesta investigação é a de subimperialismo, elaborada por Ruy Mauro Marini, que nos ajuda a explicitar a condição dependente do Estado brasileiro, ao mesmo tempo que demarca a posição desse Estado na região. Trata-se de uma categoria política e econômica, assim como o próprio imperialismo.

O subimperialismo é, nas palavras do próprio autor, “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (Marini, 2012, p. 59). Para Luce, essa definição busca explicitar como o subimperialismo e o imperialismo são fenômenos de mesma origem (Luce, 2011, p.74), sendo o subimperialismo um fenômeno próprio do capitalismo dependente.

Para compreender melhor as implicações desse fenômeno nos utilizaremos do esquema e dos estudos elaborados por Mathias Luce, que se aprofundou nas formulações de Marini referentes ao subimperialismo. Luce elabora um esquema teórico para explicitar essas relações, representado na figura 2, ao qual recorreremos para nos aprofundar em cada ponto.

**Figura 2 – As categorias do subimperialismo**



Fonte: Luce, 2011, p.106

O autor se utiliza da figura piramidal para representação dos elementos que levam ao subimperialismo. Primeiramente, atentamos que a base do esquema sobre a qual se

levantam as condições de existência do subimperialismo, são (a) superexploração do trabalho e (b) transferência de valor. Sendo (a) a forma de produção do valor específica do capitalismo dependente, e (b) uma característica da dependência, onde o valor produzido internamente na região é transferido para o centro da acumulação capitalista. Essas duas características são o terreno a partir do qual é possível se originar o subimperialismo. Desses elementos surgem: (c) uma composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro); (d) o esquema tripartite de realização e reprodução do capital; (e) uma política de hegemonia regional; e (f) a relação de cooperação antagônica.

O elemento **(c) composição orgânica média do capital**, é a posição assumida pelo Brasil ao adentrar a etapa dos monopólios e do capital financeiro, sendo o subimperialismo um fenômeno que surge no processo de expansão e acumulação imperialista estadunidense no período pós guerras, a tendência integracionista desse momento gerou uma reconfiguração na hierarquia dos países do bloco capitalista, formando setores médios de acumulação. Trata-se de um momento de grande fluxo de investimentos de capital estadunidense na América Latina, concentrados principalmente na Argentina, Brasil e México (Luce, 2011, p.75), países que justamente expressam a tendência subimperialista. Esses investimentos fomentaram a industrialização na região, e promoveram a integração dos sistemas de produção locais aos sistemas de produção imperialistas, é por meio desse processo que o Brasil se converte em uma potência média, um subcentro da acumulação mundial na América Latina. Em sua análise da categoria subimperialismo na obra de Marini, Luce expõe:

[...] é notório que a integração da economia brasileira ao capital produtivo e ao capital dinheiro internacional – ou seja, a imbricação de ambos que assinala o capital financeiro imperialista – contribuiu para a ascensão do Brasil como um subcentro da acumulação mundial, dotado de uma indústria manufatureira relativamente desenvolvida – nos termos do desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo, é claro – e de um mercado de capitais operando no país. Estes foram processos que desembocaram nas tendências expansionistas que, junto de suas determinantes, correspondem, do ponto de vista econômico, ao fenômeno subimperialista (Luce, 2011, p. 78-79).

Já o ponto **(d) esquema tripartite de realização e reprodução do capital**, é referente a 3 elementos nos quais se baseia a economia subimperialista: mercado externo, Estado e consumo suntuário. O mercado externo é respectivo à exportação de produtos manufaturados, medida que possibilitava o avanço da industrialização e expansão da capacidade tecnológica das empresas, possibilitando a absorção de bens de



capital investidos pelos EUA na região. O Estado, segundo elemento, tem posição central nesse esquema, tornando-se grande comprador como estratégia para absorver a produção do país. O Estado criava demanda pela produção nacional por meio de iniciativas como grandes obras de infraestrutura, de desenvolvimento da energia elétrica, demanda de produção bélica para armar as FA, entre outras. O terceiro elemento, consumo suntuário, é referente à criação de um mercado interno para o consumo desses bens, o que se deu mediante uma transferência de renda das camadas mais pobres da sociedade, para as camadas médias, elemento que aprofunda o divórcio entre a produção e as necessidades das massas.

Esses pontos nos levam a **(e) uma política de hegemonia regional**, dentro do contexto apresentado tem origem uma política expansionista na região, em meio à disputa para atrair a maior parte dos investimentos imperialistas e se converter em um grande mercado de exportação manufatureira na região, assim como concorrer pelo controle das fontes de matérias primas, buscando a redução dos custos de produção. Nessa disputa, Marini atenta que “[...] parece-nos que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenómeno desta natureza” (Marini, 2012, p.59). O país propõe sua expansão sobre a região e sobre outros países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que colabora com o imperialismo estadunidense (Marini, 2014, p. 130), o país subimperialista expande sua hegemonia regional convertendo os demais países em seu mercado consumidor, como forma de dar vazão à produção nacional, assim como também controla as atividades relacionadas à produção de matérias primas, recursos energéticos, insumos, entre outras que tenham impacto na redução dos custos de produção, de forma a maximizar os lucros. O Estado-nação subimperialista também reforça a divisão regional do trabalho, de forma que essa aconteça de modo desigual, favorecendo-o O país subimperialista se apresenta enquanto potência regional, extraindo lucro extraordinário da produção de outros países, ao mesmo tempo em que segue a subordinação dependente das classes dominantes locais ao imperialismo, o que nos leva ao ponto seguinte.

Atuação nos marcos de uma **(f) relação de cooperação antagônica**, essa característica diz respeito à forma de relacionamento entre as classes dominantes locais e as classes dominantes imperialistas. As relações de dependência seguem vigentes nesse

centro médio de acumulação subimperialista, apesar da integração dos sistemas de produção. Desse modo, a cooperação antagônica é a forma assumida no plano internacional, enquanto internamente a partir da internacionalização-nacionalização, as frações burguesas recorrem ao Estado enquanto mediador dos conflitos. Marini expõe:

[...] por assumir conscientemente a decisão de **se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas**, a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. **Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes** para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação (Marini, 2012, p. 65, grifos nossos).

Desse modo, como representado na figura, das bases da superexploração do trabalho e da transferência de valor, se originam os elementos **(c) composição orgânica média do capital, (d) esquema tripartite de realização e reprodução do capital, (e) política de hegemonia regional, (f) relação de cooperação antagônica**, que conjuntamente convergem para o fenômeno do subimperialismo.

É necessário destacar que os elementos analisados por Marini em sua formulação do subimperialismo, têm origem na mesma conjuntura da doutrina de contrainsurgência, onde é forjado também o princípio do Estado de quatro poderes, no núcleo do bloco burguês-militar. Os elementos que caracterizam o subimperialismo convergem naqueles que possibilitam a institucionalização de um quarto poder das Forças Armadas, e por esse motivo reconhecemos como imprescindível a recuperação da categoria subimperialismo nessa análise. Existem outros elementos referentes a essa categoria, tanto elaborados por Marini, quanto os mais minuciosamente analisados por Luce, que também são relevantes para uma compreensão mais profunda desse fenômeno, entretanto não foi possível listar todos aqui, nos cabendo somente apresentar essa problemática enquanto parte também das relações que fortalecem a militarização no Brasil e permitem a ascensão das Forças Armadas à posição de quarto poder. Compreendemos que em futuros avanços dessa investigação será necessário uma maior atenção para o papel do subimperialismo em nosso continente, bem como para as implicações que ele assume para a atuação das FA.

### 3 AS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL

Consideradas as questões que envolvem o Estado, bem como a participação do militarismo no estágio imperialista, neste capítulo nos dedicaremos especificamente à organização e atuação das Forças Armadas dentro do Estado brasileiro. Partindo da concepção de que as organizações militares, enquanto parte integrante do Estado, “[...] refletem sempre as condições da sociedade que as geram” (Sodré, 2010), elaboramos uma breve análise das bases sociais e políticas que fundam a estrutura militar brasileira, explicitando a formação histórica desse Estado e situando sua posição dependente, atentando para a forma como esses elementos fundamentam a estrutura militar.

Posteriormente, realizaremos uma breve recuperação da atuação e relação das Forças Armadas nos governos eleitos após a redemocratização<sup>12</sup>, buscando sintetizar suas principais tarefas e refletir sobre a pertinência da categoria de Estado de quatro poderes formulada por Marini. A partir desse momento, elaboraremos uma reflexão sobre a atuação política das Forças Armadas no Brasil, explicitando elementos que podem posteriormente guiar nossa análise sobre a conjuntura de 2015 a 2023.

#### 3.1 A ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL

Para compreender os elementos de fundação das Forças Armadas no Brasil utilizaremos a obra *História Militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré, considerando que o historiador, enquanto militante comunista e também militar, sintetiza em sua formulação elementos que nos parecem centrais para essa investigação, relacionando sempre a organização das FA com o modo de produção<sup>13</sup> na qual estas estão inseridas.

O autor divide a obra em três fases da história militar brasileira: a colonial; a autônoma e a nacional. A primeira delas, a fase colonial, é caracterizada pela conquista do território pelos colonos portugueses, e é a partir da necessidade de consolidar esse território enquanto posse de Portugal que é implementada a tática de ocupação com profundo sentido militar. Nesse cenário, produção e ocupação estavam intrinsecamente

---

<sup>12</sup> Essa recuperação é realizada até o governo de Dilma Rousseff, onde consideramos que há uma aparente mudança na atuação das FA, tornando o período posterior ao golpe (2015-2023) o centro de nossa análise e objeto de estudo mais aprofundado no próximo capítulo.

<sup>13</sup> Ainda que as caracterizações do modo de produção brasileiro na obra de Sodré sejam muitas vezes conflitantes com as da TMD (corrente que assumimos), sua obra é única na capacidade de sintetizar um longo período histórico das FA sob a perspectiva marxista, apresentando importantes ferramentas de análise e debate.

conectadas, caracterizando uma grande empresa de ocupação e povoamento (Sodré, 2010, p. 33). Portugal, ocupada com a atividade mercantil, não possuía os elementos para a constituição de uma grande empresa de produção que garantisse a ocupação do território, delegando essa tarefa a particulares (donatários) que ficavam responsáveis pela produção colonial em larga escala, enquanto a metrópole portuguesa continuava encarregada da esfera da circulação dos produtos, onde justamente há maior lucro e menor responsabilidade (Sodré, 2010, p. 25). Dessa forma, também se dividia a estrutura militar instalada de modo a atender as necessidades coloniais, o mar enquanto parte da circulação de mercadorias era de responsabilidade da coroa portuguesa, já em terra os donatários possuíam o papel de chefes militares, com a responsabilidade de assegurar a ocupação. Entretanto, a coroa oferecia e regulamentava o equipamento e munição necessários para essa tarefa (Sodré, 2010, p.26).

A ocupação e povoamento possuíam um forte sentido militar, de forma a proteger o domínio português do invasor estrangeiro, ao mesmo tempo em que se travava uma luta interna de ocupação contra as populações indígenas nativas do território. A estrutura militar que se constituía estava, então, a serviço dos interesses das classes dominantes coloniais, reprimindo e capturando indígenas e negros de forma a ocupar e proteger as terras e explorar força de trabalho a partir da escravização, esse objetivo fica nítido nas missões das bandeiras (Sodré, 2010, p. 39). Contudo, a descoberta do ouro e a reconversão da economia para a atividade de mineração modificaram a estrutura repressiva, agora a coroa portuguesa adentra a esfera da produção e assim passam a prevalecer os seus interesses na estrutura militar. A repressão se estende até a população branca da colônia através dos sistemas de milícias que realizavam a atividade de policiamento contra os que buscavam roubar ou desviar o ouro (Sodré, 2010, p. 62), as classes dominantes locais vão sendo despojadas do poder militar, que cada vez mais se centraliza na autoridade portuguesa.

Já a fase autônoma se caracteriza pela construção de um Estado-Nação e centralização do poder político no contexto pós-independência. Nessa situação a estrutura militar vem também pela repressão, assegurando o exercício político da autoridade central contra as rebeliões e movimentos que marcaram o período. Sobre a independência, o autor declara:

A separação entre o Brasil e Portugal não trouxe à colônia, assim grande abalo social, e não correspondeu a alterações profundas: a estrutura de produção permaneceu a mesma, a posição das classes sociais permaneceu a mesma. A

independência não teve caráter revolucionário. Foi uma empresa comandada pela classe dominante de senhores de terras, dentro de suas limitações de classe. Estas limitações impunham, desde logo, que não se realizasse nenhuma alteração profunda, nenhuma modificação significativa e que tudo permanecesse, na essência, como nos tempos coloniais, menos a dependência para com a metrópole. Para realizar a independência dentro de tais limitações, entretanto, a classe dominante colonial deveria conjugar os seus esforços aos interesses do capitalismo e em ascensão, e em particular do capitalismo britânico (Sodré, 2010, p.86).

Considerando que se tratava de um processo apenas de independência formal da metrópole portuguesa, a construção dessa fase autônoma deveria preservar o máximo o possível a estrutura de dominação e a ocupação territorial implementadas na etapa colonial, as revoltas que se propunham ir além dessa independência formal e apresentavam risco à ordem de dominação estabelecida precisavam ser reprimidas. Sodré aponta, então, que essas rebeliões manifestaram um acirramento na luta de classes, e, dessa forma, as classes dominantes precisaram da atividade repressiva para garantir seu domínio político (Sodré, 2010, p.94). Nessa atividade, o recém criado Estado brasileiro contou com a ajuda de batalhões e generais estrangeiros (principalmente ingleses) para reprimir seus próprios cidadãos.

Outro importante elemento da organização militar durante a fase autônoma é a transformação das FA em um instrumento da classe burguesa em ascensão, já não mais adequada aos interesses do latifúndio (Sodré, 2010, p. 288). Essa transformação é longa e irá acompanhar toda a fase autônoma, acompanhando o desenvolvimento do modo de produção. Nesse contexto da produção brasileira, o autor aponta também a dependência na estrutura de construção das Forças Armadas, a ausência de uma indústria nacional faz com que os materiais bélicos sejam importados e, conjuntamente, que técnicas de organização e combates sejam imitadas, sendo incompatíveis com as necessidades nacionais, o autor argumenta que são FA típicas de um país subdesenvolvido (Sodré, 2010, p. 299).

Já na fase nacional, é importante destacar a subordinação das FA ao imperialismo e seu caráter antinacional, tanto no que diz respeito à não garantia da expansão econômica nacional (devido aos interesses estrangeiros), como na alienação no processo de formação dos militares. Os processos, técnicas e materiais das forças são de origem estrangeira, a formação é desterritorializada, podendo ser aplicada em qualquer lugar do mundo (e, dessa forma, sem atender as necessidades de nenhum lugar), caracterizando uma organização militar alheia aos interesses nacionais (Sodré, 2010, p. 490). Esse processo se dá justamente na conjuntura de integração da produção nacional aos

monopólios estrangeiros analisada por Marini.

A partir das contribuições do autor, podemos destacar que, ao longo de sua formação e consolidação, as Forças Armadas brasileiras passaram por transformações que acompanharam as demandas do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Esse movimento demonstra o papel dos destacamentos armados para a organização das condições de exploração e dominação necessárias para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Conseqüentemente, são insuficientes as análises que buscam caracterizar a estrutura militar ignorando o movimento do sistema econômico vigente. Outro elemento a ser evidenciado é a subordinação do Estado brasileiro a outros Estados ao longo da história, o componente externo sempre está ali presente, mesmo que essa subordinação aconteça de formas diversas em cada período. Isso reflete na estrutura das Forças Armadas, que possuem desde o início um papel de repressão interna muito forte.

Obviamente, como já abordado aqui, as FA em qualquer parte do mundo, enquanto parte da estrutura do Estado capitalista, possuem um caráter de repressão interna, subordinando a classe trabalhadora à exploração das classes dominantes. Entretanto, esse não é o único sentido da repressão no contexto brasileiro, aqui esse instrumento é utilizado de maneira a subjugar os oprimidos às necessidades de outro Estado, ao qual o brasileiro está submetido. Em um primeiro momento, antes mesmo de ser Estado-Nação e possuir Forças Armadas institucionalizadas, o destacamento militar dirige suas armas especialmente à população indígena e negra com a intenção de conquistar terra e força de trabalho para Portugal, bem como se destina também, em menor escala, ao estrangeiro invasor, concorrente dos interesses portugueses. Quando necessário, a repressão foi utilizada até mesmo contra aqueles que antes eram representantes dos negócios portugueses na colônia.

Posteriormente, com uma organização mais madura, esse instrumento foi utilizado para a formação de um Estado nacional associado aos interesses das potências europeias (sobretudo da Inglaterra), eliminando e sufocando forças que propunham um projeto mais autônomo de Estado. Mais tarde, já organizadas as Forças Armadas como conhecemos, as armas do Estado foram utilizadas de forma a aniquilar um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, garantindo a subordinação ao imperialismo estadunidense e defendendo a hegemonia de seu capital. Para além do uso da violência, essa empreitada colocou as Forças Armadas brasileiras enquanto consumidora bélica de potências que brigavam pela divisão do mundo, assim como postulado por Rosa

Luxemburgo.

A partir desse breve histórico, e considerando as problemáticas levantadas, é relevante também analisar os aspectos internos de organização das Forças Armadas brasileiras. Oliveiros Ferreira, em *Vida e Morte do Partido Fardado*, aborda a participação política das FA, destacando como a organização interna dessas instituições concede a elas uma capacidade de atuação enquanto grupo. Utilizaremos essa obra tanto por sua proposta de realizar um debate da interferência política das FA, como por ser um texto amplamente referenciado nesse campo de estudos, sendo o conceito de Partido Fardado recuperado recentemente nas discussões referentes ao governo Bolsonaro.

Uma das concepções que podemos recuperar dessa obra é a organização dos militares enquanto um “[...] corpo que faz que todos se sintam parte do todo” (Ferreira, 2019, p. 18). Como o próprio autor aborda ao longo do livro, isso não significa que não existam fissuras internas, e sim que há uma certa coesão e sentimento de grupo que permitem uma atuação em bloco, assim como valores compartilhados que devem ser defendidos. Oliveiros, citando Vigny, também menciona que esse corpo é separado do corpo da nação, o que pode ser melhor elucidado no elemento da diferenciação entre mundo militar e mundo civil.

A socialização dos militares, em sua formação, aponta para a construção de uma dicotomia: militar e civil, esses dois campos seriam diferenciados em seus elementos constitutivos. O autor analisa “[...] que a ideia predominante na estrutura da organização determina a forma das ações do conjunto e das inter-relações de cada um dos seus integrantes. Essa “[...] ideia predominante’ é aquilo que chamei de princípio constitutivo da organização” (Ferreira, 2019, p. 22). Sendo então o princípio constitutivo das FA a honra, conceito que não tem o mesmo peso e significado que honra no sentido civil, é um elemento fortemente presente nos códigos que regulamentam a vida militar e extremamente ligado à noção de defesa da pátria. A desonra, por sua vez, torna o militar indigno de exercer sua função, como o autor expõe:

É necessário pôr atenção ao ‘indigno’. A noção de ‘indignidade’ está associada a valores comuns à sociedade; a partir, porém, do momento em que seu desrespeito desqualifica alguém para o exercício de uma profissão, esses valores passam a ser próprios e exclusivos do grupo e vão associados, queiramos ou não, à noção de honra, por pouco moderna que seja (Ferreira, 2019, p.28).

Dessa forma, a honra é um elemento que se materializa na atuação e organização da vida militar, e para Ferreira é “[...] bastante natural que ele (o militar) pretenda que o mundo civil se pautar pelos mesmos princípios” (Ferreira, 2019, p. 29). A honra é também,

na socialização militar, o elemento que o obriga a morrer em defesa da pátria, sendo essa característica particular dessa instituição. Esses elementos, que socializam o indivíduo enquanto um militar, criam a sua diferenciação do mundo civil, formam uma divisão entre nós (os militares) e eles (os civis)<sup>14</sup>. Para o autor, essa dicotomia se estende ao campo da política, onde o mundo civil é caracterizado de forma individualista e imediatista, sem ser regido pela honra. Podemos ponderar, então, que para o militar sua honra (compromisso com a pátria) o qualifica enquanto mais apto para a atividade política, já que está preocupado, em última instância, com a defesa do Estado-nação<sup>15</sup>, diferentemente dos civis, que são regidos por outros valores e são muito menos coesos enquanto grupo.

Essa reflexão da aptidão militar na defesa do Estado parece convergir com a abordagem de Marx em *18 de Brumário*, quando argumenta que os militares franceses de tanto serem chamados à defesa da nação e da política em momentos de crise, acabaram preferindo seu próprio regime para resolver de vez essa tarefa. Além disso, é importante pontuar também que a missão de defesa do Estado é a defesa da própria existência das Forças Armadas, já que essa é parte integrante dessa estrutura e existe somente enquanto braço armado do Estado.

A partir dos elementos apresentados, Oliveiros Ferreira caracteriza duas formas de atuação política dos militares. A primeira é o **Estabelecimento Militar**, um grupo organizado, com permanência no tempo, podendo até mesmo ser confundido com a própria instituição militar, é composto por aqueles que agem de acordo com os regulamentos e respeitam a disciplina e hierarquia, exercem a autoridade sobre os demais e buscam resistir a mudanças (Ferreira, 2019, p.33). A segunda forma de atuação é o **Partido Fardado**, como o nome sugere, exerce a função de partido político (mesmo não sendo um oficialmente), atuando em momentos de disputa interna ou em caso de insatisfação militar com o governo, esse grupo é formado por aqueles que se colocam como interpretadores da lei e da ordem e não tem caráter permanente, organizam-se a partir da necessidade e possuem forte capacidade de aglutinar as insatisfações militares.

Apesar de não recuperarmos as categorias elaboradas por Ferreira para a análise presente nessa pesquisa, é necessário apontar que o autor realiza uma importante reflexão sobre a atuação política dos militares, explicitando os elementos que os colocam enquanto um grupo organizado que se apresenta à sociedade enquanto agente político

---

<sup>14</sup> Dicotomia muito adequada para o meio da guerra, onde esses termos aparecem também para diferenciar aliados e inimigos.

<sup>15</sup> É importante ressaltar que Ferreira aborda também a distinção que os militares realizam entre governo e Estado, lembrando que os militares defendem o Estado.



capacitado a dirigir um projeto societário, por isso mesmo o conceito de Partido Fardado tem sido mobilizado, mesmo que com alterações, para investigação da nossa conjuntura política mais recente.

### 3.2 FORÇAS ARMADAS E REDEMOCRATIZAÇÃO

Apoiada nos elementos apresentados que estruturam e organizam as Forças Armadas brasileiras, nos cabe agora realizar uma breve observação da atuação militar no período da redemocratização, procurando verificar o desenvolvimento da categoria de Estado de quatro poderes de Marini. Para isso, tomamos como marco o primeiro governo eleito após a ditadura de contrainsurgência, Fernando Collor, examinando os principais embates com os militares até o governo de Dilma Rousseff, onde se inicia o período de análise do capítulo seguinte, para isso utilizaremos, entre outras bibliografias, o livro *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares*, de Jorge Zaverucha, autor referenciado nesse campo de estudos por seu profundo estudo da atuação militar na redemocratização. Zaverucha, de uma perspectiva e teoria distintas das apresentadas por Marini, também considera a existência de uma tutela militar. Nesse intervalo de investigação o objetivo central é refletir sobre o papel de tutela e poder moderador exercido pelos militares.

O governo de Fernando Collor (1990-1992) é o primeiro eleito de forma direta após a ditadura militar brasileira, para Zaverucha o presidente inicia seu mandato em relação de hostilidade com os militares, mas conforme vai perdendo força política busca se aproximar desses para se sustentar. Collor inicia seu mandato com a extinção do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão utilizado para espionagem durante a ditadura, contudo a extinção é apenas formal por meio de um decreto, o presidente não desmontou efetivamente o sistema de inteligência, nem redirecionou os funcionários do departamento, assim como também não deu destinação aos documentos produzidos pela espionagem (Zaverucha, 2000, p. 60). Entretanto, a ação demonstra, ainda que de forma muito superficial, o descontentamento do presidente com as funções exercidas pelos militares.

Outra ação que expõe essa relação inicial são as tentativas de desmilitarizar áreas como o controle da Amazônia, como no caso da abertura para a participação de ministros civis no programa Calha Norte (Zaverucha, 2000, p.62), e o sistema de informática do país, tirando das mãos da Secretaria Especial de Informática (SEI) o controle de importações de materiais de informática (Zaverucha, 2000, p.66). Collor também procurou

encerrar o projeto de criação da bomba atômica brasileira, ainda que os militares não tenham obedecido e a desativação não tenha de fato ocorrido, a ação elevou internacionalmente o presidente a líder pacifista (Zaverucha, 2000, p.66), atendendo aos interesses de política externa do governo.

Por outro lado, a questão salarial e a política fiscal do governo são questões que desagradaram profundamente as FA, levando a manifestações públicas dos militares expressando suas insatisfações (Zaverucha, 2000, p.67). Nesse contexto, Nilton Cerqueira ganha a presidência do Clube Militar<sup>16</sup> defendendo transformá-lo em uma espécie de sindicato (Zaverucha, 2000, p.68). O desagrado dos militares com a política de congelamento de salários como forma de controle dos gastos públicos expressa o descontentamento das FA com o projeto neoliberal, na medida em que esse enfraquece as condições materiais de existência das instituições militares. Esse elemento já havia sido pontuado por Marini (1985).

A demarcação de terras indígenas é outro elemento de tensão entre governo e militares, para esses a Amazônia é um área crítica para a defesa, tornando-se a fronteira com maior atenção depois da pacificação da fronteira com a Argentina. Zaverucha aponta que as FA enxergam a região pela perspectiva da segurança nacional e temiam pela constituição de uma nação própria e independente dos yanomami (Zaverucha, 2000, p.69). Fica claro, assim, a tarefa dos militares enquanto garantidores do Estado-nação, temerosos com a fragmentação e perda do poder político desse Estado. Nesse mesmo sentido, são os agentes que impõem a dominação do Estado brasileiro sobre a vida indígena.

Fato é que, independente se bem sucedidas ou não, algumas práticas do governo Collor rivalizaram com os interesses das Forças Armadas. O ponto é observar quais interesses prevaleceram, e o caso de uma das tentativas de Collor de silenciar a insubordinação militar se colocando, como prevê a lei, enquanto chefe das FA, mostra que as instituições militares não o enxergavam bem assim. Collor, em discurso ao Batalhão da Guarda Presidencial e ao Regimento de Cavalaria de Guarda, declarou “Os senhores representam a obediência leal e disciplinada àquele que, além de chefe de Estado e do governo, por livre escolha dos brasileiros, é também, por disposição constitucional, comandante supremo das nossas Forças Armadas” (Viana, 1990 apud Zaverucha, 2000, p.63).

---

<sup>16</sup> O Clube Militar é uma associação privada destinada a militares, fundada em 1887, foi e continua sendo um espaço de manifestação política e canal de comunicação dos militares da reserva.

A investida do presidente, que tentava centralizar o poder político enquanto chefe do poder executivo, foi respondida com mais ataques públicos por parte dos militares. Zaverucha expõe a manifestação do general Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente militar João Figueiredo, que em tom de ameaça declarou que:

[...] sendo histórica a participação das Forças Armadas nas decisões governamentais, é de se esperar que os oficiais, principalmente os generais, 'devem falar e discordar, quando acharem necessário, das posições do governo... **É melhor falar do que usar armas**'. (Zaverucha, 2000, p.64, grifos nossos)

A fala expõe que, na visão do general, a interferência militar está dada historicamente e cabe ao presidente aceitar ou lidar com o poder armado. Ou seja, a ameaça do golpe e do uso da força está colocada à disposição para defender a continuidade da tutela militar.

Conforme Collor se desgasta e perde força política, mais concessões são feitas às pressões militares, o presidente procura se apoiar nas FA de forma a preservar seu mandato. É assim que os militares avançam em vários pontos que lhes interessavam: Collor concede o aumento salarial (Zaverucha, 2000, p.69), e gasta 65 milhões de dólares do orçamento secreto em pesquisas nucleares e pagamento de ex-funcionários do SNI (Zaverucha, 2000, p.80), ainda que o orçamento das Forças Armadas se encontre em um histórico corte e que essa questão se perpetue durante a década; nesse cenário é aprovada também a Lei Complementar nº 69<sup>17</sup>, objetivando corrigir erros do artigo 142<sup>18</sup> da Constituição de 1988, a revisão entretanto mantém o papel das FA enquanto garantidoras da lei e da ordem (Zaverucha, 2000, p.77); a justiça militar também segue sem nenhum tipo de alteração, tendo uma autonomia muito ampla (Zaverucha, 2000, p.87). Esses e vários outros elementos narrados por Zaverucha exemplificam a flexibilização do presidente diante das confrontações com os militares, sem força política não havia mais como Collor tensionar o braço armado do Estado.

Enquanto o presidente buscava se apoiar nos militares, esses reforçavam sua posição conforme a figura presidencial se desgastava diante de escândalos de corrupção. Zaverucha narra:

O ex-presidente Figueiredo<sup>19</sup>, por sua vez, ao ser indagado se havia clima para um golpe militar, respondeu ironicamente que os militares golpistas não avisam antes que vão dar um golpe: explicam depois. O almirante Flores<sup>20</sup> deu o tom do que

<sup>17</sup> A lei versava sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

<sup>18</sup> Artigo que regulamenta as Forças Armadas, constantemente mobilizado por grupos que defendem a tutela militar.

<sup>19</sup> Último presidente militar da ditadura.

<sup>20</sup> Ministro da Marinha do governo Collor.

seria o comportamento dos militares. Disse que a discussão sobre o afastamento presidencial era precipitada, mas que as Forças Armadas apoiariam a decisão do Congresso. Em bom português, se o Congresso derrubasse o presidente, os militares nada fariam para impedir sua queda, pois Collor vinha ferindo interesses castrenses. Ficar quieto significava dizer que **Collor não tinha como se apoiar nos militares para intimidar o Congresso**. Flores tornar-se-ia o principal elo entre Itamar Franco e a caserna (Zaverucha, 2000, p.97, grifos nossos).

Diante da instabilidade política pela possibilidade do impeachment, há uma agitação social que teme a volta do regime militar, os militares, entretanto, principalmente na figura de Mário César Flores, exercem seu papel de poder moderador negociando com o vice-presidente Itamar Franco, garantindo que não haveria golpe (Zaverucha, 2000, p.98). Durante todo o processo houveram demonstrações de força da parte dos militares que, no final, apoiaram Itamar em seu caminho até a presidência, essa atitude não deve ser interpretada como uma posição democrática dos militares, e sim como expressão da preferência das FA pela democracia tutelada. O autor aponta:

Collor estava gerando instabilidade na caserna por avançar sobre domínios outrora reservados aos militares. Portanto, a tentativa de afastá-lo do poder não encontrava oposições significativas na caserna. Caso ele sobrevivesse ao impeachment estaria bastante enfraquecido politicamente, e os militares achavam que poderiam conquistar alguns dos espaços perdidos no início do seu governo, como, de fato, já vinham fazendo. Fragilizado no Congresso e com baixa popularidade, Collor provavelmente se tornaria um refém dos militares (Zaverucha, 2000, p.106).

Dessa forma, mesmo com a continuidade do governo os militares teriam como se beneficiar, entretanto “O cálculo era que Itamar tinha muito mais a oferecer aos militares do que Collor. Além do mais, golpear o presidente e assumir o poder significava carregar o ônus de governar um país em séria crise sociopolítica-econômica” (Zaverucha, 2000, p.106).

Desse modo, Itamar Franco se apoia nos militares para assumir a cadeira presidencial e retribui o esforço nomeando ministros militares para pastas civis, totalizando nove militares da ativa, o que na época era o recorde (Zaverucha, 2000, p.114). A presença das FA não ficou somente nos ministérios, foram nomeados diversos militares da reserva para compor secretarias, gabinetes e companhias estatais.

Seu governo evidenciou que continuava a tutela das Forças Armadas, Zaverucha aponta que a crise de credibilidade dos governos civis não afastava a possibilidade de intervenção das FA, entretanto os militares tinham ciência de que não possuíam mais amplo apoio para um golpe (Zaverucha, 2000, p.116), como expressou Mário César Flores, que durante a crise do governo Collor atuou como elo entre Itamar e os militares, tornando-se uma das principais figuras políticas dessa conjuntura. Para o almirante, os

militares não dariam o primeiro passo, a intervenção só aconteceria a partir de uma imposição da sociedade (Zaverucha, 2000, p.119).

Ao longo do governo, essa questão retornou muitas vezes e, a cada crise institucional os militares colocavam-se à disposição do presidente para uma intervenção que tivesse como rosto de liderança um civil. Como denunciado algumas vezes (Zaverucha, 2000, p.130), tratava-se da proposta de “fujimorização” da democracia brasileira, em alusão ao presidente Alberto Fujimori do Peru, que em 1992 fechou o congresso em um processo de autogolpe. É importante refletir sobre o fato de que os militares sempre tentavam reforçar uma posição democrática e legalista, argumentando que uma intervenção não era de seu desejo, mas sim como um incômodo dever que possuíam por serem garantidores da lei e da ordem. Se o país se encontrava em desordem e os civis não eram capazes de controlar a situação, o que poderiam fazer os guardiões da sociedade? Sendo assim, para as FA, o que leva à constante tutela e à ameaça de intervenção não seria o desejo dos militares de assumirem uma posição de poder de onde podem defender seus interesses, e sim as circunstâncias impostas pela sociedade civil.

Em mais de uma ocasião os militares foram colocados como guardiões e pilares de sustentação da democracia, como quando Itamar propôs adiantar as eleições e as FA defenderam que o presidente terminasse seu mandato, servindo de suporte para chegar até esse objetivo (Zaverucha, 2000, p.146). Em outro momento, Zaverucha narra a declaração do ministro da justiça, Maurício Corrêa, em entrevista onde comentava sobre a crise gerada a partir do escândalo da CPI do orçamento:

[...] entre outubro e novembro de 1993, época do escândalo do orçamento, civis e militares propuseram a Itamar Franco a fujimorização do país. Disse ainda o ministro que a sombra do golpe foi afastada graças ao espírito democrático do presidente e ao firme apoio que recebeu dos três ministros militares (Zaverucha, 2000, p.156).

Como questionado pelo autor, o ministro da Justiça nunca abriu investigação para descobrir quem eram os civis e militares que apresentaram uma proposta de golpe. Mais uma vez as FA saíram como legalistas e garantidoras do processo político, mesmo tendo setores dos seus representantes presentes na incitação a mais um golpe.

Entre as questões que marcam a atuação militar no governo de Itamar estão também: a militarização da segurança pública, a inteligência civil sob o controle militar e a recusa das FA em abrir seus arquivos para ajudar as famílias de desaparecidos políticos.

A questão da militarização da segurança pública seguirá sendo recorrente nos

governos que sucederam Itamar, já que nem seu governo, nem o congresso tentaram desvincular a Polícia Militar (PM) do exército. Por constituição, as polícias militares são forças auxiliares e de reserva do exército, os militares, dessa forma, exercem controle sobre a atividade de polícia. É sob o governo de Itamar que mobilizam pela primeira vez a lei complementar nº 69, mesmo que de forma inadequada, para a intervenção do exército em problemas de violência urbana nos estados, como no caso em que o vice-governador do Rio de Janeiro, Nilo Batista, chamou os militares para reprimir a manifestação de funcionários públicos que ameaçavam fechar a ponte Rio-Niteroi (Zaverucha, 2000, p.131). Zaverucha argumenta que a ideia de utilizar os militares para a segurança pública parecia generalizada e amplamente aceita entre as autoridades, a exemplo do caso em que o secretário da Receita Federal prometeu chamar os fuzileiros navais caso os funcionários em greve impedissem a circulação de mercadorias nos portos (Zaverucha, 2000, p.172). Esse problema vai para além do emprego direto das FA em ações de polícia, em julho de 1993 o presidente nomeou um militar da reserva para o comando da Polícia Federal (PF), contrariando o ministro da justiça que havia afirmado que não deixaria isso acontecer (Zaverucha, 2000, p.135).

Apesar de os militares afirmarem sua preocupação com a ameaça externa na área da Amazônia, colocando esse ponto como prioridade, a grande maioria do efetivo das FA estavam concentradas nos grandes centros urbanos, atendendo muito mais a lógica de combate interno (Zaverucha, 2000, p.146). A situação é aprofundada quando, em 1994, o presidente e o governador do Rio de Janeiro firmam um convênio que coloca o Exército na coordenação das operações contra o tráfico de drogas e contrabando de armas, o convênio recebeu o nome de Operação Rio, e foi repetido posteriormente em outros governos. Essa operação descortinava uma nova doutrina, onde o Exército se preparava para subir as favelas levando guerra aos centros urbanos e ao novo inimigo interno: as forças irregulares do tráfico, instalada nos morros (Zaverucha, 2000, p.179), mais uma vez a população marginalizada é o alvo principal das ações de aniquilamento promovidas pelas Forças Armadas brasileiras, que estão muito mais habituadas a levantar suas armas para a população civil do que para guerras externas.

Repetindo o problema de Collor, durante o governo de Itamar não foi implementada nenhuma saída para os serviços de inteligência, apesar da elaboração pelos próprios militares de um projeto de criação do Centro Federal de Inteligência (CFI), que mesmo com um comando civil ficaria também sob influência militar a partir do Conselho de Defesa Nacional (CDN). O projeto nunca foi implementado de fato, ficando a inteligência

mais uma vez no limbo das FA (Zaverucha, 2000, p.115 e 142). Como consequência, não é estranho o fato de que a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e Centro de Inteligência do Exército (CIE) tenham realizado ações de espionagem interna direcionadas a forças de esquerda como o MST e a CUT, além de outros movimentos e agentes ligados às candidaturas do Partido dos Trabalhadores (PT) (Zaverucha, 2000, p.176).

Dessa forma, o governo foi caracterizado por uma estreita relação entre as FA e o presidente, que as usava como apoio a seu mandato. Vários dos problemas já apresentados no governo Collor, como a questão do orçamento militar, continuaram sendo uma pauta de disputa, entretanto em Itamar os militares enxergavam maiores possibilidades de obterem seus objetivos, e colocaram-se na defesa de seu governo seja pela forma democrática, seja pela fujimorização em casos de instabilidade política. Independente da forma que assumiria a intervenção, fato é que a tutela persistia, e os militares seguiam sentando à mesa para negociar seus interesses, colocando-se como garantidores do processo político, da lei e da ordem, assim como esperado de um poder moderador.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) aprofunda as questões já apresentadas, principalmente a respeito da militarização da segurança pública, com a implementação da Operação Rio II e o frequente uso das FA para reprimir greves. Os novos elementos apresentados ao cenário são a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Ministério da Defesa.

No primeiro dia de governo, FHC criou uma MP que daria origem à ABIN e à Secretaria de Planejamento de Ações de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça. Apesar da secretaria estar ligada a um ministério civil, o presidente nomeou um militar para dirigi-la, Zaverucha aponta que dessa forma “[...] o governo federal, portanto, sinalizou sua preferência por militares do Exército na condução da política de segurança pública nacional” (Zaverucha, 2000, p.192). Essa concepção ficou nítida em várias ocasiões durante o governo, como por exemplo na criação do Batalhão de Choque II da polícia militar do Rio de Janeiro, onde os efetivos eram militares do Exército, e ainda que a iniciativa tenha sido falha e os militares tenham retornado para as tropas do Exército pouco tempo depois (Zaverucha, 2000, p.193), foi perceptível o intento de empregar os militares em atividades de repressão interna.

Pouco tempo depois foi firmado o convênio para a Operação Rio II, sem prazo fixo para terminar, um pouco diferente da primeira, essa operação possuía uma maior

participação da PF e Polícia Rodoviária Federal (PRF), ainda assim houve uma disputa sobre o comando, fazendo o porta-voz do Comando Militar do Leste impor a hierarquia prevista na constituição, segundo a qual a PM é força auxiliar e reserva das FA (Zaverucha, 2000, p.194). Nesse mesmo sentido, assumiu a secretaria de segurança pública do Rio de Janeiro o general Nilton Cerqueira, que já havia sido parte do Departamento de Operações de Informações (DOI) em Salvador e funcionário do SNI, o general foi responsável por implementar uma verdadeira política de guerra no Estado sob o lema “o policial primeiro atira, depois confere” (Zaverucha, 2000, p.198). Em seu comando também foi alterada a forma de investigação das mortes cometidas por PM, ocasionando no engavetamento de diversos casos, como o autor destaca, “[...] mortes não são apuradas numa guerra e, para Cerqueira, a segurança pública é um estado de guerra.” (Zaverucha, 2000, p.198). Como consequência, a média por mês de mortes cometidas pela PM aumentou de 3,2 para 20,55, demonstrando que a função de polícia não cabe aos militares, estes estão treinados e preparados para o aniquilamento. A simbiose dessas esferas, ainda mais a partir do comando militar, só pode levar à destruição total do grupo considerado inimigo e também a mortes classificadas como “efeitos colaterais”.

O presidente utilizou o Exército como polícia também, como no caso em que chamou os militares para lidar com uma greve dos petroleiros, alegando que a PM não era confiável para cuidar desse caso (Zaverucha, 2000, p.199), esses e vários outros exemplos poderiam ser dados como forma de elucidar a perigosa combinação entre polícia e exército, que ia se aprofundando durante a redemocratização.

Ao mesmo tempo em que se militarizou a segurança pública, no âmbito judicial as FA procuravam se afastar de suas forças auxiliares, empenhando-se para que apenas membros das Forças Armadas fossem considerados militares (Zaverucha, 2000, p.252), isso sem perderem o controle sobre as PMs e bombeiros (Zaverucha, 2000, p.214), sendo tratados como carreira específica e se afastando de qualquer tipo de associação com servidores públicos civis, interesse que foi concedido por Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Zaverucha, 2000, p.201). Zaverucha argumenta que os militares querem ser “um Estado dentro do Estado” (Zaverucha, 2000, p.214), afirmação que nos é muito valiosa, já que faz sentido que uma instituição que exerce papel de quarto poder do Estado não se coloque como um servidor público comum, mas sim em uma posição independente como a dos demais poderes.

A agenda neoliberal do governo FHC pareceu não chegar ativamente até o setor



militar, enquanto vários setores públicos sofriam cortes orçamentários e eram privatizados, os setores de interesse militar garantiam sua manutenção. No plano plurianual apresentado pelo governo em 1995, o setor da defesa aparecia com mais investimento do que as áreas da saúde e educação (Zaverucha, 2000, p.205). No ano seguinte, a defesa foi a segunda área com maior investimento do governo, enquanto outros setores registraram queda (Zaverucha, 2000, p.212), de 1994 para 1995 os gastos com o pessoal das Forças Armadas subiram 35%, enquanto se discutia uma reforma administrativa que cortaria gastos do setor público civil (Zaverucha, 2000, p.219). O presidente fortaleceu as FA em disputa referente à compra de equipamentos para a aeronáutica sem licitação, a justificativa era que por se tratar de uma questão de segurança nacional os detalhes da compra não podiam ser divulgados, o congresso negou, mas FHC assinou um decreto permitindo a aquisição (Zaverucha, 2000, p.232).

O governo realizou uma série de medidas emergenciais, conhecidas como pacote 51, devido a uma quebra das bolsas de valores asiáticas, a ação cortou benefícios sociais e gastos em diversas áreas do setor público, exceto no setor militar, onde, no sentido contrário, foi aprovada a obtenção de um empréstimo com os EUA para a compra de armas (Zaverucha, 2000, p.261). No mesmo sentido, na lei orçamentária de 1998 os militares ficaram com 10,34% do orçamento, sendo o terceiro setor com maior investimento (Zaverucha, 2000, p.268). Enquanto diversos setores estratégicos foram privatizados, a aeronáutica conseguiu manter o controle sobre os aeroportos (Zaverucha, 2000, p.269), os militares tão preocupados em realizar lobby contra a privatização das áreas sobre o seu controle, defenderam publicamente o governo na privatização da Telebrás, a partir da fala do ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) (Zaverucha, 2000, p.281).

Apesar de ter sua criação autorizada por Medida Provisória (MP) desde o primeiro dia do governo, o primeiro mandato de FHC terminou sem a criação da ABIN, a inteligência seguiu sendo feita pela SAE de forma supervisionada pelo Secretário Geral da Presidência da República (Zaverucha, 2000, p.192). Posteriormente, a subsecretaria de inteligência da SAE passou para a responsabilidade da Casa Militar, nas mãos do general Alberto Cardoso (Zaverucha, 2000, p.215), dessa forma o problema da inteligência civil em mãos militares prosseguiu sem alterações até o segundo mandato de FHC.

Em julho de 1997, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Pedro Wilson, do PT, divulgou diversos documentos feitos pelo cabo do exército José

Alves Firmino, o cabo atuou em atividades de espionagem política do exército durante os governos de Itamar Franco a FHC (até 1995), monitorando a atividade de movimentos de esquerda (Zaverucha, 2000, p.247-250). A criação da ABIN começou a ser pensada em 1996, a partir de um decreto que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), ficando supervisionada pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, altamente composta por militares (Zaverucha, 2000, p.254). A criação de fato da ABIN só ocorre em 1999, e em 2000 ela deixa de estar diretamente subordinada ao Presidente da República e passa a integrar o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), uma espécie de arranjo institucional que se formou a partir da extinção da pasta da Casa Militar (Zaverucha, 2001, p.79-80), sendo assim, por meio de um decreto, FHC entregou novamente a atividade de inteligência aos militares.

Referente à criação do ministério da defesa, Zaverucha atenta para o fato de que o projeto pode ter sido motivado pela tentativa de o Brasil conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança na ONU, acabando com os ministérios militares e centralizando-os sobre o comando de um civil, mesmo que isso fosse uma mera formalidade e os militares continuassem tendo o poder de decisão (Zaverucha, 2000, p.287). Fato é que os militares possuem grande força para escolher quem é o civil que deveria os chefiar, também os chefes de cada força são nomeados como membros natos do CDN, e dessa forma mantêm seu espaço de influência, o ministro da defesa acaba, desse modo, atuando mais como porta voz das FA perante o governo do que o contrário.

A partir desses elementos, podemos afirmar que o governo de FHC também não alterou as bases da atuação política das FA, a militarização de diversas atividades, principalmente da segurança pública, seguiu ocorrendo, assim como o lobby dos militares perante o congresso e o poder executivo para conseguirem manter seus interesses garantidos na constituição, seja sua tarefa de garantia da lei e da ordem, seja sua independência das demais carreiras e poderes. É nesse governo também que podemos observar o início de um equilíbrio na balança entre os militares e um projeto neoliberal, os militares não parecem se opor às privatizações e cortes de orçamento, desde que esses não atinjam o seu setor.

O governo Lula (2003-2010) se inicia com grandes esperanças para o setor militar devido às promessas de campanha mas, com o não cumprimento dessas e com as demais tensões ocorridas entre os interesses militares e civis, o governo vai se desgastando, fato demonstrado na grande troca de ministros da defesa, até a tarefa ser designada a Nelson Jobim, que tornou-se figura querida entre os militares.

Winand e Saint-Pierre argumentam que a partir do governo Collor houve um desmonte das FA, e, dessa forma, nas eleições de 2002 Lula saiu como candidato favorito dos militares por ter apresentado “propostas mais próximas das demandas dos fardados” (Winand e Saint-Pierre, p.4). Os autores apontam que em reunião dos candidatos com os militares, Lula apresentou entre suas propostas:

[...] equipamento das forças; plano de Defesa Nacional; aumento em quatro anos de 1% para 2% do Produto Interno Bruto do País (PIB) dos recursos do Orçamento destinados à Pesquisa e Tecnologia de Defesa; aumento dos salários e retomada da paridade da aposentadoria entre militares da ativa e inativos [...]. Quanto ao serviço militar, Lula disse que poderá ser instrumentalizado como forma de inserção social dos jovens brasileiros que estão fora do mercado de trabalho (Winand e Saint-Pierre, p.4).

Desse modo, o presidente inicia o governo aparentemente alinhado com os interesses militares de investimento no setor da defesa. Entretanto, não foi o que aconteceu na prática, como apontado por Martins Filho (2010, p.288), em um único mandato Lula já havia nomeado três ministros da defesa devido a desgastes entre os ministros e as pautas militares. O primeiro, José Viegas Filho (2003-2004), desgastou-se primeiramente com os militares ao tentar proibir que esses se manifestassem publicamente sobre o aumento de 30% dos soldos militares<sup>21</sup> que reivindicavam, e que fora negado pelo ministério do planejamento (Martins Filho, 2010, p.285). A tentativa de silenciar os generais das FA, acostumados a lançarem notas e reclamações públicas sempre que queriam um aumento, para tentar resolver a questão entre os ministros de governo responsáveis gerou um primeiro atrito entre o ministro e os seus (teoricamente) subordinados militares, o presidente se absteve de qualquer manifestação, deixando o ministro se desgastar.

Essa tensão foi elevada ao máximo em 2004 quando, diante da divulgação de imagens do jornalista Vladimir Herzog antes de sua morte durante a ditadura militar, o Exército divulgou por meio de sua secretaria de comunicação uma nota em que defendia as ações tomadas pela ditadura enquanto legítimas, colocando ainda que “[...] não apresentavam qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico” (Martins Filho, 2010, p.285). O ministro Viegas dirigiu um ofício ao comandante do Exército exigindo explicações, e a resposta veio em forma de outra nota, dessa vez muito mais branda, lamentando a morte de Herzog e dizendo que os responsáveis por seu assassinato foram afastados, causando insatisfação entre os militares. Como desfecho do episódio, o ministro Viegas pediu demissão (Martins

---

<sup>21</sup> O soldo é a remuneração básica que um militar recebe.

Filho, 2010, p.286).

Em seu lugar foi nomeado para a pasta da defesa o vice-presidente, José Alencar (2004-2006), a nomeação “[...] parece ter servido apenas para ganhar tempo, enquanto o presidente decidia o que fazer com as Forças Armadas” (Martins Filho, 2010, p.301), e acabou também desagradando os militares, dessa vez por sua falta de atuação. O ministro não se encontrava periodicamente com os chefes das FA e já havia declarado à imprensa que não possuía vocação para o cargo e não entendia sobre o assunto (Martins Filho, 2010, p.287).

Waldir Pires (2006-2007), por sua vez, assume o lugar do inadequado José Alencar, e tampouco fica mais de um ano enquanto ministro da defesa. Sua gestão foi marcada pela crise do setor aéreo, onde dois grandes acidentes levaram a uma greve dos controladores de voo, em sua maioria militares, já que o controle aéreo seguia sobre o controle da aeronáutica. Diante do problema, o presidente decidiu negociar diretamente com os comandantes da Força Aérea Brasileira, ficando o ministro em um papel completamente secundário (Martins Filho, 2010, p.290). Posteriormente, os militares divergiram de Pires em relação à desmilitarização do setor aéreo.

Com a continuidade dos problemas e mais um grave acidente no setor aéreo chegou ao fim a gestão do ministro, com Lula nomeando Nelson Jobim para o cargo (Martins Filho, 2010, p.291). Jobim assumiu a pasta da defesa em 2007 e seguiu no posto até 2011. Já no governo de Dilma Rousseff, foi sob sua gestão que foi elaborada a Estratégia Nacional de Defesa (END), o ministro é tido como um aliado dos militares.

A Estratégia Nacional de Defesa (2008) tem como intuito estabelecer objetivos e diretrizes para a atuação na área da defesa e foi elaborada pelo ministério da defesa de Jobim e pela SAE de Roberto Mangabeira Unger, entretanto “[...] esses ministros são os autores públicos, enquanto os autores institucionais são as instituições militares” (Oliveira, 2009, p.71). A partir dessas diretrizes o Brasil é colocado como uma potência e que sua defesa deve estar à altura, sem exercer hegemonia ou dominação sobre outros povos (Oliveira, 2009, p.74). O documento fala em transformar e modernizar as FA, de modo a se adequar à nova realidade, para nós cabe destacar que:

[...] a END retoma o termo ‘segurança nacional’ para englobar gerenciamento de crises, **sistemas de inteligência**, terrorismo e antiterrorismo, segurança de infraestrutura, segurança química e nuclear, segurança cibernética, doenças tropicais, busca e salvamento em operações internacionais, etc. Destaco duas áreas de atividades tipicamente de defesa do cidadão que passam a ser consideradas de segurança nacional: ‘as ações de defesa civil, a cargo do Ministério da Integração Nacional’, e ‘**as ações de segurança pública**, a cargo do Ministério da Justiça e dos órgãos de segurança pública estaduais’ (END, pp.

56–67). Em todas estas áreas, de um modo ou de outro, **poderão ocorrer ações das Forças Armadas, em especial com o emprego de Garantia da Lei e da Ordem**. A esse respeito, o Ministério da Defesa proporá alterações legais para obter maior eficácia da ação militar e proteção dos agentes militares (END, pp. 14 e 60 apud Oliveira, 2009, p. 75-76).

Dessa forma, é possível observar que o documento oficializa a intervenção das Forças Armadas em áreas nas quais já exerciam influência (como a inteligência e a segurança pública), mas também militariza diversos setores que passam a ser tratados como assunto de segurança nacional, institucionalizando o uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para esses casos. As operações de GLOs foram um marco da gestão de Jobim em ambos os governos do PT.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) é marcado por uma política militar contraditória com a política externa defendida pelo próprio governo. Para Mathias, Zague e Santos (2019) as GLOs foram o núcleo da política militar do governo Dilma, fato que contrastava com as posições defendidas pelo Brasil em sua participação na Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA). As/os autores apontam a recorrência desse uso das Forças Armadas, demonstrando que a partir do segundo mandato de Lula foi realizada pelo menos uma GLO por ano, no intervalo de 10 anos entre 2008 a 2018 foram executadas 50 operações de Garantia da Lei e da Ordem (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.144). A principal demonstração dessa política no governo Rousseff foram as operações realizadas nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no estado do Rio de Janeiro, como política de segurança pública, tendo o projeto se iniciado em 2007, 27 das operações ocorreram no mandato de Dilma (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.154), além do emprego das FA nos grandes eventos como a Copa do Mundo.

As UPPs representam uma grande militarização do espaço urbano, sua instalação depende de violentas operações de cercamento e ocupação das comunidades, transformando esse espaço em uma zona de guerra, como pode ser observado na operação de ocupação do Complexo do Alemão em 2010, que foi plenamente televisionada (Memória Globo, 2022). Como exposto pelos/as autores/as, o projeto foi implementado como uma forma de tornar a cidade vendável diante dos grandes eventos que receberiam (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.159). Portanto, mais uma vez observamos a atuação violenta das FA enquanto presença desse Estado neoliberal que gere os interesses das classes dominantes - dessa vez é a partir da mercantilização do espaço urbano que o destacamento militar é chamado para ocupar violentamente um espaço em que até então a presença do Estado era omissa.

A preparação dos militares para essa tarefa foi realizada por meio da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), enquanto país no comando militar da missão durante toda sua duração (2004-2017), dessa forma:

[...] o país assumiu tal papel objetivando maior protagonismo nas questões internacionais, reafirmando sua capacidade negociadora, com vistas a sinalizar para os setores internacionais que o Brasil constitui uma liderança confiável na região americana [...] a atitude de mostrar altivez no cenário internacional continuou a ser objetivo do governo Rouseff (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.155).

Esse tipo de atuação, entretanto, era proibida por legislação brasileira, que proíbe o uso de força em casos que não sejam para a legítima defesa do país (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.156), por consequência o próprio governo criou uma perigosa associação de que as missões no Haiti poderiam funcionar como uma forma de treinamento dos militares para atuarem em situações parecidas de pacificação urbana no território nacional. Para os/as autores/as:

É quase transparente a associação que se faz entre um e outro projeto de emprego das Forças Armadas, de desenho de uma política militar na qual a atividade da política externa (Minustah) se transforma em mero meio (instrumento de adestramento) para uma atividade subsidiária e interna (a Força de Pacificação) (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.158).

Desse modo, tanto a população brasileira como a haitiana foram vítimas da brutalidade de se utilizar as Forças Armadas em tarefas de pacificação, que nada mais são do que uma forma de assegurar o domínio político de um Estado e suas classes dominantes.

Entretanto, essa atuação contrasta com a posição diplomática que o Brasil assumia na CMDA em ambos os governos petistas. Em primeiro lugar é necessário pontuar que a conferência foi criada em 1995 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como espaço para discutir a defesa e a segurança nas Américas, em um momento que era de redefinição das políticas de segurança, a partir da identificação de novas ameaças para o continente, aí já é possível perceber que não há uma distinção entre a atividade de defesa e a de segurança, aspecto alcançado pela pressão estadunidense de indiferenciar essas esferas (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.149). Outro elemento importante de ser apontado é que esse espaço conta com a participação estadunidense, que pode exercer sua hegemonia imperialista nas discussões, diferente do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), que possui como participantes os Estados da América do Sul, espaço onde então o subimperialismo brasileiro pode ter mais força.

É neste contexto que em 2010, na IX CMDA, ainda no governo Lula, o ministro

Nelson Jobim realiza uma intervenção que distingue as noções de defesa e segurança, denunciando que há:

[...] uma divisão informal de trabalho na qual os EUA cuidariam da segurança hemisférica (ou a segurança de cada país do continente), enquanto às Forças Armadas (exceto as dos próprios EUA e do Canadá) caberia cuidar das novas ameaças, priorizando o tráfico de drogas (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.151).

O ministro ainda defendeu a existência de uma outra conferência, composta pelos ministros da área da segurança, o que seria um grande avanço em tentar separar os dois pontos, apesar de considerarmos que, pelo menos no caso brasileiro, a segurança pública também é uma área militarizada e, sendo assim, esse elemento ainda estaria em pauta. Entretanto, o ponto levantado pelo ministro expõe que, em nossa concepção, a divisão de atuações de cada país promovida pelos EUA deixa explícita a atual divisão militar do mundo, assim como já colocado por Lenin:

[...] a política colonial dos países capitalistas já concluiu a conquista de todas as terras desocupadas do nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já dividido, de tal modo que o que vem a seguir é somente uma redistribuição, ou seja, a passagem de um 'proprietário' para outro, e não a passagem de um território sem dono para um 'dono' (Lenin, 2021, n.p.).

O território americano já foi dividido pelas potências imperialistas, cabe agora aos EUA defender sua hegemonia na região, utilizando-se da concorrência militar para essa tarefa, por isso seu papel na conferência seria o de defesa hemisférica, concorrendo com as demais potências imperialistas que queiram exercer influência na região. Já os demais países da região, dependentes e subordinados a essa divisão, devem realizar as tarefas subsidiárias e internas, promovidas pelo próprio EUA, como por exemplo a guerra às drogas.

Ainda que a fala de Jobim pudesse, minimamente, levantar essa reflexão, ela contrastava com sua posição em um encontro realizado anteriormente com o embaixador estadunidense Clifford M. Sobel, onde o ministro declarou que empregaria as FA no combate à criminalidade e ao narcotráfico (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.152). Posteriormente, as participações do Brasil na CMDA durante o governo Dilma seguiram muito mais o posicionamento de Jobim no encontro com o embaixador estadunidense do que sua intervenção na conferência de 2010. Na conferência de 2012 o ministro da defesa, Celso Amorim, realizou uma exposição onde dizia apresentar dúvidas referentes à pertinência da atribuição de **funções não típicas** do estamento militar, referindo-se à atuação contra o narcotráfico, contudo:

Ao afirmar que as Forças Armadas não podem ter como **destinação primária** o combate ao narcotráfico, o ministro brasileiro parece admitir que, em certas situações, pode ser justificável o emprego de efetivos militares em ações que são

de atribuição das forças de segurança (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.153, grifos nossos).

E como já abordado, essas foram justamente as principais atividades realizadas pelas FA brasileiras durante o governo Dilma, demonstrando a contradição entre discurso e atuação. Apresentados os argumentos, as/os autores recuperados para a análise do governo de Dilma Rousseff postulam uma importante reflexão:

[...] o governo forneceu ‘brinquedinhos’<sup>22</sup> para as Forças Armadas de tal modo que elas **deixaram o centro mais visível da política**, permitindo ao governo, dessa forma, tomar as medidas que lhe garantissem governabilidade – na medida em que se tratava de um governo de esquerda convivendo com uma burocracia autônoma e comprometida com o regime anterior. Por outro lado, as Forças Armadas não necessitavam ser reformadas para atender às novas demandas sociais que o governo desejava implementar e nem podiam ser ‘aparelhadas’, como é possível, em alguma medida, com a burocracia civil. A isso se somaram a crença na competência técnica e a adesão social ao emprego das Forças Armadas na implementação de políticas eminentemente civis, tendo, em primeiro plano, a segurança pública. **Com isso se inaugurou uma nova fase**, vencida a resistência da caserna, **sem retorno, na qual as Forças Armadas continuam exercendo sua autonomia ao mesmo tempo em que voltam a ser ‘capitães do mato’** (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.164, grifos nossos).

Desse modo, é importante pensar que tipo de projetos e concessões foram feitas para o interesse das FA nos governos do PT, principalmente Dilma, em nome da governabilidade, já que se tratava de um cenário onde, pela primeira vez desde a redemocratização, governos de esquerda estavam perante a autonomia conquistada pelas Forças Armadas durante a ditadura. Destacamos esse embate principalmente no mandato de Rousseff por se tratar de uma mulher, ex-guerrilheira, torturada pelos militares durante o regime contrainsurgente, e sendo a presidenta a avançar na questão dos crimes cometidos pelos militares nesse período, a partir da abertura da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011, episódio que causou grande tensão com os militares, ocasionando também a demissão do ministro Nelson Jobim, que tomou, mais uma vez, partido pelos militares (Guilherme, 2021, p.55).

### 3.3 AS FA ENQUANTO O QUARTO PODER DO ESTADO BRASILEIRO

Os episódios destacados nos parecem apontar para o fato de que, mesmo que sob diferentes formas, os militares seguiram em seu papel de tutela. Quando falamos em militarização da política e de outras áreas é necessário levar em conta esse processo

---

<sup>22</sup> A expressão é utilizada pelos/as autores/as a partir das propostas de Hunter, onde alguns projetos, como a modernização tecnológica das FA, podem ser vistos como uma forma de barganha com os militares em uma sociedade onde há um alto grau de autonomia militar. O conceito pode ser melhor explorado na própria bibliografia referenciada.



para além da aparência, um governo com menos ministros militares pode ser tão ou mais militarizado que um com forte participação das FA. Se levarmos em conta que:

Tem-se militarização (1) pela ocupação de cargos eminentemente civis por militares, (2) pela transferência do ethos castrense para a administração pública ou (3) pela realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas pelos militares (Mathias; Zague; Santos, 2019, p.140).

A partir dessa concepção, podemos analisar que iniciativas como a criação do ministério da defesa, que retirou diretamente quatro ministérios militares, colocando civis para comandar a pasta, apesar de aparentemente representarem um avanço, quando analisadas mais profundamente revelam as mesmas relações de poder, porém organizadas de outro modo. A grande autonomia militar quase não sofreu perdas nesse período, o fim de espaços de interesse militar como o Conselho de Segurança Nacional e o SNI deram lugar a formações que seguem os mesmos princípios: Conselho de Defesa Nacional e ABIN, caso que se repete com outros órgãos governamentais.

Não se trata de afirmar que nada mudou, mas sim de observar que os principais elementos que caracterizam as FA enquanto um quarto poder no Estado brasileiro foram mantidos. Os atores, formas e espaços de disputa podem ter sido alterados, mas a tutela militar sobre os demais poderes e a apresentação dos militares enquanto um grupo organizado com capacidade de conduzir um projeto societário seguem vigentes, assim como no momento de análise de Marini.

Se até o início desse século, ou até o governo de FHC, era possível observar essa tutela de forma notória, no período que o seguiu, o termo parece ter cada vez mais perdido força dentro das bibliografias, mesmo que os acontecimentos demonstrem que nos momentos de tensão entre civis e militares, esses últimos não hesitaram em realizar declarações públicas contra o governo e membros dele ou, como no caso do caos aéreo no governo Lula, negociar e pressionar diretamente o poder executivo.

Nesse sentido, nos parece relevante a hipótese de Mathias, Fernandes e Santos, que considera que houve a tentativa de afastar os militares do cenário mais aparente da política, e talvez por isso a ideia de participação ativa e tutela tenha se perdido para algumas pessoas, entretanto, devido à posição dos militares no Estado - que para nós é a de um poder não oficial -, fazer com que as FA fiquem no plano de fundo da política é uma tarefa na qual foi necessário ceder a outros desejos militares. Nesse caminho, nos parece que uma dessas concessões feitas em favor da governabilidade foi a agenda econômica neoliberal, enquanto a austeridade não atingia os setores militares esses não se manifestaram contrários ao desmonte dos serviços públicos. A relação entre os

militares e o projeto econômico neoliberal é um importante tema para compreender o cenário político brasileiro no século XXI, entretanto, por não ser o objetivo principal desta investigação, não foi possível reunir mais elementos referentes a esse tópico, podendo se tornar uma questão para futuras pesquisas.

Retratados esses elementos, nos cabe pensar o que levou novamente os militares ao cenário visível da política. A partir da segunda eleição de Dilma Rousseff, membros das FA voltam ativamente à sua tarefa de apresentar um projeto societário, opondo-se ao governo e realizando ameaças de intervenção. A ideia da tutela retorna a ficar aparente nos debates políticos, principalmente nos governos que se seguem ao impeachment, que voltam a prestigiar militares em ministérios civis. Nos cabe caracterizar os elementos conjunturais que demonstrem essa configuração das correlações de força, e investigar o motivo da retomada desse tipo de atuação castrense, já que mesmo de forma mais invisível a forma de democracia restringida seguiu vigente nos governos de esquerda do PT.

#### 4 A CONJUNTURA BRASILEIRA DE 2015 A 2023

Tendo realizado uma recuperação de elementos que caracterizam o Estado e as relações de classe dentro dele, e elaborado um recorrido das recentes movimentações e disputas de interesses das Forças Armadas, pretendemos unir esses elementos para refletir sobre as perguntas desenvolvidas até aqui, produzindo uma análise da conjuntura brasileira do golpe de 2016 até a mais recente tentativa golpista em Janeiro de 2023, tentando compreender se há um aprofundamento da estrutura das FA como quarto poder no período analisado.

Esse período é tomado como objeto de estudos por dois motivos, o primeiro é por representar uma retomada do assunto de militarização da política, a partir do governo Temer, mas de forma mais recorrente no governo Bolsonaro, essa questão voltou a ganhar espaço entre a imprensa, que passou a noticiar de forma mais assídua a presença de militares em espaços civis; também no espaço da produção intelectual o tema retorna a aparecer em bibliografias, palestras e espaços de discussões. O segundo motivo é por conceber que, a partir do impeachment/golpe à Dilma Rousseff, há uma ruptura institucional no que vinha sendo a norma política desde a redemocratização, mudam-se alguns agentes políticos e as figuras da chamada “nova política” apresentam formas distintas de ação, partidos políticos tradicionais que estavam no centro da discussão (como o PSDB) perdem centralidade, e a dinâmica política, que até então parecia consistente, foi alterada.

Em alguns momentos deste capítulo serão utilizadas principalmente fontes jornalísticas, como forma de compreender a discussão conjuntural da atuação dos militares. A circulação cotidiana das informações relativas à atuação dos militares na política são também um movimento importante de análise, pensando na publicidade a qual a atuação militar obteve no período analisado.

Também para compreender essas transformações, um elemento central de nossa análise é a categoria de bloco no poder<sup>23</sup>. Como exposto por Osorio, as classes dominantes são um conglomerado social diverso e heterogêneo, organizado em frações e setores com interesses próprios que estão em disputa. Sobre essa concorrência, o autor declara:

---

<sup>23</sup> Aqui a categoria mobilizada é recuperada da análise que Jaime Osorio realiza sobre o Estado na América Latina. Entretanto, tanto a categoria de bloco no poder, como a de classe reinante, foram elaboradas originalmente por Nicos Poulantzas.

Os diferentes graus de força se refletem no Estado, e seus portadores tratam de fazer com que tenham expressão nele, pois este tem a capacidade de potencializá-los. A luta entre as classes dominantes, suas frações e setores para controlar o Estado é vital e pode alcançar níveis elevados (Osorio, 2019, p. 46).

O autor caracteriza como bloco no poder essas articulações internas que as classes dominantes estabelecem entre si, consistindo o bloco no poder uma “unidade-confrontação” (Osorio, 2019, p.47), sendo unidade a base que unifica toda as classes dominantes (sua dominação e exploração), e a confrontação sua diferenciação e disputa de seus interesses particulares, o que marca as grandes contradições que perpassam esse bloco e o Estado. Uma fração ou setor é hegemônico dentro do bloco no poder quando possui a capacidade de fazer prevalecer seus projetos e interesses, e para isso o controle do Estado é crucial.

Outra categoria utilizada por Osorio que possui capacidade analítica para realizar uma análise de conjuntura é a de classe reinante, definida pelo autor como o corpo de funcionários que está ocupado com as altas posições de direção do aparato do Estado. Para o autor:

[...] a classe reinante pode transmitir em sua gestão um estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras demarcadas pelos interesses de classe que o Estado representa. [...] Essas limitações relacionais [...] fazem com que, geralmente, a classe reinante acabe se integrando aos interesses das classes que detêm o poder político (Osorio, 2019, p.41).

Dessa forma, é importante explicitar que o que pode ser conquistado pela via eleitoral é a posição de classe reinante e não de classe dominante, além de que devemos então estar atentos às relações entre frações hegemônicas do bloco no poder e o governo que ocupa em um período a posição de classe reinante.

Os militares entram nesse contexto não como classe no sentido econômico-social que conhecemos, já que podem ser provenientes de diferentes classes e frações de classe, mas sim como um grupo, também com interesses particulares, que podem ser ou fazer parte da classe reinante, articulando também seus interesses com o bloco no poder e podendo estar associados aos interesses de uma ou outra fração ou setor das classes dominantes. Tendo isso em vista, possuímos ferramentas que permitem a realização da investigação da conjuntura proposta.

#### 4.1 O PROCESSO DO GOLPE

Como foi possível observar no curso deste trabalho, a dominação econômica das classes dominantes está presente em toda a estrutura do Estado, de modo que pela

forma eleitoral é conquistada a posição de classe reinante, com poderes limitados de atuação dentro do Estado. Essa abordagem pode elucidar melhor os acontecimentos do golpe de Estado de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff e os seus desdobramentos.

Em algumas concepções, os acontecimentos de 2016 foram um processo legal de afastamento da presidente, não podendo ser considerado um golpe por sua condução institucional. Sobre essa visão são veladas as disputas travadas entre frações de classe que disputavam o governo naquele momento, ficam mascarados também agentes condutores ou incentivadores do golpe, como as Forças Armadas. As contradições desse momento só podem ser explicadas pela lente crítica que contempla o Estado como um aparelho de repressão e manutenção da ordem, só dessa forma é possível compreender de forma mais profunda a atuação das Forças Armadas e seus generais no golpe e nos acontecimentos que o seguiram e seguem até o presente momento. A crise de poder do governo Dilma deve ser analisada levando em consideração o fato de que a dominação econômica é inseparável da dominação política, a estrutura do Estado está a serviço da manutenção e reprodução da classe burguesa e sua ordem, isso em nenhum momento descarta que há importância e poder nas instituições legislativas ou judiciárias, mas sim que essas estão estruturalmente e intimamente articuladas à dominação econômica e aos movimentos e transformações provenientes dessa dominação.

Em *Reforma e crise política no Brasil*, Boito Jr. observa o período enquanto uma ofensiva do campo neoliberal ortodoxo que procurava, a partir das demandas do grande capital internacional e da burguesia brasileira a ele associada, realizar diversas reformas neoliberais (Boito Jr., 2018, p.211-212), isso em razão de que os governos do PT, apesar de não romperem com o modelo neoliberal implementado na década de 1990, caracterizaram-se por uma política econômica neodesenvolvimentista que privilegiou a burguesia interna. Essa, por sua vez, também não pretendia uma ruptura com o neoliberalismo e com o imperialismo, já que é uma classe dependente, seu objetivo era apenas amenizar esse modelo de forma a atender melhor seus interesses, dessa forma, dentro dos governos do PT essa fração pôde alcançar uma posição hegemônica dentro do bloco no poder (Boito Jr., 2018, p.230-231). Como contemplado por Osorio, esses governos, conjuntamente com outros semelhantes no território latino-americano, buscavam absorver uma parte das demandas dos setores mais pobres através de programas sociais, assim suavizando as ofensivas dos capitais hegemônicos (Osorio,

2019, p.225), as empresas nacionais também se beneficiaram dessas demandas absorvidas pelo Estado. A política externa dos governos também seguiu essa correlação de forças, afastando-se um pouco da hegemonia estadunidense e promovendo um alinhamento entre os países do sul global, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve papel central em subsidiar as empresas nacionais projetando-as de forma internacional<sup>24</sup> em seus ramos (Boito Jr., 2018, p.237).

A resposta do capital hegemônico internacional e da burguesia brasileira associada a ele chega na forma de uma ofensiva restauradora do neoliberalismo puro, de forma a recuperar o controle do Estado para si, debilitando o governo e a fração interna que exercia uma posição hegemônica na política brasileira. Nesse movimento, a Operação Lava Jato<sup>25</sup> serviu como “uma espécie de partido da alta classe média” (Boito Jr., 2018, p.256), essa fração superior da classe média, enquanto integrantes da burocracia do poder judiciário, moveram, a partir de seus interesses, uma caçada à corrupção. O imperialismo estadunidense e as frações burguesas que buscavam finalizar o governo petista, estimularam as investigações, enxergando nesse processo uma forma de enfraquecer o bloco hegemônico interno, dessa forma, tanto os agentes políticos foram descredibilizados perante a opinião pública, como também uma parte da fração burguesa interna foi tirada do campo de atuação, através das prisões realizadas pela operação.

Derrotadas ou descartadas as forças do projeto neodesenvolvimentista, a intenção era colocar em curso as reformas neoliberais e colocar o Brasil, e outros países da América Latina, no mesmo passo da austeridade já implementada no continente europeu (Boito Jr., 2018, p.267), aprofundando o projeto internacional neoliberal onde os Estados nacionais buscaram resistir ou suavizar sua instalação. Esse movimento corresponde a uma reconfiguração do modelo de governo implementado a partir da redemocratização, para Osorio trata-se de uma forma de governo denominada por ele como “Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral” (Osorio, 2019, p.232), processo no qual,

---

<sup>24</sup> Por não ser o objetivo dessa investigação não será possível se estender nessa questão, mas é relevante observar como essa política fortaleceu o subimperialismo brasileiro. As burguesias internas, a partir de sua posição enquanto um setor médio na divisão do mundo capitalista, buscam compensar sua dependência projetando-se sobre os demais países do sul global, isso tudo à sombra do financiamento do Estado.

<sup>25</sup> A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações realizadas pela PF no período de 2014 a 2021, que buscavam apurar sobre esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. Diversos políticos e empresários foram investigados e presos, incluindo Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz à frente da investigação naquele momento era Sérgio Moro. Naquele período, a operação mobilizou diversos movimentos de classe média contra a corrupção, entretanto hoje em dia já existem formulações, dentro e fora da área jurídica, que apontam a forma controversa por meio da qual se deu a operação.

após uma disputa interna entre as frações burguesas, o projeto vitorioso conduz o **conjunto** do capital a um modelo em que os interesses da ofensiva neoliberal são protegidos, cabendo ao Estado se utilizar do seu monopólio da violência de forma a realizar políticas de segurança contra as forças sociais que apresentem riscos ou resistência aos interesses do grande capital. Nessa forma de governo, o processo eleitoral segue acontecendo, mas os/as candidatos/as e forças que apresentem risco ao controle da fração hegemônica no bloco no poder são excluídos ou eliminados do pleito eleitoral logo no início, como ocorreu com o caso de Lula nas eleições de 2018 (Osorio, 2019, p.234).

Essa nos parece ser a forma que a fração hegemônica do bloco no poder, a grande burguesia imperialista, encontrou para proteger seus interesses de reconfiguração neoliberal na América Latina, isso em meio a um processo de disputa de sua hegemonia na região frente à ameaça do capital chinês, principal responsável pelas condições de acumulação que possibilitaram o projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas e da burguesia interna brasileira. Nessa reconfiguração, a fração hegemônica arrebatou consigo até mesmo as frações desenvolvimentistas, que acabaram se enfraquecendo tanto em sua aliança interna com o governo (Boito Jr., 2018, p.284), quanto pelo enfraquecimento da política comercial de commodities (Osorio, 2019, p.226).

O desmantelamento da frente neodesenvolvimentista não significa que a burguesia interna foi prejudicada, e sim que as políticas do capital **priorizam** agora os interesses da nova fração hegemônica (Boito Jr., 2018, p.308), mas a burguesia em seu conjunto é sempre privilegiada no modo de produção capitalista, a diferença está na condição de dependência, que faz com que esse setor tenha menor vantagem na acumulação. Assim sendo, em sua posição de subordinação ao imperialismo, a burguesia interna abandonou a frente neodesenvolvimentista e não repeliu o projeto neoliberal ortodoxo, tornando-se menos privilegiada na acumulação e no bloco no poder, mas **ainda assim é parte integrante do bloco no poder e é privilegiada enquanto burguesia**. Prejudicados de fato foram as esquerdas, os movimentos sociais e os/as trabalhadores em geral, que sob essa reconfiguração da dinâmica do capital, são afetados não somente pelas políticas de austeridade, como também pela violência estatal que se agudiza nas políticas de segurança do capital. Importante salientar também a dimensão em que essa

reconfiguração neoliberal afeta particularmente a América Latina, em nível de projeto de soberania e autonomia dos povos, como exposto por Boito:

[...] se nos países imperialistas, o neoliberalismo representa um ataque a um único alvo, que são os direitos dos trabalhadores, nos países dependentes, além de ser um programa de ataque aos trabalhadores, a plataforma neoliberal é, também, um ataque a um segundo alvo: o que resta de controle nacional sobre as economias dependentes (Boito Jr., 2018, p.321).

Diante dessa transformação na forma dos governos, os interesses militares também se fazem presentes nessa disputa, a relação entre os militares e o governo Dilma se desgastava ao longo do mandato. O ministro Nelson Jobim, querido entre as FA por defender seus interesses, já havia deixado o cargo em 2011, mas para o general Sérgio Etchegoyen (ex-ministro do GSI), Jobim é efetivamente o primeiro ministro da defesa (Fundação FHC, 2019). Esse mesmo general, em palestra no Instituto FHC, afirmou que nunca houve um afastamento entre os militares e os governos, entretanto no governo Dilma, para utilizar as palavras do próprio general, “o vínculo de diálogo fácil que havia com os outros presidentes anteriores rapidamente se desfez” (Fundação FHC, 2019). De fato, principalmente durante o segundo mandato da presidenta, foi possível observar o choque entre a atuação do governo e os militares.

Em 2015 é publicado o decreto nº 8.515, que retira das mãos das FA algumas atribuições referentes ao pessoal, às exonerações, reformas, nomeações, entre outras, a medida foi impopular entre o meio militar, levando a manifestações contrárias (Janot; Penido; Rodrigues, 2021). Para Etchegoyen, a forma como foi conduzida a comissão nacional da verdade e a difícil gestão do ministério da defesa também foram elementos de distanciamento entre os militares e o governo, conjuntamente com uma inquietação referente à moralidade pública e uma preocupação dos militares em manter a institucionalidade em um momento que julgavam como caos (Fundação FHC, 2019). Nesse mesmo sentido, o general Hamilton Mourão, que viria a se tornar vice-presidente no mandato de Bolsonaro, defendeu em uma palestra em 2015 que uma intervenção militar poderia ser utilizada, caso o judiciário não resolvesse o problema da corrupção, ele argumentou que a tarefa poderia vir a partir de aproximações sucessivas (Valente, 2017). O general já havia sido afastado de seu cargo no Comando Militar do Sul por uma palestra no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), onde argumentava sobre a necessidade de um levante patriótico diante de um cenário de incompetência da classe política (Vizeu, 2015).



Também em 2015, em outubro, o governo Dilma realiza uma reforma administrativa que reúne na Secretaria de Governo diversas atribuições que antes possuíam pasta própria, entre elas o GSI, que passava para as mãos de um civil (Ricardo Berzoini), com rechaço por parte dos militares (José Elito Siqueira, ex-ministro da pasta) (Janot; Penido; Rodrigues, 2021). Posteriormente a todos esses episódios, em 2020, Temer revelou em biografia que, durante os trâmites do processo de impeachment, reuniu-se em mais de uma ocasião com os militares, especialmente com os generais Eduardo Villas Boas e Sérgio Etchegoyen. Temer tenta normalizar esses encontros enquanto uma questão institucional, mas relata que os militares possuíam preocupações em relação ao governo de Dilma Rousseff por retirar elementos da autonomia militar (Janot; Penido; Rodrigues, 2021).

Pelas informações que pudemos reunir até agora, não é possível apontar as FA como agentes mobilizadores do golpe contra Dilma, mas é notável nas declarações públicas dos próprios militares que existia um repúdio ao governo por medo de perder a autonomia conquistada ao longo dos anos. Temerosos de perder o espaço de decisão sobre seus interesses, decidiram disputar o campo político, reagindo às mínimas tentativas de controle civil sobre as Forças Armadas e aliando-se ao movimento golpista como forma de controlar a ameaça. Podem não ter assumido papel de protagonismo no golpe, mas acharam na ofensiva neoliberal melhor espaço para a manutenção de sua posição, assim como as frações burguesas desse projeto enxergaram os militares como importante ferramenta para colocar em curso sua ofensiva anti-popular.

#### 4.2 OS MILITARES E O GOVERNO TEMER

As reuniões dos militares com Temer parecem ter garantido bons resultados, pois assim que assumiu a presidência de forma interina, em Maio de 2016, Temer reativou o GSI nomeando o já citado general Etchegoyen para a pasta, que ganhou muito mais centralidade no cenário político devido às alterações promovidas pelo decreto nº 8.793 de 2016. O GSI ficava agora responsável pela coordenação das atividades de inteligência a partir das diretrizes apontadas na Política Nacional de Inteligência (PNI), que lista uma ampla e diversa quantidade de ameaças à segurança do Estado brasileiro, passando por terrorismo, corrupção, criminalidade organizada, entre outras (Kalil; Rodrigues, 2022, p. 22). Entre os pressupostos da atividade de inteligência presente no documento é possível

destacar um trecho que define a atividade de inteligência como exclusiva do Estado, “[...] não se colocando a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias” (Brasil, 2016). Em outro momento o documento também coloca como pressuposto o caráter permanente da atividade de inteligência, apontando que “[...] sua existência confunde-se com a do Estado ao qual serve” (Brasil, 2016), sendo necessária “[...] em situações de paz, de conflito ou de guerra” (Brasil, 2016).

O governo Temer não só reativou o GSI, como também o transformou em uma super pasta coordenada por militares de forma autônoma a partir dos seus próprios interesses de diretrizes. Pelos trechos destacados é possível observar que a PNI está perpassada pelos preceitos militares, diferenciando atividade de Estado de uma atividade de governo e a colocando enquanto permanente, desse modo mais uma vez os militares se colocam acima da figura do Poder Executivo, que é transitório, enquanto as FA e seu compromisso com o Estado são permanentes.

**Fotografia 1 – Michel Temer com militares em ato de assinatura de decretos de promoção dos Oficiais Gerais**



Na imagem, da direita para a esquerda: Comandante do Exército, Gen. Villas Boas; Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. Etchegoyen; Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha; Presidente em Exercício Michel Temer; Ministro da Defesa, Raul Jungmann; Almirante de Esquadra Leal Ferreira; Comandante da Aeronáutica Ten. Brigadeiro Rossato. Fonte: Carolina Antunes/PR, 2016.

Outro ato do governo que demonstrou cumplicidade com as Forças Armadas e afastamento da gestão de Dilma Rousseff foi a anulação do decreto 8.515, devolvendo

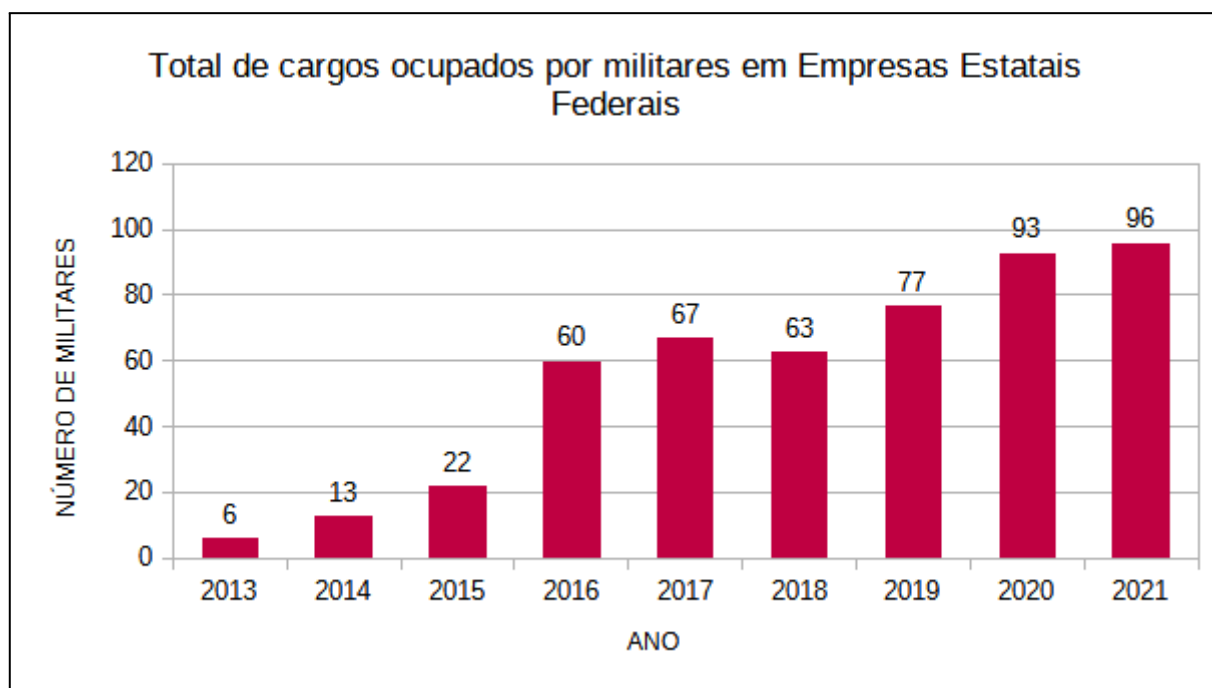
para os militares sua autonomia em relação às decisões sobre pessoal. Para Penido, Janot e Rodrigues (2021, n.p.), a atitude podia ser interpretada como uma disposição de Michel Temer de “[...] restabelecer a autonomia das forças, abrindo caminho para a ocupação absoluta da política que veríamos em seguir e que perdura até os dias atuais”. Essa relação entre o governo golpista de Temer e os militares foi descrita por Kalil e Rodrigues como *protagonismo sorrateiro*, referenciando a procura das FA em obter protagonismo de uma forma oculta. Esse modo de atuação dos militares contrasta com sua posição explícita assumida no governo Bolsonaro, em consequência é possível mais facilmente encontrar análises que atribuam a militarização recente ao movimento do Bolsonarismo, sem incluir o governo Temer como uma parte do mesmo movimento de ofensiva neoliberal, que Osorio denominou como Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral, entretanto dados referentes à ocupação de militares em cargos dentro do governo demonstram como essa forma de militarização<sup>26</sup> foi empregada já a partir de 2016 no governo interino, antes mesmo do fim do processo de impeachment.

Para exemplificar esse processo utilizamos os dados levantados pelo IPEA para observar a presença de militares em cargos e funções comissionadas do executivo federal, disponíveis no Atlas do Estado Brasileiro. Os cargos e funções comissionadas são interessantes de serem observados por se tratarem de recrutamentos sem a necessidade de realização de concursos públicos, são funções temporárias realizadas por meio de nomeação, e dessa forma é possível estabelecer características de cada gestão, já que a gestão seguinte pode livremente exonerar esses funcionários e substituir por outros. Dessa forma, se observarmos, por exemplo, a ocupação de militares em cargos e funções comissionadas dentro das Empresas Estatais Federais, podemos verificar um aumento da participação armada já na gestão de Temer, como exemplifica o gráfico 1:

---

<sup>26</sup> Como já exposto em Mathias, Zague e Santos (2019, p.140), a ocupação de cargos eminentemente civis é apenas uma das formas de militarização que podem ser observadas.

**Gráfico 1** - Total de cargos ocupados por militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021



Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano, sendo assim, em 2016 Michel Temer era presidente interino.

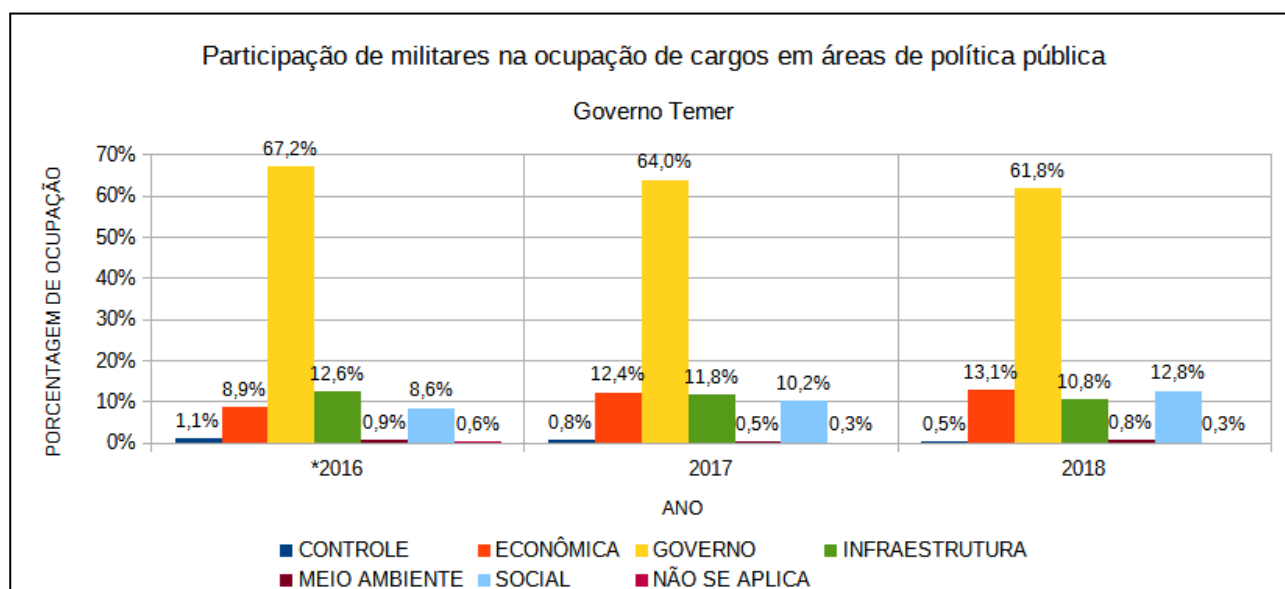
É possível observar que já no final do governo Dilma o número de militares ocupando esses cargos sofreu um aumento, entretanto nada comparado aos governos subsequentes. A gestão de Temer, ainda como interino, faz o número saltar de 22 cargos ocupados por militares em 2015, para 60 em 2016. Os números seguem em aumento no governo Bolsonaro (que analisaremos posteriormente), entretanto nos parece coerente alegar que o fenômeno inicia-se já no momento posterior ao golpe, tendo o período de 2015 a 2018 (final do governo Temer) apresentado um aumento de 186% na participação ativa dos militares somente nessa área.

Para além dos elementos apresentados, os militares seguiram com suas atividades internas através das GLOs. Segundo levantamento disponibilizado pelo Ministério da Defesa (Defesa, 2022), na gestão de Michel Temer foram iniciadas 17 operações de garantia da lei e da ordem, 4 dessas tinham como finalidade a garantia da votação e apuração de eleições, um tipo de GLO comum a todos os governos, entretanto 9 delas foram para controle da violência urbana ou em situações de greve das polícias militares, caracterizando-se como as maiores motivações para a realização de operações. É

possível observar que “[...] o recurso tornou-se resposta padrão ao enfrentamento das diversas crises que eclodiram no período, dentre as quais a greve dos caminhoneiros, a rebelião em presídios no Rio Grande do Norte e a crise migratória em Roraima” (Kalil; Rodrigues, 2022, p.21). Nesse contexto, foi realizada, em 2018, a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, onde por meio de decreto a segurança pública do estado ficaria sob o controle do governo federal, o general Walter Braga Netto, figura que posteriormente se tornaria frequente no cenário político, foi nomeado como interventor.

No âmbito do projeto de ofensiva neoliberal, o governo Temer foi responsável por conduzir diversas reformas, na sua gestão foi realizada a reforma trabalhista em 2017, e instituído o teto de gastos por meio da PEC 55/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, entre outras iniciativas que marcaram o aprofundamento da aplicação de medidas neoliberais que visavam a austeridade econômica do Estado. Nesse cenário de centralidade de medidas de desmonte de políticas sociais, da realização de reformas neoliberais e privatizações, dados levantados pelo IPEA apresentam um crescimento da ocupação de militares na área econômica, como demonstra o gráfico 2.

**Gráfico 2** - Participação de militares na ocupação de cargos em áreas de política pública:  
Governo de Michel Temer



Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Notas: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano, sendo assim, em 2016 Michel Temer era presidente interino.

É possível observar que apesar da maior concentração de militares na área de

governo, o setor apresenta queda, enquanto as áreas de políticas públicas econômicas e sociais passam a contar com cada vez mais militares. O aumento da ocupação de militares nesse período é de 47,2% no setor econômico, e 48,8% no social, justamente os que estão no centro das medidas promovidas no governo de Michel Temer.

Desse modo, nos parece adequado afirmar que a partir do golpe de Estado em 2016 os militares não só passaram a ter maior presença direta dentro do governo, como passaram a ocupar setores estratégicos para as mudanças promovidas pela ofensiva neoliberal. Como já argumentamos ao longo deste trabalho, o fenômeno da militarização não é novo, e os militares já se faziam presente em outras gestões, o que ocorre a partir de 2016 é um alastramento dessa presença militar em diversos outros setores do Estado.

### 4.3 COTURNOS NO GOVERNO BOLSONARO

Liderando as pesquisas para as eleições, Lula foi preso em abril de 2018 em investigações da Operação Lava Jato, a condenação veio do então juiz Sérgio Moro, que com o resultado vitorioso para Bolsonaro nas eleições, passou a ocupar o cargo de ministro da justiça em 2019. Independente dos detalhes jurídicos, politicamente é difícil não argumentar que a prisão do candidato petista mudou o cenário das eleições de 2018, abrindo caminho para a posse de Jair Bolsonaro. Nessa circunstância, um dia antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) analisar o pedido de habeas corpus de Lula, o general Villas Boas (2018) manifestou-se em suas redes sociais dizendo repudiar a impunidade, ao fim da declaração o general escreveu que “[...] **o Exército Brasileiro** julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como **se mantém atento às suas missões institucionais.**” (Villas Boas, 2018) Apesar de não deixar claro, o general parece fazer referência ao papel de garantidores da lei e da ordem quando cita as “missões institucionais” do Exército, mostrando que as interpretações sobre esse papel são amplas e concedem abertura para uma atuação tutelar das FA.

## Fotografia 2 – Luiz Inácio Lula da Silva se entrega à PF



Fonte: Francisco Proner / REUTERS, 2018.

Michel Temer encerrava seu mandato com alta reprovção (G1, 2018) e apesar da retirada do principal candidato de esquerda do pleito, os partidos da direita tradicional não conseguiram angariar força em nenhuma de suas candidaturas: Henrique Meirelles do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (partido de Temer) obteve apenas 1,20% dos votos no primeiro turno, Geraldo Alckmin, na época no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), alcançou 4,76% dos votos. Da mesma forma, apresentando-se enquanto representante da nova política e da agenda neoliberal, João Amoêdo do NOVO atingiu 2,50% no primeiro turno, o que pode ser um resultado impressionante por se tratar de uma figura nova na política, mas ainda assim sem força para ser a opção dos projetos da ofensiva neoliberal. Essa tarefa ficou para Bolsonaro, na época candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), que “[...]avançou no vácuo criado pela crise de legitimidade aberta pelo golpe” (Mattos, 2022, p.29), conseguindo se apresentar como um *outsider* mesmo sendo deputado federal por 27 anos, Bolsonaro reuniu em sua campanha sua antiga base eleitoral de militares de baixa patente<sup>27</sup>, o discurso anti-corrupção de apoiadores da operação lava jato, o sentimento anti-petista que pairava desde o golpe de 2016 e intensificado pela prisão de Lula, e o discurso de um governo formado por técnicos

<sup>27</sup> Em *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares*, Zaverucha narra diversas vezes a atuação de Bolsonaro, enquanto deputado representante dos interesses dos militares de baixa patente, e de seus familiares. O deputado organizava protestos e se posicionava constantemente sobre a questão dos salários militares durante a década de 1990.

centrado principalmente na figura de Paulo Guedes, um admirador dos *chicago boys* chilenos, na pasta da economia.

Como defendido por Kalil e Rodrigues (2022, p.26), a chegada de Bolsonaro ao poder pode ser encarada como produto de uma convergência de interesses. A eleição de Bolsonaro foi o projeto de diferentes setores, entre eles diferentes frações das classes dominantes, aquelas participantes do projeto da ofensiva neoliberal que integravam o governo Temer buscaram a sua representação nas medidas de Paulo Guedes, frações do agronegócio brasileiro também se aglutinaram ao governo por meio de representantes como Ricardo Salles e Tereza Cristina. O movimento não foi diferente entre os militares, que adotaram “o princípio de ocupação em massa do Palácio do Planalto” (Mathias; Penido; Rodrigues, 2020a), o general Sérgio Etchegoyen cita a busca de quadros técnicos por parte da gestão como uma das razões que poderia explicar a presença de militares no governo de Bolsonaro, algo que as Forças Armadas poderiam oferecer por terem ao longo dos anos formado esses técnicos dentro de suas fileiras (Fundação FHC, 2019).

O que podemos observar é que, de fato, a gestão de Bolsonaro foi marcada pela ocupação de militares em diversos espaços do governo, ao longo do mandato 12 militares estiveram no gabinete do governo, espalhados em 10 diferentes pastas, como demonstra o quadro 1:

**Quadro 1 – Ministros militares no governo Bolsonaro: 2019-2022**

Ministérios	Ministros	Força
Casa Civil	Walter Braga Netto	Exército
	Luiz Eduardo Ramos	Exército
Ciência Tecnologia e Informações	Marcos Pontes	Aeronáutica
Controladoria Geral da União	Wagner Rosário	Exército
Defesa	Fernando Azevedo e Silva	Exército
	Walter Braga Netto	Exército
	Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira	Exército
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno	Exército
Infraestrutura	Tarcísio Freitas	Exército
Minas e Energia	Bento Albuquerque	Marinha
Saúde	Eduardo Pazuello	Exército
Secretaria de Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz	Exército
	Luiz Eduardo Ramos	Exército



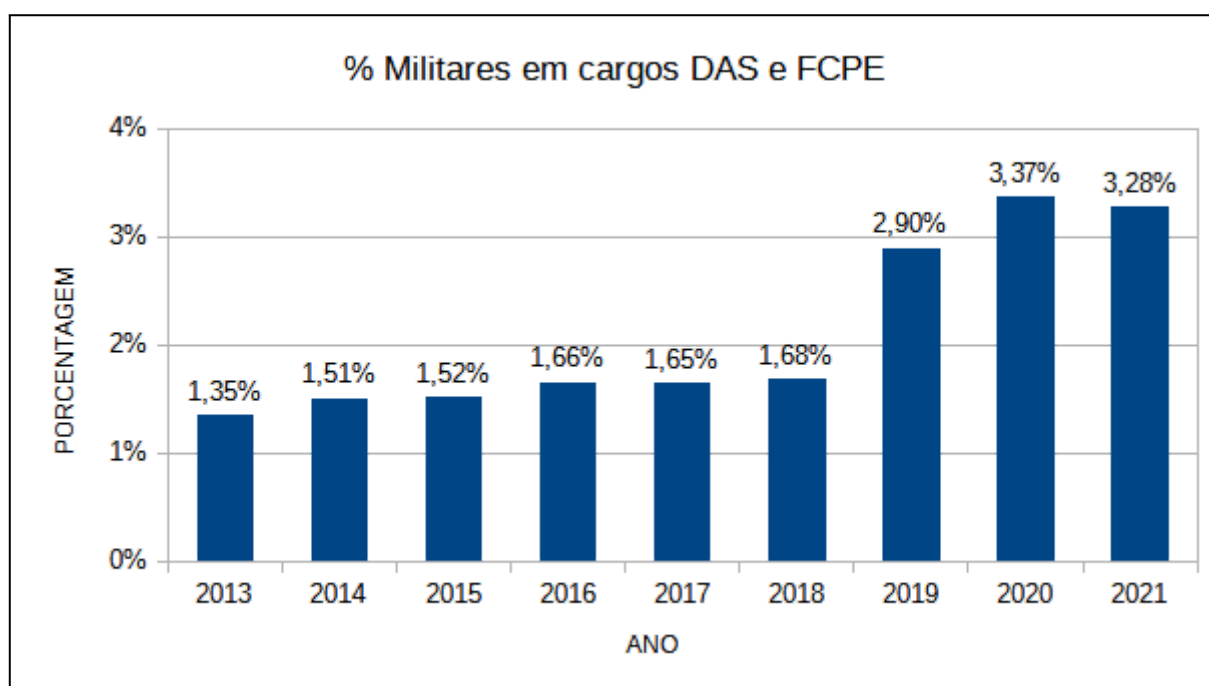
Secretaria-Geral da Presidência da República	Floriano Peixoto Vieira Neto	Exército
	Luiz Eduardo Ramos	Exército

Fonte: elaboração própria

Para além dos ministérios, a ocupação se estendeu para diversos setores durante a gestão de Bolsonaro. Diante das discussões sobre a aparente militarização de órgãos do Estado, o IPEA elaborou um levantamento para acompanhar a presença de militares em cargos comissionados no período de 2013 a 2021. Como já apontado em nossa análise do governo Temer, é pertinente analisar os cargos comissionados já que, por sua fácil nomeação e exoneração, é possível traçar um perfil da gestão a partir da ocupação desses cargos. Desse modo, nos parece significativo levantar alguns desses dados.

O **gráfico 3** representa a ocupação dos militares nos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e nos cargos de Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) durante o período de 2013 a 2021. Os dados indicam que: em 2013, um total de 303 militares possuíam cargos comissionados desse tipo no executivo federal, em 2020, ano de maior presença, o total somava 743 militares, considerando todo o período de 2013 a 2021 o aumento da presença de militares foi de 144,9%. No gráfico podemos observar o quanto a ocupação militar representa no total de cargos DAS e FCPE:

**Gráfico 3** – Porcentagem de militares em cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) - 2013-2021



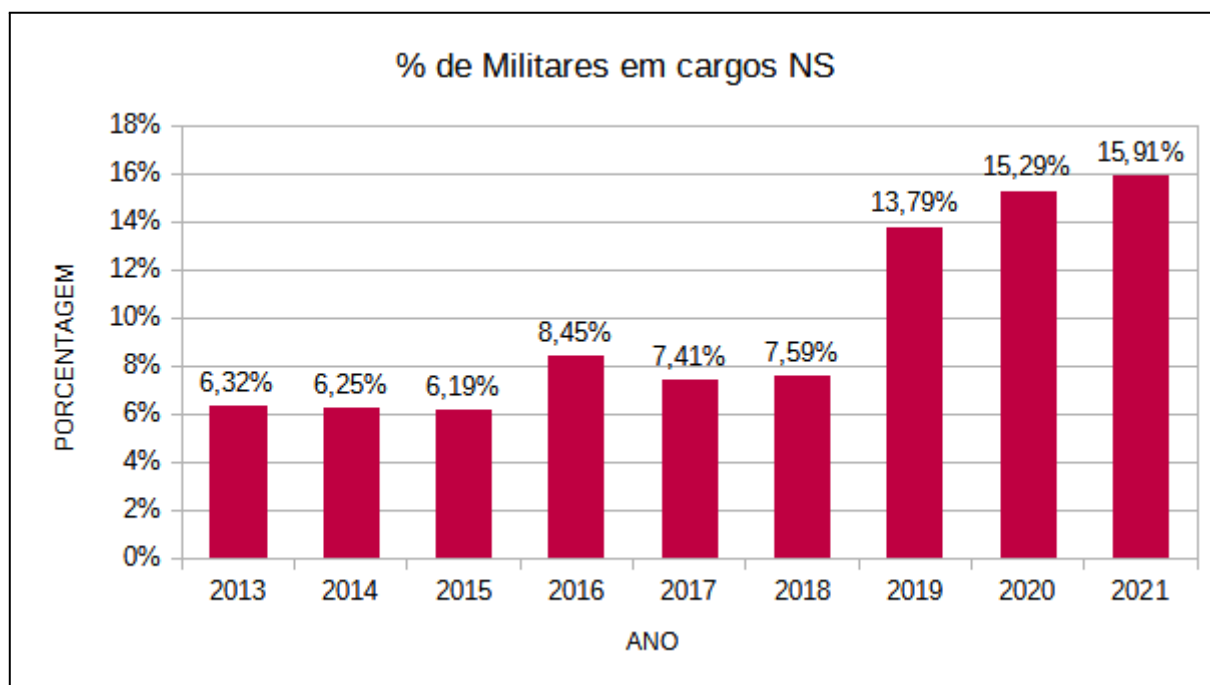
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

É possível observar que a partir de 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, há um aumento de 63,5% da ocupação de militares em relação ao ano anterior na gestão de Michel Temer. Em 2020 os militares representavam 3,37% dos cargos comissionados do executivo federal, no ano seguinte os números apresentaram uma pequena queda e os militares passaram a representar 3,28% do total de cargos. De modo geral é possível afirmar que o fenômeno é próprio do governo Bolsonaro, tendo as gestões de Dilma (2013-2015) e Temer (2016-2018) apresentado números inferiores.

Quando observamos os cargos de Natureza Especial (NS), o mais alto nível hierárquico da estrutura de cargos em comissão do Poder Executivo Federal (Schmidt, 2022, p.11), o fenômeno se mantém. Como demonstra o **gráfico 4**, em 2013 apenas 6 militares ocupavam cargos desse tipo, representando 6,32% do total, em 2021, maior alta do período, eram 14 militares, ocupando 15,91% dos cargos, o aumento total observado no período analisado foi de 133,3%.

**Gráfico 4** – Porcentagem de militares em cargos de Natureza Especial (NS) - 2013-2021



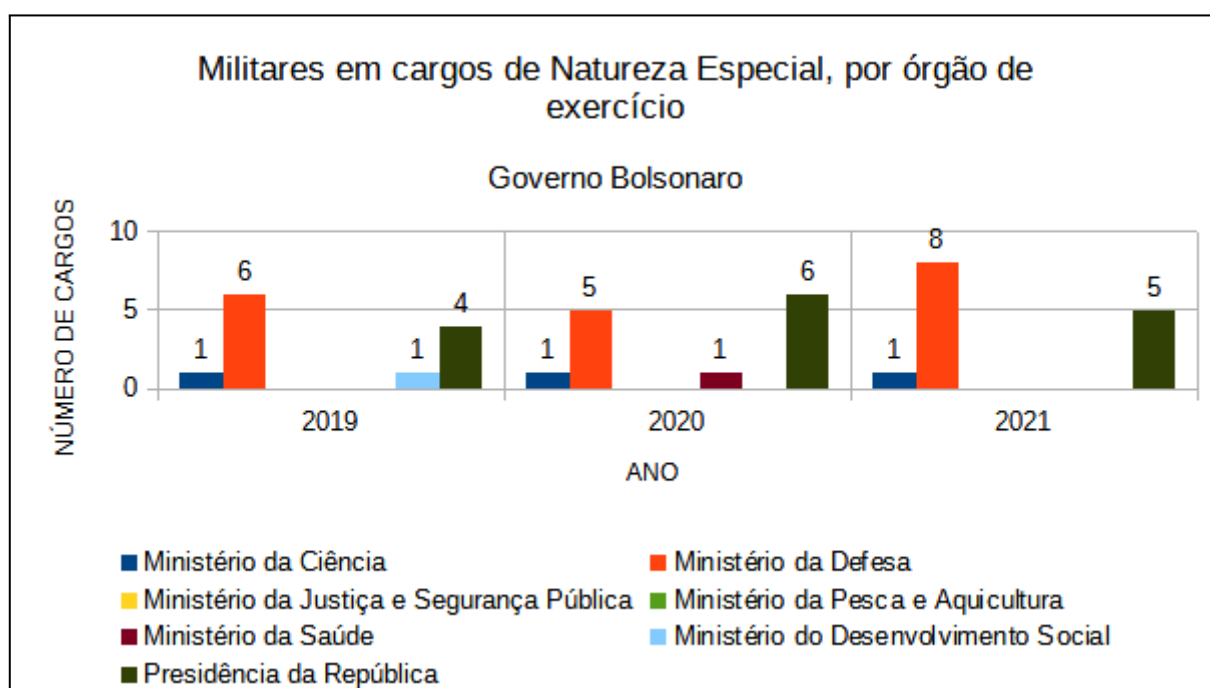
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Novamente é possível observar que, apesar de o governo de Michel Temer já

representar um pequeno aumento na ocupação de militares em cargos NS em relação à gestão de Dilma Rousseff, o fenômeno da ocupação em massa é característico do governo Bolsonaro, a partir de 2019. Observando de forma mais atenta, utilizamos o **gráfico 5** para demonstrar em que órgãos do executivo federal estavam localizados esses militares ao longo do período de 2019-2021:

**Gráfico 5** – Distribuição de militares em cargos de Natureza Especial (NS) por órgão de exercício durante o governo Bolsonaro - 2019-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

O gráfico nos ajuda a perceber que, com pequenas variações, os militares ficaram concentrados nas pastas da Presidência da República e Ministério da Defesa, o que pode parecer coerente com o discurso de Etchegoyen de nomeações técnicas, mas são justamente as esferas de poder e organização dos próprios militares (defesa) e o centro do poder executivo federal. É necessário destacar também a única nomeação no Ministério da Saúde ser no ano de 2020, durante a pandemia de COVID-19, os dados apresentados são ainda referentes ao mês de junho, durante a gestão de Eduardo Pazuello como ministro. Nessa ocasião, a militarização da saúde se deu muito pelo enfraquecimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio de tentativas de tratar como segredo de Estado elementos da gestão da pandemia. Kalil e Rodrigues expõem

que dentro das FA essa “cultura de segredo” (2022, p.27) é comum à sua atividade, mas que a transposição desses elementos para a administração pública é um problema, demonstrando a militarização em situações comuns da gestão, nesse caso observamos que:

Como consequência deste processo verifica-se que a lógica que rege as relações políticas passa a ser aquela oriunda de uma instituição que existe em razão da guerra e para a defesa do país. Ao compreender-se todos os problemas como se fossem uma batalha militar, desagua-se na militarização do fazer político em si (Kalil; Rodrigues, 2022, p.27).

Badaró também aborda a gestão da pandemia em sua investigação sobre o governo Bolsonaro e o neofascismo, afirmando o peso das decisões do governo no grande número de vítimas que a pandemia deixou, seja pelo negacionismo científico promovido ou pelo boicote a soluções efetivas, como a vacinação (Mattos, 2022, p.34). Em grande parte desse tempo estava à frente do Ministério da Saúde um militar, e como demonstram os dados levantados pelo IPEA, os fardados não se restringiam somente ao comando do ministério, a partir do **quadro 2** observamos que no início da pandemia há um aumento brusco do número de militares ocupando cargos comissionados na pasta.

**Quadro 2** – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) no Ministério da Saúde - 2013-2021

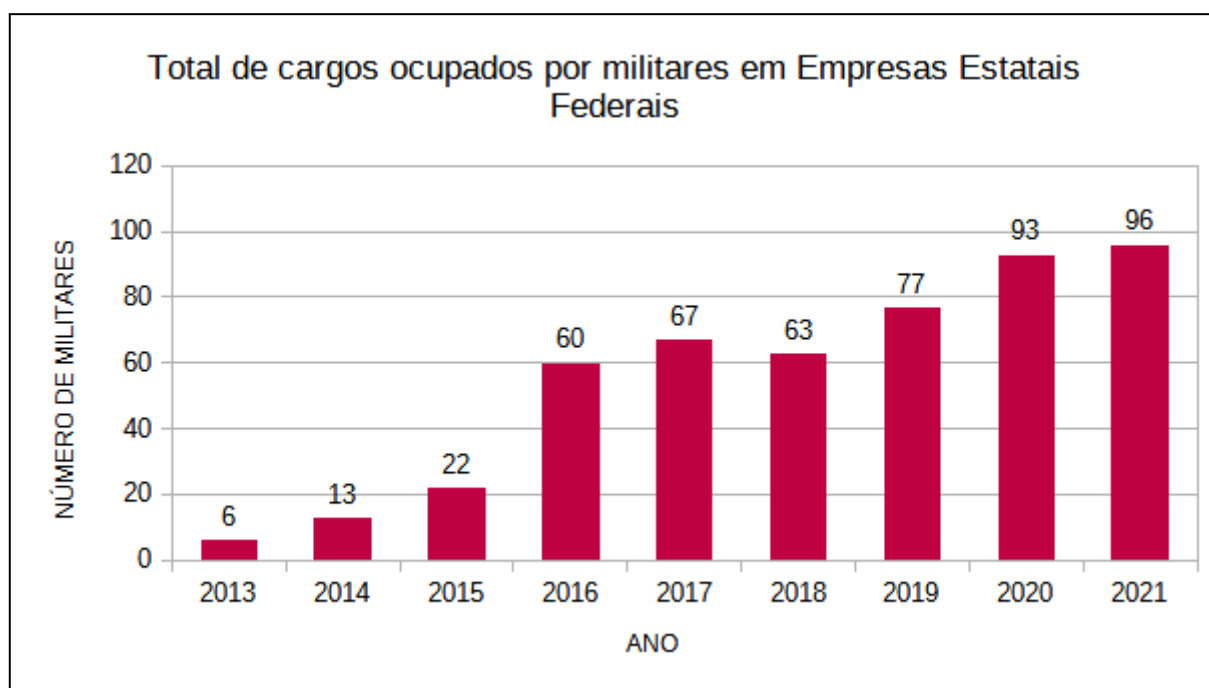
ÓRGÃO DE EXERCÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ministério da Saúde	7	7	7	7	5	5	8	36	40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Para além dos cargos no executivo federal, é possível observar a militarização e a ocupação em massa dos militares em cargos comissionados nas Estatais Federais. Como é possível visualizar no **gráfico 6**, em 2013 o número de militares nesse setor era de 6 cargos, em 2021 atingiu-se 96 cargos, apresentando um aumento de 1500% durante todo o período observado. Nesse caso, já é possível observar grande crescimento da ocupação militar a partir do governo Temer, no ano de 2016 é possível observar um aumento de 172,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 6 – Evolução da ocupação de militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

É relevante também observar quais foram as empresas estatais mais atingidas por essa ocupação. A partir do **quadro 3**, podemos observar que o maior aumento foi de 1350% na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, seguida da Empresa Brasil de Comunicação com 333%. Já a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A, empresa responsável por atividades fundamentalmente militares, encarregada pelo Programa Nuclear da Marinha (PNM), o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e o Programa Nuclear Brasileiro (PNB), apresentou uma queda de 21,9%. O fato demonstra que a militarização promovida pelas FA nos últimos anos, ao mesmo tempo em que militariza atividades civis, “destroi a profissionalização” (Mathias; Penido; Rodrigues, 2020b) dos militares para atividades que são próprias de sua carreira.

**Quadro 3 – Cargos ocupados por militares em Empresas Estatais Federais - 2013-2021**

Empresa Estatal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A				32	34	26	28	26	25
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avan							1	1	2

Companhia Brasileira de Trens Urbanos					2	2	3	4	3
Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba					2	2	2		2
Empresa Brasil de Comunicação		3	6	6	5	5	7	12	13
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	2	5	10	11	14	16	22	25	29
Empresa de Planejamento e Logística S.A					1	2	4	2	3
Indústrias Nucleares do Brasil	2	2	2	2	2	2	3	4	4
Nuclebrás Equipamentos Pesados	2	3	3	7	7	8	6	6	7
Serviço Federal de Processamento de Dados				2			1		
TELEBRAS - TELECOM. BRASILEIRAS S.A								9	5
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A								4	3
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>60</b>	<b>67</b>	<b>63</b>	<b>77</b>	<b>93</b>	<b>96</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Algo semelhante pode ser observado nas agência reguladoras, o setor onde os militares mais se acumulavam, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)<sup>28</sup>, sofreu uma redução da presença militar de 34,8%. Na contramão desse movimento, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) passou de 1 militar ocupando cargo em 2014, para 9 no ano de 2021, correspondendo a um aumento de 800% e tornando-se a segunda agência reguladora com maior ocupação militar.

#### Quadro 4 – Cargos ocupados por militares em Agências Reguladoras, por órgão de exercício - 2013-2021

Agência Reguladora	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agência Nacional de Aviação Civil	23	21	21	21	14	9	9	10	15
Agência Nacional de Energia Elétrica	2	2	2	3	3	2	2	2	2
Agência Nacional de Saúde Suplementar							3	2	2
Agência Nacional de Transportes Aquaviários							1		1
Agência Nacional de Transportes Terrestres	1	2	2	3	4	3	4	4	3
Agência Nacional de Vigilância Sanitária				1	2	2	2	4	4

<sup>28</sup> Importante pontuar que a ANAC, apesar de regular a aviação civil historicamente, como pudemos observar nos debates apresentados por Zaverucha, foi uma atividade militarizada.

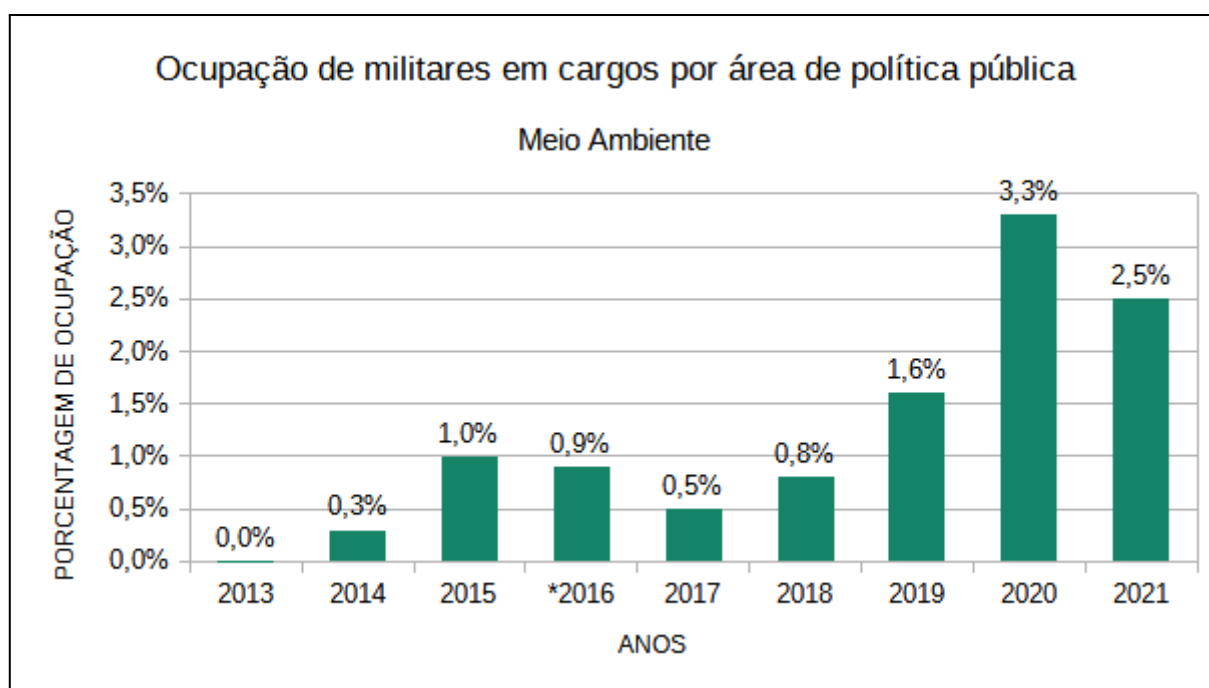
Agência Nacional do Cinema	1	1	1			1	1	1	2
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		1	2	3	4	4	6	9	9
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>32</b>	<b>38</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Entre as áreas estratégicas para os militares podemos observar também a ocupação em massa no meio ambiente, sendo o vice-presidente Mourão o coordenador do Conselho da Amazônia Legal (Kalil; Rodrigues, 2022 p. 26). O setor também foi alvo de 3 GLOs durante o governo Bolsonaro, com o objetivo de combater delitos contra o meio ambiente (Defesa, 2022). Quando consideramos a ocupação de cargos comissionados em órgãos relacionados ao meio ambiente, podemos observar o aumento da concentração de militares durante o governo Bolsonaro, mas principalmente no ano de 2020, chegando a representar 3,3% do total de cargos, como exemplifica o **gráfico 7**.

**Gráfico 7** – Ocupação de militares em cargos por área de política pública: Meio Ambiente 2013-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Examinando a evolução da ocupação dos militares em cargos comissionados

dessa área, podemos verificar que a presença militar já existia nesses espaços, entretanto há um grande salto durante o governo Bolsonaro, especialmente durante os primeiros dois anos da gestão, com o Ministério do meio ambiente chegando a 29 militares em cargos DAS e FCPE no ano de 2020, como demonstra o **quadro 5**. Após esse período, o ano de 2021 registra uma queda, ainda assim representando um número muito maior de militares em cargos comissionados do que os governos de Dilma e Temer.

**Quadro 5** – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) em áreas relacionadas ao meio ambiente - 2013-2021

ÓRGÃO DE EXERCÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação % 2013-2021
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3	3	3	2	1	2	16	11	7	133,3%
Ministério da Pesca e Aquicultura	5	5	1							-100,0%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1	1		1						-100,0%
Ministério do Meio Ambiente				4	2	4	16	29	21	2000,0%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>32</b>	<b>40</b>	<b>28</b>	<b>1933,3%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

No âmbito econômico seguiu-se a tendência de militarização já apresentada no governo Temer. Os quadros das FA presentes no governo trabalham como “garantidores das privatizações e desnacionalizações” (Mathias; Penido; Rodrigues, 2020a) demonstrando alinhamento de seus interesses com os das frações dominantes que impõem o projeto de reconversão neoliberal. Para Kalil e Penido

[...] os generais têm a visão econômica da Fundação Getúlio Vargas, que atua como verdadeiro intelectual orgânico [dos entreguistas] defendendo a privatização inclusive de setores estratégicos. Neste sentido, não surpreende que o ministro de Infraestrutura e engenheiro do Exército, Tarcísio Gomes de Freitas, que leva adiante a agenda de privatização, é considerado um dos melhores ministros pelo empresariado (Mathias; Penido; Rodrigues, 2020a).

Em sintonia com as ofensivas neoliberais, os militares participaram ativamente das medidas econômicas promovidas pelo governo. Pelos dados levantados no Atlas do Estado Brasileiro do IPEA, o Ministério da Economia foi o que mais sofreu aumento no número de militares em cargos comissionados - como representado no **quadro 6**, o



ministério saiu de 1 militar em cargo comissionado em 2013, para 84 no ano de 2021. Desse modo, nos parece lógico observar que a pasta foi o principal alvo das FA em seu projeto de ocupação em massa.

**Quadro 6 – Evolução de militares em Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) no Ministério da Economia - 2013-2021**

ÓRGÃO DE EXERCÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação % 2013-2021
Ministério da Economia	1	2	4	6	10	15	59	69	84	8300,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Se durante os governos do PT houve uma maior promoção de uma política externa regional na América Latina, a militarização promovida no governo de Bolsonaro era adequada ao alinhamento automático com os EUA. A relação entre as FA brasileiras e a política imperialista dos EUA para a América Latina é um ponto de importante observação para a atual conjuntura, onde a presença do capital chinês se faz cada vez mais presente nos países da região, e nessa disputa de hegemonia de duas grandes potências<sup>29</sup>, os militares brasileiros escolheram se posicionar ao lado do expansionismo estadunidense. Como pontuam Mathias, Penido e Rodrigues:

Apesar da China ter se transformado no maior exportador de capitais para a América Latina, **o Brasil seguiu dependente em termos de equipamentos e doutrina dos EUA na área militar**, mesmo com a diversificação de parceiros. Há também grupos militares que acreditam que a cooperação com os EUA e a OTAN renderá ao país compras vantajosas de equipamentos, mesmo se estes forem obsoletos (Mathias; Penido; Rodrigues, 2020a, grifos nossos).

As FA brasileiras seguem ainda a lógica de “divisão internacional do trabalho na área da Defesa” (Kalil; Rodrigues, 2022, p.33) concebida pelos EUA no CMDA, reconhecendo a autoridade imperialista estadunidense de cuidar dos interesses do continente, enquanto se coloca na atividade de repressão interna, seja dentro do próprio território brasileiro, seja como representante da hegemonia dos EUA sobre os demais países da América do Sul, exercendo sua posição subimperialista.

Colocados esses elementos que caracterizaram a atuação das FA no governo

<sup>29</sup> Durante o decorrer da pesquisa foi possível começar a compreender a centralidade que essa questão tem ganhado no período de estudo deste trabalho. Infelizmente, não foi possível analisar esse tema mais profundamente por não estar entre os objetivos principais desta investigação. Entretanto, acreditamos que futuras pesquisas que analisem a questão militar na América Latina na contemporaneidade devem levar em consideração a disputa de hegemonia que China e EUA travam na região.

Bolsonaro, cabe considerar que tudo isso foi feito sob um véu da institucionalidade. Apesar de terem ocorrido diversas irregularidades legais no processo de aparelhamento do executivo federal<sup>30</sup>, a atuação dos militares como um todo, quando analisada pelo ponto de vista institucional, não é ilícita. Por essa ótica, nenhum dos elementos citados aqui seriam um problema, entretanto, esse é um dos motivos para considerar que a atuação das FA na política brasileira é institucionalizada, seja por sua persistência no tempo, seja pela autonomia que os militares têm dentro do Estado brasileiro para legalizar e regulamentar seus interesses, atuando como um poder próprio e não como força subordinada ao executivo. Nesse sentido, apesar de estarem completamente imersos no governo Bolsonaro, os militares buscaram se afastar dessa imagem, colocando-se novamente enquanto forças do Estado e não de governo.

Para Penido e Kalil (2020a), essa tentativa de afastamento da imagem governamental iniciou-se já no final de 2019, para as autoras os militares têm se prevenido para não se responsabilizarem pelas falhas do governo. Dessa forma, atuam de um lado tentando aparentar um afastamento institucional, inclusive se apresentando como núcleo moderado “em contraponto a uma “facção” radical com o núcleo Olavista” (2020a), por outro lado buscam manter seu papel de tutela. As autoras citam também como a própria instituição tem sido afetada e enfraquecida nessa atuação, precisando tomar medidas que conservem sua estrutura interna, como exemplo são citadas as palestras que o general Etchegoyen, que tem formado um polo de militares críticos ao governo junto com o ministro exonerado Santos Cruz, tem oferecido à baixa oficialidade reforçando a importância da hierarquia e disciplina nas FA. Também nesse sentido, o Ministério da Defesa precisou tomar medidas para controlar a entrada de militares em postos do governo, a ideia é preservar sua estrutura interna e aparentar distância do governo, mesmo estando profundamente ocupados na burocracia do executivo federal.

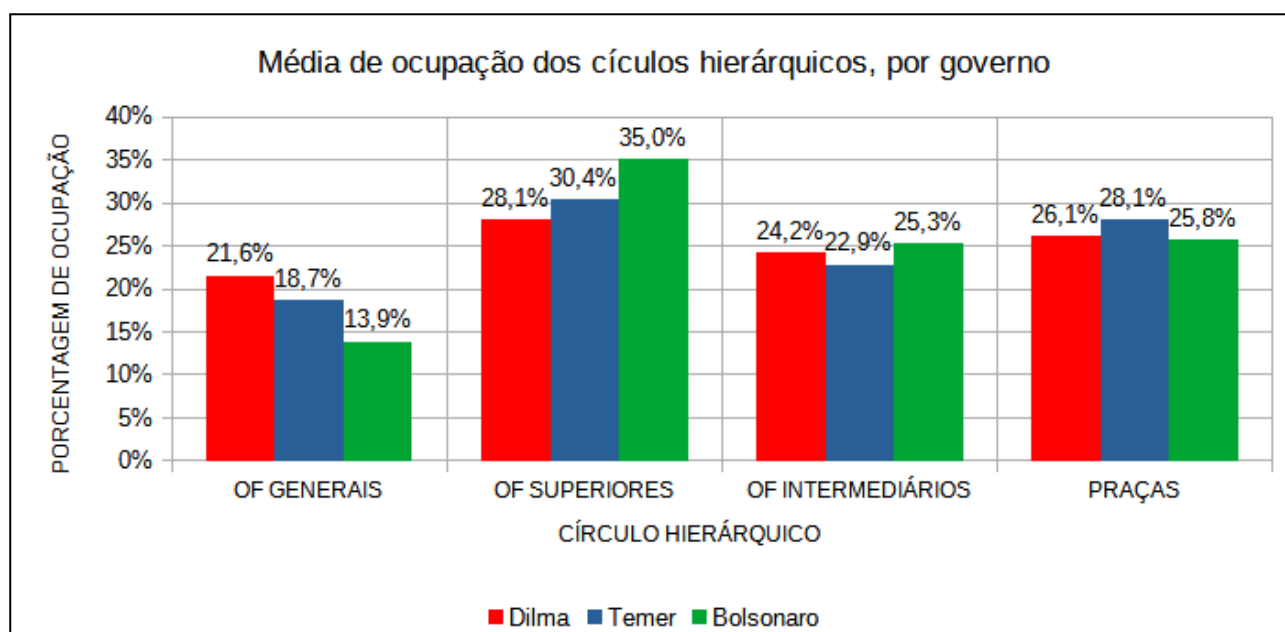
As autoras também apresentam uma importante reflexão sobre como o bolsonarismo enfraqueceu as FA a partir da quebra de hierarquia. Bolsonaro, enquanto figura política, construiu sua base eleitoral ao longo de sua carreira como deputado justamente na baixa oficialidade. Como presidente, seu discurso ganhou força entre esse setor das FA, forçando “os generais a posicionamentos públicos mais radicais, sob pena de perderem uma base mais ideologicamente bolsonarista nas próprias FFAA” (Mathias;

---

<sup>30</sup> Em 2022 a CGU divulgou um relatório de avaliação com o objetivo de investigar possíveis irregularidades na atuação de militares e pensionistas de militares que apresentam vínculos de agente público civil federal. Em conclusão, foram encontradas mais de 2.000 possíveis irregularidades. O relatório é identificado pelo número 1026174 e pode ser acessado pelo serviço de busca do CGU no sistema E-AUD.

Penido; Rodrigues, 2020a). A atratividade dos cargos governamentais também desestabilizou as relações de hierarquia, como demonstram os dados levantados pelo IPEA, a maior concentração de militares no governo de Bolsonaro é de Oficiais Superiores, com 35% da ocupação, os Oficiais Gerais, a patente mais alta, perderam cada vez mais espaço, representando apenas 13,9% da ocupação no governo Bolsonaro.

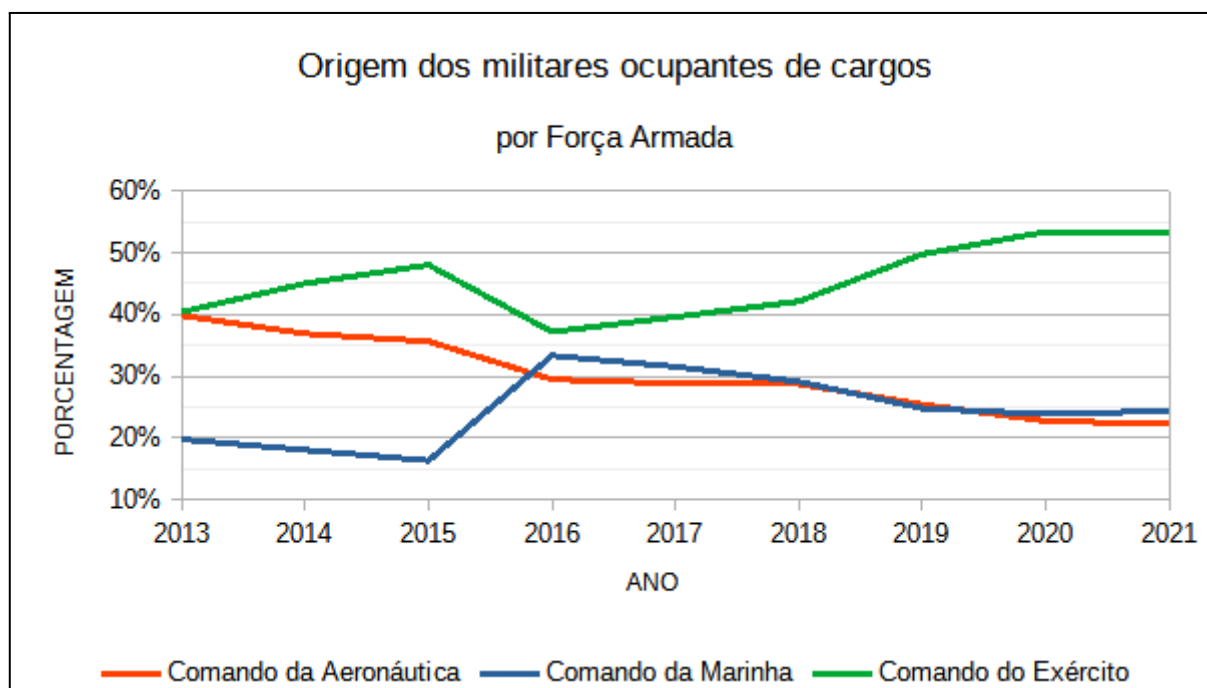
**Gráfico 8** – Média de ocupação dos círculos hierárquicos, por governo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

Outro elemento importante a ser considerado para observar como o governo Bolsonaro afetou as estruturas das FA, é a aproximação e afastamento de cada uma das forças em seu governo. Os militares, como já pontuamos, não são um bloco homogêneo, ainda mais quando analisamos cada uma das forças. Nesse sentido, é possível observar como o Exército manteve sua preponderância dentro dos espaços do executivo, aumentando sua ocupação em relação ao governo Temer; em 2020 e 2021, o Exército representava 53,4% dos militares presentes no governo. Por outro lado, a Aeronáutica foi cada vez mais desprivilegiada ao longo do tempo observado, sendo a força com menor participação durante quase todo o governo Bolsonaro- em 2021 eram 22,3%, em comparação com os 24,4% da Marinha e 53,4% do Exército.

**Gráfico 9** – Origem dos militares ocupantes de cargos, por Força Armada - 2013-2021

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Atlas do Estado Brasileiro (Schmidt, 2022)

Nota: \*Os dados coletados são sempre referentes ao mês de junho de cada ano

É possível concluir que os dados quantitativos e as análises apresentadas nas bibliografias convergem na observação dos principais elementos da atuação das FA durante o governo de Bolsonaro. Entretanto, durante o processo eleitoral de 2022, com a possibilidade de finalização dessa gestão, é importante atentar para outros elementos que caracterizaram de forma particular a atuação dos militares nessa conjuntura.

#### 4.4 AS ELEIÇÕES DE 2022 E A INVASÃO EM BRASÍLIA NO 8 DE JANEIRO

Em reunião com embaixadores no dia 18 de julho de 2022, Jair Bolsonaro, cercado de militares, realizou ataques ao sistema eleitoral brasileiro e propôs novamente uma fiscalização que deveria ser realizada pelas Forças Armadas (Cravo; Muniz; Oliveira, 2022). Dentre os membros do governo que estavam presentes na reunião, encontravam-se também militares ligados ao governo: o ministro da Defesa Paulo Sérgio Oliveira; o ministro chefe do Gabinete de Segurança, Augusto Heleno; o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos e o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto, vice de Bolsonaro nas eleições deste mesmo ano. Essa foi apenas uma das ocasiões em que Bolsonaro descredibilizou as eleições e o sistema eleitoral pouco tempo antes do pleito ocorrer. Posteriormente, investigações da PF, referentes ao envolvimento

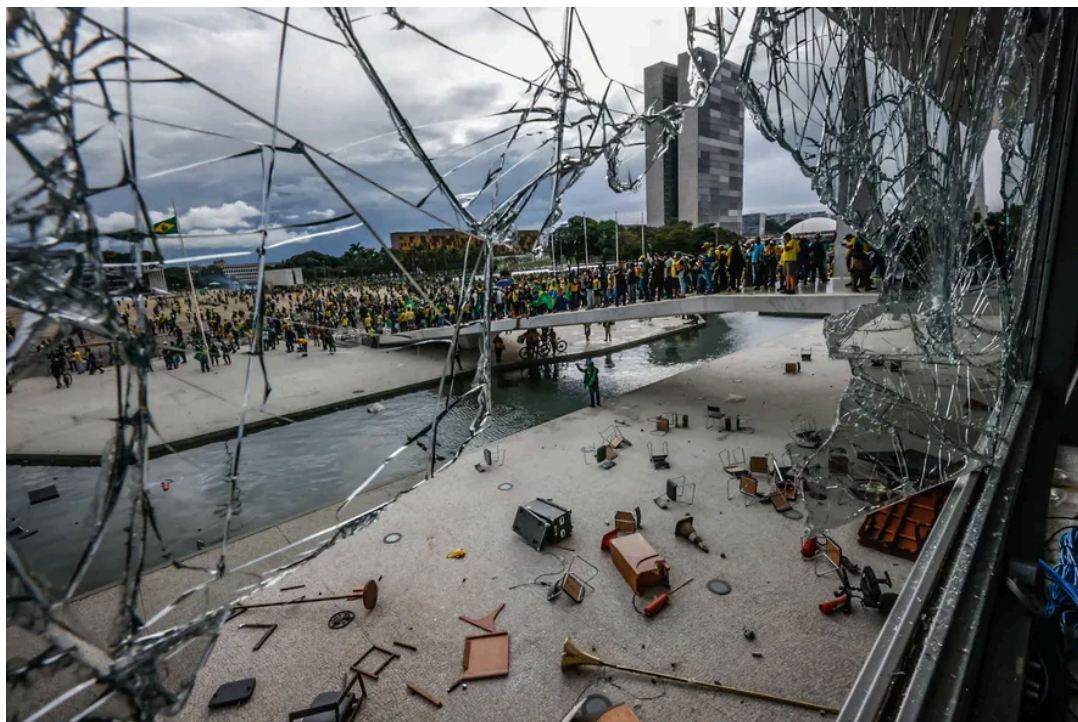
do governo em tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, revelaram uma gravação de reunião ministerial no dia 5 de julho de 2022, onde Bolsonaro e alguns membros mais próximos de seu governo argumentam que o processo eleitoral está fraudado, e que precisam fazer algo antes das eleições. Em determinado momento o presidente declara:

Alguém tem dúvida o que vai acontecer no dia 2 de outubro? Qual resultado vai estar às 22h na televisão? Alguém tem dúvida disso? Aí a gente vai ter que entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal...Vai pra puta que o pariu, porra. **Ninguém quer virar a mesa, ninguém quer dar o golpe...Ninguém quer botar a tropa na rua, fechar isso, fechar aquilo...**Nós estamos vendo o que está acontecendo. Vamos esperar o quê? (Sadi, 2022, grifos nossos).

Na mesma reunião, Bolsonaro menciona que na semana seguinte aconteceria o encontro com os embaixadores, e que seria mais contundente com essa situação, assim como os demais presentes na reunião deveriam ser. De fato assim ocorreu, após o resultado da vitória de Lula no segundo turno, entre as bases bolsonaristas o discurso era de que as eleições teriam sido fraudadas, e, dessa forma, realizaram acampamentos em frente a quartéis gerais em todo o país, pedindo providências e intervenção dos militares. Os acampamentos perduraram por meses, sendo desmontados somente por decisão judicial em janeiro de 2023.

Em janeiro de 2023 Lula tomou posse, Bolsonaro (Uol, 2022) e Mourão (Estadão, 2022) recusaram-se a participar do ato simbólico de passagem da faixa presidencial que representa a passagem do poder de um presidente a outro. Uma semana após a cerimônia, no dia 8 de janeiro de 2023, os apoiadores de Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos três poderes em Brasília, em uma espécie de repetição dos acontecimentos da invasão do Capitólio nos EUA, em 2021, após a derrota de Donald Trump nas eleições. O caos seguiu por quase toda a tarde daquele domingo, a partir da grande cobertura ao vivo feita pela mídia era possível ver a facilidade com que os bolsonaristas acessaram os prédios governamentais e a violência utilizada.

### Fotografia 3 – Palácio do Planalto durante invasão de bolsonaristas



Fonte: Gabriela Biló /Folhapress, 2023

Os relatos daquele dia apontam que a atuação da polícia do Distrito Federal foi insuficiente para conter a manifestação bolsonarista, que já estava programada. O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), Anderson Torres, ex-ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, viajou para os EUA naquele dia, a situação somente foi resolvida no fim da tarde, quando o presidente Lula decretou uma intervenção federal na Segurança Pública do Distrito Federal. O documentário *08/01 - a democracia resiste (2024)*, reconstitui os acontecimentos daquele dia e demonstra a falta de atuação das forças de segurança para conter a invasão aos prédios governamentais em Brasília. Os problemas vão desde o baixo policiamento destacado para realizar a segurança das manifestações bolsonaristas, como também indica que houve, por parte de alguns agentes da PM e do Exército, conivência com os invasores, vídeos amadores gravados naquele dia mostram a falta de colaboração de militares do exército nas operações para retirada e prisão dos invasores (G1, 2023).

A falta de atuação parece ter sido a tônica do dia, é relatado também no documentário pelo Ministro Alexandre Padilha que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, só foi atender um telefonema após o decreto de intervenção federal. Em

matéria do G1, são divulgadas mensagens trocadas entre as autoridades (Lima, 2024) que demonstram que no dia anterior aos acontecimentos, Ibaneis afirmou que não haveria problema com as manifestações, já durante o dia 8, autoridades como Flávio Dino e Rosa Weber entraram em contato com o governador, que afirmava que a situação estava sob controle e que ele já havia acionado as tropas.

Diante da lacuna de atuação de diversos setores competentes, é necessário observar a atuação das Forças Armadas nessa ocasião. Nos dias seguintes à invasão, as Forças Armadas responsabilizaram como principais culpados a PM e o governo do DF, assim como o GSI do governo Lula (Moura, 2023), que poderia ter previsto os atos, entretanto se isentaram de qualquer culpa. De fato, a atuação do GSI sob o comando do general Gonçalves Dias foi, no mínimo, questionável, já que reforços do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) foram dispensados um dia antes (O Globo, 2023) dos acontecimentos, e os que ficaram para fazer o policiamento naquele dia relatam que, além do contingente baixo, não possuíam o equipamento adequado para agir naquela situação.

É relevante ressaltar que o BGP tem duplo comando (Pilar, 2023), apesar de ser uma unidade do Exército, estando subordinado ao Ministério da Defesa, sua atividade é de guarda presidencial, sendo assim, é acionado pelo Gabinete de Segurança Institucional. Dessa forma, os militares alegam que a responsabilidade de ativar o chamado “plano escudo” para defender o Palácio do Planalto naquela situação deveria vir do GSI, estando fora de sua alçada. De um modo geral, os comandantes das FA justificaram ao ministro da defesa, José Múcio (Megale, 2023a), a sua demora em atuar como um problema da informação que receberam, que indicava que a PM tinha capacidade de atuar naquela situação. Por outro lado, a nova cúpula da ABIN, montada pelo governo Lula, aponta que os militares do BGP foram amistosos (Megale, 2023b) com os invasores bolsonaristas, e pedem que o órgão seja desmilitarizado, saindo do GSI e sendo designado a uma pasta civil.

Apesar das tentativas das Forças Armadas de se afastarem de qualquer responsabilidade, as investigações apontam para o envolvimento de militares e familiares de militares, indicando que pelo menos entre algumas frações de sua corporação houve adesão aos atentados. Já em referência ao alto escalão, no documentário *08/01 - A Democracia Resiste*, Rodrigo Capelli, interventor naquela situação, relata um momento de

embate com as FA na ocasião da prisão dos participantes da invasão que estavam refugiados em acampamento no setor militar urbano, em frente a Quartel General (QG) de Brasília. Os relatos contam que os manifestantes bolsonaristas voltaram tranquilamente ao acampamento, passando pelo cordão de segurança da tropa da Polícia do Exército, que estava voltada contra as tropas da Polícia Federal comandadas pelo interventor, utilizando até mesmo blindados. Capelli relata à jornalista que o comandante militar do planalto, General Dutra, impediu sua entrada para realizar a prisão dos invasores, argumentando que a ação poderia terminar em um “banho de sangue”, nesse embate o general realiza uma ligação para o general Gonçalves Dias, chefe do GSI, pedindo para que esse intermediasse a situação diretamente com o presidente. Diante do impasse, Lula alega que temendo o banho de sangue mencionado pelo general, orienta que os ministros Flávio Dino, José Múcio e o interventor Rodrigo Capelli conversassem com os militares, estes se reúnem com o alto Comando do Exército em suas dependências. Neste momento, os relatos de Dino e Capelli apontam para uma tensão entre eles e os militares, o ministro da justiça argumenta que comunicou que realizaria as prisões como mandava a lei, e o comandante do exército, Júlio César Arruda, reforçou que isso não iria ocorrer. O relato de Rodrigo Capelli apresenta também uma ameaça do general Arruda à tentativa do interventor e da PF de entrarem no setor militar urbano, onde os bolsonaristas estavam acampados. Em suas palavras, Capelli declara:

Chegamos na porta do QG, estava lá o general Arruda, lá embaixo com muitos generais, que eu não consigo afirmar todos, mas boa parte ou quase todo o alto comando. Ele cumprimenta muito sério, nós subimos para sala dele, sentamos numa mesa, e assim que eu sento ele virou para mim e falou ‘**o senhor ia entrar aqui com homens armados sem a minha autorização?**’ (...) aí eu falei ‘general, eu tinha ordens de entrar, mas ia avisar o senhor’ e aí ele vira para o, coronel Fábio Augusto, e fala para o coronel Fábio Augusto ‘**porque eu acho que eu tenho um pouquinho mais de homens armados que o senhor, né coronel Fábio Augusto?**’ (08/01 - A Democracia Resiste, 2024).

Toda situação de tensão seguiu, enquanto as autoridades do governo insistiam em realizar as apreensões naquela noite, por fim prevaleceu a vontade dos militares e os acampamentos foram desmontados e as prisões realizadas somente no dia seguinte, pela manhã. É mais uma situação onde a palavra final veio dos subordinados, e não dos superiores, demonstrando a autonomia que as Forças Armadas possuem para se impor.



**Fotografia 4** – Polícia do Exército impede acesso a acampamento bolsonarista

Fonte: Gabriela Biló /Folhapress, 2023

Mesmo com a nítida insubordinação dos militares, ao final o ministro da Justiça, Flávio Dino, relata que a maioria dos militares tiveram uma posição legalista, e que os rumos poderiam ter sido diferentes caso os militares, enquanto um bloco, tivessem aderido à tentativa de golpe, essa afirmação segue sendo confirmada no final do documentário, que encerra com uma tentativa de mostrar que a democracia vem resistindo a tentativas de golpe como essa. O que observamos, entretanto, a partir das declarações presentes na própria obra, é a fragilidade dessa estrutura, a qual conta com a boa vontade de militares aparentemente legalistas. A afirmação presente no documentário, lançado no dia 8 de janeiro de 2024, um ano após os acontecimentos, é contrária à posição expressa por Lula no dia 12 de janeiro de 2023, ainda no calor do momento. O presidente tinha declarado, então na ocasião, que estava convencido de que as portas do Palácio do Planalto tinham sido abertas (Gularte; Roxo, 2023) e que muitas pessoas de dentro das Forças Armadas e da Polícia Militar tinham colaborado para as invasões.

Agora, passado um ano dos acontecimentos, a PF segue em investigações que, em seus desdobramentos mais recentes, apontam para o envolvimento de membros do governo e do próprio Bolsonaro, quando ainda se encontrava na presidência, no

planejamento das invasões, como uma tentativa de golpe para se manter no poder. Até o momento, o principal colaborador das investigações tem sido Mauro Cid, militar que ocupou o cargo de ajudante de ordens de Bolsonaro, e está preso por envolvimento na tentativa de golpe, foi em seu computador que a PF encontrou a gravação da reunião ministerial, onde Bolsonaro descredibiliza as eleições. Outras mensagens encontradas no aparelho telefônico de Mauro Cid indicam que haviam grupos pressionando Bolsonaro (Lima, 2024), após as eleições, para que não aceitasse a derrota e tomasse providências. As declarações de Cid têm deixado cada vez mais aparente que a alta cúpula das Forças Armadas possuíam conhecimento das tentativas do governo de realizar algum tipo de intervenção que impedisse a posse de Lula. Não nos cabe entrar em detalhes da investigação que ainda está em curso, entretanto o material divulgado até então tem apontado para uma divisão no envolvimento dos militares na tentativa de golpe. Alguns mais próximos ao governo seguiam a ideia exposta pelo general Heleno (Cruz; Lima, 2024) na gravação da reunião ministerial de julho de 2022, que dizia que as providências teriam que ser tomadas antes da eleição. Após o resultado do pleito, esse grupo parece ter abandonado a tentativa, como expressa a mensagem apreendida no celular de Mauro Cid, relatando que Bolsonaro não poderia dar nenhuma ordem para impedir a posse de Lula, já que não confiava no alto comando do Exército (Lima, 2024). A mensagem parece corroborar a declaração de Bolsonaro, naquela ocasião da reunião ministerial, de que “ninguém queria colocar tropa na rua” para impedir a suposta fraude nas urnas.

**Fotografia 5 – Jair Bolsonaro em Reunião com Ministro da Defesa e Comandantes das Forças Armadas em 2019**



Ao fundo da imagem está Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro. Fonte: Marcos Corrêa/PR, 2019.

Outro grupo de militares, mais distantes do governo, apesar de não terem envolvimento com a tentativa golpista, abstiveram-se de qualquer atuação na ocasião, não tramaram o golpe, mas tão pouco agiram para impedi-lo. Seja como for, os fatos cada vez mais apontam o oposto à narrativa de que os militares foram legalistas e defenderam as estruturas democráticas, apesar de tentarem se desvincular dos acontecimentos, um ano depois, o que aparece é um profundo envolvimento, seja pela convivência da não atuação, seja pelo envolvimento direto na tentativa golpista.

Outro elemento para se atentar na atual conjuntura são as investigações da PF que apontam para a criação de uma “ABIN paralela” (Lima; Teófilo, 2024) dentro do governo Bolsonaro, contando com o envolvimento de Carlos Bolsonaro, filho do presidente. Vale lembrar que a ABIN, militarizada como já apontamos, está subordinada ao GSI, e o general Augusto Heleno também está sendo investigado. Esse grupo de investigação paralela realizava espionagem política em favor dos interesses do grupo ligado a Bolsonaro, utilizando-se do software de rastreamento *FirstMile*, ferramenta produzida pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint), adquirida pelo governo durante a intervenção

federal no Rio de Janeiro durante o governo Temer, que ficou a cargo do interventor general Braga Netto (Megale, 2023c) Em meio às investigações, o Exército brasileiro, que também adquiriu o software de monitoramento, recusa-se a dar explicações sobre sua utilização (Eller, 2024), baseando-se no sigilo de atividades relacionadas à defesa.

**Fotografia 6 – Jair Bolsonaro em visita ao GSI em 2019**



Fonte: Marcos Corrêa/PR, 2019.

Por fim, nosso objetivo era dar conta dos acontecimentos somente até o 8 de janeiro, sem analisar as medidas do governo Lula, por uma questão metodológica devido ao tempo de realização da pesquisa. Entretanto, o material referente a essas investigações muito importavam para as argumentações apresentadas, ainda que não possa ser realizada, por uma questão prática, uma análise mais profunda dos acontecimentos. Porém, consideramos relevante ressaltar que José Múcio, ministro da defesa do governo Lula, tem até o momento se colocado ao lado dos interesses das Forças Armadas. No já citado documentário, Múcio alega que o presidente o chamou ao ministério para realizar uma atividade de pacificação entre militares e civis no cenário de polarização política, o que observamos entretanto é que os militares têm avançado os pontos de seu interesse, enquanto o governo civil mais uma vez aceita sua autonomia,

como é possível observar no recente acontecimento em que Lula pediu para que fossem cancelados os atos em memória dos 60 anos do golpe militar de 1964 (Balza, 2024), para não criar mal estar com as FA, por outro lado, os generais, como Mourão, fazem declarações públicas em apologia ao golpe (Ferreira, 2024), ou como nomeado em seu revisionismo histórico, “a revolução de 1964”.

#### 4.5 PARA UMA ANÁLISE DAS FA NO ESTADO BRASILEIRO

A partir das reflexões possibilitadas ao longo da pesquisa, é importante ressaltar o que consideramos como elementos importantes para realizar uma análise das Forças Armadas brasileiras.

Em primeiro lugar, é necessário entender as Forças Armadas enquanto um grupo político que possui interesses próprios, assim como acontece com qualquer outro grupo dentro da disputa do bloco no poder. Eles não se caracterizam enquanto uma classe, mas possuem esses elementos que criam uma união de grupo e uma coesão interna. Entretanto, os militares não participam dessa disputa como outros grupos, eles possuem uma posição privilegiada no Estado, que é o monopólio da violência, nenhum outro grupo político tem acesso direto a armas, e à legitimidade concedida pelo monopólio da violência da forma que eles possuem, dessa forma é possível que eles exerçam um tipo de pressão diferente nas disputas do poder. É dizer, que o monopólio da violência concede às Forças Armadas uma posição privilegiada de negociação dentro do bloco no poder.

Outro elemento a ser levado em consideração, é o fato de que não podemos separar a estrutura Forças Armadas das bases do capitalismo em si, assim como o papel dessas dentro do Estado. Esses três elementos não estão separados, o capitalismo e o Estado possuem, como já abordado, uma relação imbricada, e as FA, enquanto destacamento armado do Estado, também estão permeadas pelas contradições do modo de produção capitalista. Desse modo, é necessário levar em consideração que a forma dependente como o Brasil e a América Latina estão inseridos no capitalismo mundial, assim como a divisão internacional do trabalho, as relações de superexploração, a forma subordinada das classes dominantes locais, a atuação quase onipresente do Estado para mediar essas relações, entre outros elementos, devem ser levados em consideração para uma análise política das Forças Armadas.

É relevante também observar a forma como as Forças Armadas Brasileiras sofrem

influência de doutrinas militares favoráveis às frações hegemônicas do capital, como por exemplo dos EUA e, em alguns momentos, também de doutrinas francesas. Do mesmo modo, em sua posição média dentro do sistema mundial, é importante observar como as Forças Armadas Brasileiras exercem influência nas disputas em nível de região, considerando o fenômeno do subimperialismo brasileiro.

Igualmente importante é ressaltar as características do avanço da militarização dentro do território brasileiro. Acompanhamos durante a investigação como principalmente a questão da segurança pública foi militarizada no período pós ditadura, mas o que podemos observar hoje é um avanço de soluções militares para diversas áreas, como é o caso das escolas civis militares. Nesse sentido, é necessário encarar o fenômeno da militarização como algo além de uma característica do governo de Bolsonaro, trata-se de uma estrutura que vem se consolidando dentro do Estado brasileiro a partir da institucionalização da doutrina de contrainsurgência, e que possui raízes antes mesmo deste período, retomando elementos de repressão ligados à conformação desse Estado. Deste modo, é relevante indicar que a forma de atuação utilizada pelos militares durante o governo Bolsonaro foi a de ocupação em massa, mas que o problema se encontra na grande autonomia que as FA possuem para gerir seus interesses dentro do Estado brasileiro, não estando subordinadas aos poderes, podendo, dessa forma, serem caracterizadas como um quarto poder não oficial.

Assim sendo, a solução do problema não passa somente pela exoneração dos militares que ocuparam cargos dentro do executivo nos últimos anos, nem mesmo pela diminuição de militares na política. A militarização é um fenômeno que independe da presença direta dos fardados. É por isso que reivindicamos uma análise marxista e latino-americanista da realidade, ponderando a relevância de uma análise da totalidade do fenômeno, sem perder de vista as formas particulares assumidas pelo capitalismo na região e, nesse caso, particularmente no Brasil.

Por último, é necessário pontuar que este tema é uma das características de nosso tempo histórico, tendo a militarização ganhado cada vez mais espaço. Sendo assim, cabe a consideração dessa temática em futuras investigações, especialmente dentro do campo marxista, já que até o momento a maioria das análises produzidas estão no campo da institucionalidade, reivindicando os conceitos da democracia liberal, os quais são insuficientes para uma interpretação materialista da realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou realizar uma análise das Forças Armadas no Estado brasileiro, partindo da conjuntura política na qual, cada vez mais, ganhava centralidade a atuação de militares no governo, assim como refletiu sobre as contribuições de Ruy Mauro Marini que alertavam para uma institucionalização da doutrina de contrainsurgência no Estado, onde as FA assumiriam a posição de um quarto poder não oficial. Assim sendo, fomos guiadas ao longo da investigação pelos seguintes questionamentos: O papel das Forças Armadas como quarto poder é uma especificidade dos Estados dependentes latino-americanos? É uma especificidade do Estado dependente brasileiro? Se sim, por quê? O que explica esse fenômeno? Que relações permeiam essa condição? A atuação das Forças Armadas enquanto um quarto poder no período de 2015 a 2023 representa um aspecto conjuntural ou estruturante do Estado dependente brasileiro? Trata-se de uma característica de governo ou de Estado?

No primeiro capítulo buscamos caracterizar o que é o Estado e que relações o permeiam, como forma de compreender a estrutura base da qual parte nossa pesquisa. Através de diferentes contribuições do campo marxista pudemos caracterizar o Estado enquanto um produto da sociedade dividida em classes antagônicas, sendo ele um Estado classista, gestor dos interesses das classes dominantes, ressaltando a indissociabilidade entre o Estado e o modo de produção capitalista. Abordamos também a autonomia relativa do Estado e sua definição enquanto espaço de condensação das relações de poder. Caracterizando-o em nossa região, pudemos apontar as particularidades que conferem a subordinação dos Estados latino-americanos no contexto do capitalismo dependente, assim como a partir da recuperação das análises de Ruy Mauro Marini, foi possível caracterizar duas formas assumidas pelo Estado dependente durante o século XX: o Estado de contrainsurgência, e a institucionalização dessa doutrina no modelo de democracias restringidas, originadas no final do século, nas quais as Forças Armadas assumem um papel de quarto poder desse Estado.

No segundo capítulo abordamos o militarismo também como um produto do desenvolvimento da sociedade dividida em classes antagônicas, a recuperação das formulações de Rosa Luxemburgo permitiu entender como o fenômeno do militarismo, ao ser integrado ao movimento de expansão do capital no estágio imperialista, ganha também função econômica, tornando-se um campo de acumulação, além de gerar condições para a produção, reprodução e expansão do capitalismo. Destacamos, dessa

forma, que é imprescindível a análise do militarismo de forma estritamente relacionada com o imperialismo. Desse modo, seguimos caracterizando a forma assumida pela economia dependente no estágio imperialista, destacando a categoria de subimperialismo como uma forma de posicionar o papel do Brasil enquanto um centro médio de acumulação de capital que, dentro dos marcos da dependência, exerce uma política de hegemonia na região latino-americana. Pontuamos ainda que aprofundar o caminho trilhado a partir dessa concepção pode ser proveitoso para futuras investigações.

Em nosso terceiro capítulo, nos dedicamos à organização e atuação das Forças Armadas brasileiras, pontuando as contribuições de Nelson Werneck Sodré para compreender a relação imbricada entre essa instituição e as características do modo de produção. Dessa forma, argumentamos que uma análise marxista das FA deve levar em consideração a relação dessas com a política e a economia (Estado e capitalismo). As formulações de Sodré também foram relevantes para caracterizar a atividade das FA brasileiras enquanto subordinada aos interesses das classes dominantes hegemônicas do sistema mundial capitalista, sendo a repressão interna uma de suas principais tarefas, de modo a subjugar a exploração das classes e grupos oprimidos aos interesses de outros Estados. Posteriormente, observamos, a partir de Oliveiros Ferreira, os elementos de socialização e organização internos das FA, de modo a destacar sua capacidade de atuação enquanto grupo político, abordando também a dicotomia que se cria para a diferenciação de militares e civis.

Ainda no mesmo capítulo, realizamos um breve recorrido sobre a atuação dos militares no período de redemocratização, buscando compreender se a categoria de Estado de quatro poderes postulada por Marini seguia possuindo capacidade explicativa. A investigação demonstrou que apesar de alterações pontuais, os principais elementos da tutela militar permaneceram, e, na verdade, os militares puderam cultivar sua autonomia para gerir seus interesses particulares dentro do Estado brasileiro.

Acreditamos que as investigações produzidas nesses três capítulos podem oferecer elementos de reflexão sobre a primeira metade das perguntas. Compreendendo que Marini formulou a teorização de Estado de quatro poderes a partir de características próprias da conjuntura latino-americana, sua aplicação em outras situações precisa ser investigada a partir de outros pontos de partida. Entendemos que no contexto brasileiro a categoria segue possuindo força explicativa, e pode ser mobilizada de forma a aprofundar os estudos nesse tema. Sobre as relações que permeiam essa caracterização das Forças Armadas enquanto um quarto poder de Estado, a pesquisa nos permitiu destacar que



esse fenômeno está no marco da dependência do capitalismo latino-americano, estando profundamente relacionado com as relações próprias da dependência. A enumeração dessas relações pode ser aprofundada futuramente em novas contribuições no campo.

Já no último capítulo nos dedicamos a levantar ferramentas para uma investigação do nosso tempo histórico, analisando a conjuntura de 2015-2023, procurando dar conta da segunda metade de perguntas que foram levantadas ao início da pesquisa. Enfrentando os desafios de relacionar as ferramentas teóricas com as experiências vividas, no capítulo 4 foi possível indicar a alteração na correlação de forças sofrida no interior do bloco no poder, atentando para a reconversão neoliberal pela qual passou o Estado brasileiro a partir do golpe de 2016. A partir desse marco, foi possível observar a participação dos grupos militares nos governos subsequentes ao golpe, buscando destacar as estratégias utilizadas e as áreas priorizadas, assim sendo, apresentamos a participação dos militares no governo de Michel Temer enquanto uma força silenciosa, que buscava a retomada de sua autonomia em áreas que haviam sido perdidas, bem como atuava também no avanço de soluções militares para problemas civis. No momento seguinte, caracterizamos a estratégia de grupos militares no governo de Jair Bolsonaro enquanto uma ocupação em massa, que levou os militares ao centro das classes reinantes naquele momento. Defendemos que essa ocupação deve ser levada em consideração para analisar os acontecimentos que nos levaram até a tentativa de golpe de Estado em janeiro de 2023, onde setores militares que ficaram profundamente ligados à figura de Bolsonaro tentaram permanecer em sua posição de poder, ao passo que outro grupo busca afastar as Forças Armadas, enquanto instituição, das tentativas golpistas, levantando a bandeira de que os militares são legalistas e defensores da democracia e do Estado-nação.

Esses elementos nos levam à compreensão de que a atuação das FA enquanto um grupo político, a militarização que avança cada vez mais sobre a sociedade civil, e a autonomia militar dentro do Estado brasileiro enquanto um quarto poder oficial, são características que perpassam governos, indicando a possibilidade de estarmos diante de uma estrutura própria de nosso Estado.

Por fim, pontuamos que essa investigação atuou como uma abertura de caminhos, nos possibilitando uma maior proximidade com o campo temático e com as metodologias de pesquisa. As perguntas que nos guiaram no início da investigação foram apenas ampliadas, não se findando neste trabalho, consideramos que diferentes pontos levantados aqui podem ser aprofundados com maior atenção, e que os capítulos

organizados podem, cada um deles, constituírem-se enquanto pesquisas futuras. Entretanto, reforçamos que explicitar a relação imbricada entre Forças Armadas, Estado e capitalismo nos parece a forma mais vantajosa de abordar esses temas, e que será mobilizada em análises futuras.

## REFERÊNCIAS

08/01 - A Democracia Resiste. Direção: Julia Duailibi e Rafael Norton, Rio de Janeiro, Globoplay. 9 de jan. de 2024. Mídia Digital.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ARAUJO, Luiz Antônio. Militares no poder: como o general Etchegoyen ganhou força no governo e preparou terreno para a vigilância do Estado. **Intercept Brasil**, 22 de out. de 2018. Eleições 2018. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2018/10/22/general-etchegoyen-tem-vigilancia-estado/>.

Acesso em: 22 de mar. de 2024.

BALZA, Guilherme. Depois de cancelar atos sobre ditadura, Lula desiste também de Museu da Memória e dos Direitos Humanos. **G1**, 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2024/03/19/depois-de-cancelar-atos-so-bre-ditadura-lula-desiste-tambem-de-museu-da-memoria-e-dos-direitos-humanos.ghtml>.

Acesso em: 03 de abr. de 2024.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na teoria Marxista da dependência**.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, p. 205. 2017.

BOLSONARO viaja aos EUA para não passar faixa a Lula. **UOL**, 2022. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/30/bolsonaro-viaja-aos-eua-para-nao-passar-faixa-a-lula.htm>. Acesso em: 02 de abr. 2024.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, Editora Unesp, 2018.

BRASIL. Decreto nº 8793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília, DF: Secretaria Geral da Presidência da República [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8793.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8793.htm).

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Revista Crítica Marxista**, n. 27, p. 65-85, 2008.

CRAVO, Aline; MUNIZ, Marina; OLIVEIRA, Eliane; SOARES, Jussara. Bolsonaro usa reunião com embaixadores para fazer novos ataques sem provas às urnas eletrônicas e ao TSE. **O Globo**, Brasília, 18 de jul. de 2022. Eleições 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/07/bolsonaro-usa-reuniao-com-embaixadores-para-novos-ataques-sem-provas-as-urnas-eletronicas-e-ao-tse.ghtml>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

CRUZ, Valdo; LIMA, Daniela. 'Não vai ter revisão do VAR. Se tiver que virar a mesa, é antes das eleições', disse Heleno a Bolsonaro em reunião; PF encontrou gravação. **G1**, 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/08/nao-vai-ter-revisao-do-var-se-tiver-que-uir>

[ar-a-mesa-e-antes-das-eleicoes-disse-helena-a-bolsonaro-em-reuniao-obtida-pela-pf.ghtml](#). Acesso em: 03 de abr. de 2024.

DEFESA, Ministério da. **Tabelas Históricas de GLOs**. 31 de jan de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 29 de mar. 2024.

ELLER, Johanns. Exército se recusa a esclarecer uso do First Mile, software espião pivô da Abin paralela. **O Globo**, 31 de jan. de 2024. Blog Malu Gaspar. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/10/pf-identificou-mais-de-30-mil-usos-ilegais-de-sistema-feitos-pela-abin.ghtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsoab](https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/10/pf-identificou-mais-de-30-mil-usos-ilegais-de-sistema-feitos-pela-abin.ghtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsoab). Acesso em: 03 de abr. de 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Livro eletrônico.

FERREIRA, Oliveiros S.. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: SENAC, 2019.

FERREIRA, Zeca. Mourão exalta golpe militar de 1964: 'nação se salvou a si mesma'. **Estadão**, 31 de mar. 2024. Política. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mourao-exalta-golpe-militar-de-1964-nacao-se-salvou-a-si-mesma-diz-senador/>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

FILHO, João Roberto Martins. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 283-306, julho-dezembro 2010.

Fundação FHC. **A participação das Forças Armadas no governo: um novo normal? - Íntegra**. Youtube, 2019. 1 vídeo (114 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GkNGK3XipxM>. Acesso em: 13 março 2024.

GSI dispensou reforço da guarda presidencial 20 horas antes da invasão de golpistas, diz jornal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jan. 2023. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/gsi-dispensou-reforco-da-guarda-presidencial-20-horas-antes-da-invasao-de-golpistas-diz-jornal.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

GUILHERME, Cassio Augusto. A comissão nacional da verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). **Revista História em Reflexão**, v. 15, n. 29, p. 45-62, janeiro-junho 2021.

GULARTE, Jeniffer; ROXO, Sérgio. Lula diz que houve conivência de 'muita gente das Forças Armadas' durante invasão: 'Estou convencido que a porta do Palácio foi aberta'. **O Globo**, Brasília, 12 de jan. 2023. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-acusa-gente-das-forcas-armadas-de-conivencia-com-invasao-estou-convencido-que-a-porta-do-palacio-foi-aberta.ghtml>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

JANOT, Marina; PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge. Os militares e o golpe de 2016. **A Terra é Redonda**, 02 de abr. de 2021. Colaboradores. Disponível em:

<https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-2016/> Acesso em: 22 de mar. de 2024.

KALIL, Suzeley; RODRIGUES, Jorge Oliveira. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. In: **Democracia e direitos humanos no Brasil : a ofensiva das direitas [2016/2021]** / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador Marcelo Buzetto. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2022. p. 17-70.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Livro Eletrônico.

LIMA, Bernardo; TEÓFILO, Sarah. Abin paralela: programa espião usado indevidamente gerou 21,3 mil localizações. O Globo, Brasília, 29 de jan. 2024. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/01/29/abin-paralela-programa-espiao-usado-indevidamente-gerou-213-mil-localizacoes.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. 2024.

LIMA, Daniela. Apreendidas pela PF, mensagens de autoridades mostram como o Brasil chegou ao 8/1. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2024/01/08/mensagens-de-autoridades-apreendidas-pela-pf-mostram-como-o-brasil-chegou-ao-81.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 225. 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. O militarismo como Domínio da Acumulação de Capital. In: LUXEMBURGO, Rosa **A Acumulação do Capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. Livro Eletrônico.

LUXEMBURGO, Rosa. Milícia e Militarismo. In: LUXEMBURGO, Rosa **Reforma o revolução**. México: Akal, 2015. cap. Anexo. Livro Eletrônico.

MARINI, Ruy Mauro. A Acumulação Capitalista Mundial e o Subimperialismo. **Outubro**, n. 20, p.47-70, Primeiro Semestre 2012.

MARINI, Ruy Mauro. A Constituição de 1988. **Revista Insurgência**. Brasília, v. 2, n.1, p.406-419, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura à democracia**. Escritos Ruy Mauro Marini. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1447>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Fuerzas armadas y gran capital. **Cuadernos de Marcha**, México, n. 9, p. 5-9, setembro-outubro 1980a.

MARINI, Ruy Mauro. La cuestión del Estado en las luchas de clase en América Latina. **Avances de Investigación**, Cidade de México, n. 44, p. 1-33, 1980b.

MARINI, Ruy Mauro. La lucha por la democracia en América Latina. **Cuadernos Políticos**, México, n.44, p. 3-11, julho-dezembro 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Liberalismo y democracia: la revisión constitucional en Brasil** Escritos Ruy Mauro Marini. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1520>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo: uma síntese. **Texto para Discussão. IE/Unicamp**, Campinas, n. 250, janeiro 2015.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1 revista. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATHIAS, Suzeley Kalil; PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge M. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. **Tricontinental**, 14 de abr. de 2020a. Brasil. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 26 de mar. de 2024

MATHIAS, Suzeley Kalil; PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge M. Oliveira. As Forças Armadas no governo Bolsonaro Parte II. **Tricontinental**, 07 de mai. de 2020b. Brasil. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro-parte-ii/>. Acesso em: 26 de mar. de 2024

MATHIAS, Suzeley Kalil; ZAGUE, José Augusto ; SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 136-168, janeiro-abril 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25-39, março 2022.

MEGALE, Bela. A principal reclamação de Lula aos comandantes das Forças Armadas sobre os atos terroristas. **O Globo**, 10 de jan. de 2023a. Blog Bela Megale. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/01/a-principal-reclamacao-de-lula-aos-comandantes-das-forcas-armadas-sobre-os-atos-terroristas.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

MEGALE, Bela. As queixas da nova cúpula da Abin sobre os militares responsáveis pela segurança do Planalto. **O Globo**, 12 de jan. de 2023b. Blog Bela Megale. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/01/as-queixas-da-nova-cupula-da-abin-sobre-os-militares-responsaveis-pela-seguranca-do-planalto.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. de 2024

MEGALE, Bela. O que a PF já sabe sobre o papel do general Heleno na Abin paralela. **O Globo**, 01 de fev. de 2024. Blog Bela Megale. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2024/02/o-que-a-pf-ja-sabe-sobre-o-papel-do-general-heleno-na-abin-paralela.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. 2024.

MEGALE, Bela. PF identificou mais de 30 mil usos ilegais de sistema feitos pela Abin. **O Globo**, 20 de out. de 2023c. Blog Bela Megale. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/10/pf-identificou-mais-de-30-mil-usos-ilegais-de-sistema-feitos-pela-abin.ghtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsoab](https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2023/10/pf-identificou-mais-de-30-mil-usos-ilegais-de-sistema-feitos-pela-abin.ghtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsoab). Acesso em: 03 de abr. 2024.

MEMÓRIA, Globo. Ocupação do Complexo do Alemão. **RJTV**, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/rjtv/coberturas/noticia/ocupacao-do-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 07 de mar. de 2024.

MOURA, Rafael Moraes. Militares tentam empurrar para outras autoridades responsabilidade por atentados. **O Globo**, Brasília, 11 de jan. de 2023. Blog Malu Gaspar. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/01/militares-veem-omissao-e-responsabilidade-de-autoridades-nos-atentados.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. 2024.

MOURÃO nega que vá passar a faixa a Lula: 'Não sou o presidente'. **Estadão**, São Paulo, 11 de nov. 2022. Política. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mourao-nega-que-va-passar-a-faixa-a-lula-nao-sou-o-presidente/>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

NEVES, Rafael. Não existe democracia no mundo com militares na fiscalização das eleições. UOL [online], Brasília, 24 jul. 2022. Política. Disponível em: [https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/24/nao-existe-democracia-no-mundo-com-militares-na-fiscalizacao-das-eleicoes.htm?utm\\_source=%20twitter%20&%20utm\\_medium=social-media%20utm\\_content=%20geral%20utm\\_campaign=noticias](https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/24/nao-existe-democracia-no-mundo-com-militares-na-fiscalizacao-das-eleicoes.htm?utm_source=%20twitter%20&%20utm_medium=social-media%20utm_content=%20geral%20utm_campaign=noticias). Acesso em: 25 jul. 2022.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, n. 5, p. 71-83, abril-junho 2009.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PILAR, Ana Flávia. Dispensado na véspera da invasão do Planalto, Batalhão da Guarda Presidencial tem, na prática, duplo comando. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jan. de 2023. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/dispensado-na-vespera-da-invasao-do-planalto-batalhao-da-guarda-presidencial-tem-na-pratica-duplo-comando.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

REPROVAÇÃO ao governo Temer é de 82%, aponta pesquisa Datafolha. G1, 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/reprovacao-ao-governo-temer-e-de-82-aponta-pesquisa-datafolha.ghtml>. Acesso em: 27 de mar. de 2024.

SADI, Andréia. Veja trechos de reunião entre Bolsonaro e ministros antes das eleições de 2022. **G1**, 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/noticia/2024/02/09/veja-trechos-de-reuniao-entre-bolsonaro-e-ministros-antes-das-eleicoes-de-2022.ghtml>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal** (Nota técnica). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ed. 1. 2022. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220530\\_publicacao\\_preliminar\\_presenca\\_de\\_militares\\_em\\_cargos\\_novo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/220530_publicacao_preliminar_presenca_de_militares_em_cargos_novo.pdf). Acesso em: 05 de abr. de 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VALENTE, Rubens. General fala que se a justiça não agir contra a corrupção. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de set. 2017. Poder. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919322-general-do-exercito-ameaca-impos-solucao-para-crise-politica-no-pais.shtml>. Acesso em: 25 de mar. 2024.

VÍDEO mostra militares do Exército dificultando ação da PM durante ato terrorista em Brasília. **G1**. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/12/video-mostra-militares-do-exercito-dificultando-acao-da-pm-durante-ato-terrorista-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 03 de abr. 2024.

VILLAS BOAS, General. **Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais**. 03 de abr. 2018. X: @Gen\_VillasBoas. Disponível em: [https://twitter.com/Gen\\_VillasBoas/status/981315180226318336](https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336). Acesso em: 27 de mar. 2024.

VIZEU, Rodrigo. General critica políticos em palestra e de 'despertar para luta patriótica'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de out. 2015. Poder. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1695840-general-critica-politicos-em-palestra-e-pede-despertar-para-a-luta-patriotica.shtml>

WINAND, Érica Cristina Alexandre; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Governo Lula, a defesa e as Forças Armadas brasileiras. **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional**. Disponível em:

[https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m11\\_u8\\_09052014-17-57-27-13.pdf](https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m11_u8_09052014-17-57-27-13.pdf). Acesso em: 26 fevereiro 2024.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. Poder Militar: entre o autoritarismo e a democracia. **São Paulo em**



**Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 76–83, outubro 2001.

**ANEXO**

